

FABIANA DA SILVA OLIANI

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESOL: CONTRIBUIÇÕES PARA O
FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ITAJAÍ/SC**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Valério Alécio Turnes

Florianópolis – SC

2018

Autorizada a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Disponível também em formato eletrônico.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

OLIANI, Fabiana da Silva
A Experiência Do Programa Esol : Contribuições Para o
Fortalecimento da Política Municipal de Economia Solidária
de Itajaí/SC / Fabiana da Silva OLIANI. -- 2018.
141 p.

Orientador: Valério Alécio Turnes
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação , Florianópolis, 2018.

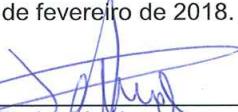
1. Economia Solidária. 2. Programa Esol. 3. Itajaí. I.
Turnes, Valério Alécio . II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação . III. Título.

FABIANA DA SILVA OLIANI

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESOL: CONTRIBUIÇÕES PARA O
FORTALECIMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE
ITAJAÍ/SC**

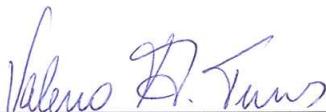
Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN-Profissional do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2018.

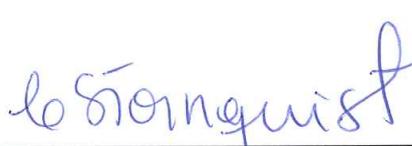

Prof. Dr. Pedro Martins
Coordenador do Programa

Banca Examinadora:

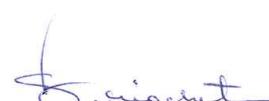
Presidente:


Prof. Dr. Valélio Alécio Turnes
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Profª Drª Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Prof. Dr. Valmor Schiochet
Universidade Regional de Blumenau

Às minhas companheiras e aos meus
companheiros de vida e de militância,
que estiveram comigo pelo caminho e
que me inspiram todos os dias.

A todas e todos incansáveis que
continuam na luta por um mundo mais
justo e mais solidário.

*Há quem diga que o que quiser ser, será
Há quem viva para o bem celebrar
Há dias de luta e de glória
Há dias de derrota e de bancarrota
Mas sempre haverá um novo dia
Um novo olhar
Uma nova luta
Um novo sonho a sonhar
Para aqueles que não se cansam
Em um outro mundo poder cooperar
Na economia solidária
Juntamos mãos com mãos
Em um só coração*

(Da autora)

OLIANI, Fabiana da Silva. A experiência do Programa Esol: contribuições para o fortalecimento da economia solidária de Itajaí/SC. Dissertação de Mestrado. MPPT/PPGPLAN. UDESC. Florianópolis, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o Programa Esol e sua contribuição para o fortalecimento da economia solidária no município de Itajaí em Santa Catarina. O Programa foi idealizado como instrumento para a promoção do desenvolvimento territorial, na perspectiva de articular ações entre poder público e a sociedade, contribuindo para a organização social em três territórios do município com menor índice de desenvolvimento humano (IDH). A integração das ações se pautou na articulação de iniciativas de economia solidária com outras políticas, consoantes com seus princípios, já existentes no município e criando novas iniciativas. Também pautou a transversalidade com outras políticas públicas para a formação de novos grupos de economia solidária que pudessem agregar ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí. Para entender este processo, é estudada a trajetória do movimento local de economia solidária e das políticas municipais contextualizando o Programa Esol, apresentando sua concepção, seus objetivos, sua implementação e descrevendo como suas ações foram desenvolvidas. Por fim, sistematiza os resultados quantitativos e organizativos alcançados focando nas articulações com as ações de economia solidária já existentes em Itajaí e a transversalidade com outras políticas públicas.

Palavras-chave: Economia Solidária. Programa Esol. Itajaí.

OLIANI, Fabiana da Silva. **The experience of the Esol Program: contributions for the strengthening of the solidarity economy of Itajaí / SC.** Master's thesis. MPPT/PPGPLAN. UDESC. Florianópolis, 2018.

ABSTRACT

This research intends to analyse the Esol Program and its contribution to the strengthening of the solidary economy in the city of Itajaí, State of Santa Catarina. The program was idealised whilst instrument for the promotion of territorial development, in the perspective of articulating integrated municipal actions of solidary economy, contributing to the social organization within three of the municipal territories rated with the lowest human development index. The integration of these actions was guided by an articulation of initiatives based on the solidary economy principles, already existing in the city. The Esol Program / research also grounded the transversality with other public policies to the formation of new solidary economy groups that could join the Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (Solidary Economy Public Center of Itajaí). To understand this process, the trajectory of the local solidary economy movement, and the municipal policies up to the context of the Esol Program, had to be studied, presenting its conception, its objectives, its implementation, and describing how its actions were developed. Finally the research systemises the quantitative and organisational results, aiming at the articulations with the existing solidary economy actions in the city of Itajaí, and the transversality with other public policies.

Keywords: Solidary Economy. Esol Program. Itajaí.

OLIANI, Fabiana da Silva. **La experiencia del Programa Esol: contribuciones para el fortalecimiento de la economía solidaria de Itajaí / SC.** Tesis de maestría. MPPT/PPGPLAN. UDESC. Florianópolis, 2018.

RESUMEN

Esta investigación pretende analizar el Programa Esol y su contribución al fortalecimiento de la economía solidaria en el municipio de Itajaí en Santa Catarina. El Programa fue idealizado como instrumento para la promoción del desarrollo territorial, con la perspectiva de articular acciones de gobierno e sociedad, contribuyendo a la organización social en tres territorios de los municipios con menor índice de desarrollo humano. La integración de las acciones se basó en la articulación con iniciativas de economía solidaria y otras iniciativas, seguras con sus principios, ya existentes en el municipio. También pautó la transversalidad con otras políticas públicas para la formación de nuevos grupos de economía solidaria que pudieran agregar al Centro Público de Economía Solidaria de Itajaí. Para entender este proceso, se estudia la trayectoria del movimiento local de economía solidaria y de las políticas municipales hasta el contexto del Programa Esol, presentando su concepción, sus objetivos, su implementación y describiendo cómo sus acciones fueron desarrolladas. Por último, sistematiza los resultados cuantitativos y organizativos alcanzados enfocando en las articulaciones con las acciones de economía solidaria ya existentes en Itajaí y la transversalidad con otras políticas públicas.

Palabras clave: Economía Solidaria. Programa Esol. Itajaí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Registro fotográfico de um dos briques realizados em frente à Livraria Casa Aberta.....	44
Figura 2 – Linha do tempo da ES em Itajaí.....	47
Figura 3 – Identidade Visual Programa Esol.....	61
Figura 4 – Mapa dos bairros de Itajaí.....	63
Figura 5 – Mapa dos territórios de incidência do projeto no município de Itajaí.....	64
Quadro 1 – Descrição dos territórios de incidência do projeto no município de Itajaí.....	62
Quadro 2 – Metas, etapas e subetapas do Contrato 160/2013.....	65
Quadro 3 – Relação de grupos/EES articulados e formados com as ações do Programa Esol.....	82
Quadro 4 – Quantidade de atividades desenvolvidas com respectiva carga horária e número de participantes durante a execução do Programa Esol.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores e fontes de recurso do Convênio 771773/2012.....	69
Tabela 2 – Composição do quadro de associados CEPESI, anterior à execução do Programa Esol.....	75
Tabela 3 – Faturamento CEPESI durante o período de execução do Programa Esol.....	106

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS – O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ACHI – Associação dos Haitianos de Itajaí
ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidária da Central Única dos Trabalhadores
AMAM – Associação de Mulheres e Amigos da Murta
AMFRI – Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí
ASA – Ação Social Arquidiocesana
BANCRI – Banco de Crédito Popular
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
BSM – Plano Brasil Sem Miséria
CADSOL – Cadastro Nacional de Economia Solidária
CADÚNICO – Cadastro Único
CDHI – Centro de Direitos Humanos de Itajaí
CEDIN – Centro de Educação em Tempo Integral
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEPCR – Centro Educacional Professor Cacildo Romagnani
CEPESI – Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – Idalina Maria Boni
CGCFES – Comitê Gestor do Centro de Formação em Economia Solidária
CMES – Conselho Municipal de Economia Solidária
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa
COOPERAGEM – Encontro das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Foz do Rio Itajaí
COOPERFOZ – Cooperativa de Trabalho dos Coletores de Materiais Recicláveis da Foz do Rio Itajaí
COOPERSOL – Cooperativa Mista Solidária de Chapecó Coopersol Confecções
CPES – Centros Públicos de Economia Solidária
CRAS – Centros de Referência da Assistência Social
DRS/BB – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
EAF – Entidade de Apoio e Fomento
ES – Economia Solidária
EES – Empreendimento Econômico Solidário

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEICOOP – Feira Latino Americana do Cooperativismo e Economia Solidária
FMES – Fórum Municipal de Economia Solidária
FORTEES – Fortalecendo as Experiências de Economia Solidária em Santa Catarina
FRES – Fórum Regional de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
FURB – Universidade Regional de Blumenau
IMS – Instituto Marista de Solidariedade
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC – Ministério das Cidades
MCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Minas e Energia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NASF – Núcleo de Atendimento à Saúde da Família
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PNES – Plano Nacional de ES
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano PluriAnual
PROGRAMA ESOL – Projeto Ações Integradas de Economia Solidária de Itajaí/SC
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONINC –Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC
PSF – Programa Saúde da Família
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
REDE ITCPs – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
RESVI – Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí
RIPES – Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Solidária
SEDEER – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda
SEDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SENAES – Subsecretaria Nacional de Economia Solidária

SICONV – Portal de Convênios

SIPES – Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
PERCURSO METODOLÓGICO.....	27
REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
i) O conceito e as características da Economia Solidária.....	32
ii) Economia Solidária e território.....	36
1 O CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DO NACIONAL AO LOCAL.....	39
1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ITAJAÍ: CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.....	42
1.1.1 Principais atores e iniciativas de economia solidária em Itajaí e região.....	42
1.1.2 Institucionalização de políticas públicas.....	54
2 DO PROJETO AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC AO PROGRAMA ESOL: IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.....	59
2.1 O CONTEXTO DO PROGRAMA ESOL NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.....	60
2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESOL.....	69
2.2.1 A formação da equipe técnica.....	70
2.3 METODOLOGIA DA EXECUÇÃO.....	72
2.3.1 Organização sociocomunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes.....	73
2.3.2 Fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional do CEPESI e integração das feiras orgânicas.....	74
2.3.3 Formação, capacitação e assessoria técnica para agentes de economia solidária.....	76
2.3.4 Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao CEPESI e aos novos empreendimentos constituídos	78
2.3.5 Comunicação e divulgação das experiências do CEPESI	79
2.3.6 Articulação para implantação e divulgação de ações de finanças solidárias na região.....	81
2.3.7 Integração dos gestores públicos regionais para apoio e fomento da ES.....	81
2.4 A FORMAÇÃO DE NOVOS GRUPOS.....	82
2.4.1 Produção Alternativa Solidária – Grupo PAS.....	83
2.4.2 Madame Cis Salão de Beleza.....	84
2.4.3 Entrelaçadas.....	85
2.4.4 Rede de Alimentação do CEPESI.....	86
2.4.5 Olhanega.....	90
2.4.6 Horta Comunitária Instituto Poly.....	90
2.4.7 Fuxiqueiras Promorarte.....	91
2.4.8 Grupo de Escoteiro Brigada do Reino.....	92
2.4.9 Clube de Mães CEPCR/CAIC.....	93

2.4.10 Íntegra Espaço Terapêutico.....	93
2.4.11 Grupo Brechó Ecosol.....	94
2.4.12 “Mercadinho Solidário” do Cedin Promorar.....	95
2.4.13 Horta Comunitária do São Vicente (Haitianos).....	95
2.4.14 Maria Maria.....	96
2.4.15 Grupo Arteiras Faceiras.....	97
2.4.16 Divas das Artes.....	98
2.4.17 Mão na Massa.....	98
2.4.18 Panta Rei.....	99
2.4.19 Grupo Manutenção Geral.....	99
2.4.20 Naveartes.....	100
2.4.21 Grupo Artes Unidas em Ação.....	100
2.4.22 Reciclarde.....	101
3 ANÁLISE DO PROGRAMA ESOL: PARTICIPAÇÃO, INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE.....	103
3.1 A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESOL: ASPECTOS QUANTITATIVOS E ORGANIZATIVOS.....	103
3.1.1 Ações de organização sócio comunitária, mobilização e identificação de lideranças.....	104
3.1.2 Fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional do CEPESI e integração das feiras orgânicas.....	105
3.1.3 Formação, capacitação e assessoria técnica em economia solidária.....	106
3.1.4 Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao CEPESI e aos novos EES constituídos.....	108
3.2 INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESOL COM A DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS.....	109
3.3 TRANSVERSALIDADE DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESOL COM OUTRAS POLÍTICA PÚBLICAS.....	112
3.3.1 A formação de grupos a partir da integração de ações com agentes públicos.....	113
3.4 A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA ESOL PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICES.....	123
ANEXOS.....	131

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz reflexões sobre o Programa Esol dentro do processo de implantação da política municipal de economia solidária no município de Itajaí. Optou-se pela análise deste Programa porque seu projeto de origem foi elaborado com foco no conceito de ES por meio da implantação de ações integradas e articuladas territorialmente, visando a participação das comunidades, atores sociais, agentes locais, públicos e a sociedade civil organizada, mobilizados em torno de uma visão de futuro. As reflexões aqui trazidas estão sob um olhar de quem participa do movimento da ES e isso refletiu no trabalho de campo, foi um constante exercício de mensuração em um universo do qual eu faço parte.

Como integrante da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí ITCP/UNIVALI, no cargo de analista de projetos e executando muitas das atividades do Programa Esol estive num espaço privilegiado de pesquisa, com facilidades para acesso aos dados. As pautas, atividades e documentos gerados pelo meu trabalho no Programa Esol fazem parte desta pesquisa. Logo no início da execução, em janeiro de 2014, de forma voluntária, tive participação direta nas ações do Programa colaborando no processo de contratação da equipe técnica. Cabe aqui colocar que tal colaboração ocorreu por convite da saudosa e querida amiga Idalina Maria Boni, então coordenadora de campo do projeto e, sem dúvida, a principal atriz política do movimento da ES em Itajaí e região, tendo seu trabalho reconhecido em níveis estadual, nacional e até internacional. Ela partiu durante o desenvolvimento do Projeto Esol, vítima de câncer, deixando todo seu legado de luta e conquistas para a economia solidária.

No período de fevereiro de 2014 a dezembro de 2014, pude acompanhar as ações do Esol de forma próxima, mas não direta, visto que estava-se no mesmo ambiente de trabalho, integrando a equipe de um outro projeto. Nas reuniões periódicas com toda a equipe da ITCP/UNIVALI tinha-se informações sobre o projeto por meio de relatos da coordenação e dos integrantes da equipe contratada para executar o projeto. Também tinha-se notícias das ações em conversas informais com demais atores envolvidos no Projeto Esol, tanto gestores públicos, representantes de entidades e integrantes dos grupos econômicos solidários. Neste período portanto não havia participação direta nas atividades do Esol. Quando Idalina foi diagnosticada com câncer, em novembro de 2014, teve que pedir seu afastamento para tratar da doença. Tendo em vista esta situação, fui convidada a trabalhar efetivamente no Programa Esol, com a responsabilidade de elaboração de relatórios para prestação de contas.

Assim, além de ser um projeto acadêmico, o Programa Esol fez parte do meu dia a dia, é o trabalho cotidiano que esta sendo problematizado, ou seja, o conteúdo e resultado desta pesquisa reflete uma parte do trabalho cotidiano. O tema da ES faz parte de um projeto existencial, com proximidade local/geográfica, afetiva, política e simbólica. Há todo um campo de relações sociais, emocionais onde que as urgências e insurgências de militante se misturaram com o trabalho na ITCP/UNIVALI e também com o objeto desta pesquisa.

Existe, portanto, um enorme esforço de distanciamento, pois há vários sentimentos envolvidos: amizade, rechaço, satisfação, indignação, alegrias, preocupações, ou mesmo situações reveladoras, de confissões e pedidos de ajuda. Estes sentimentos impactam de certa forma na pesquisa, pois esta é também a reprodução de um conjunto de valores e relações construídos e vividos no campo da ES. Com o tempo, na atuação direta na supervisão e execução das atividades do Programa Esol estive à mercê de tensões decorrentes de conflitos por vezes entre a equipe, nos grupos atendidos, na esfera política. Para esta experiência de vida servir de base para um processo de teorização é necessário estranhar algo que é tão familiar e sem sombra de dúvidas este foi o maior desafio nesta pesquisa. Por vezes parecia que estava escrevendo um romance, até conseguir estranhar o suficiente e apreender que os entraves, tensões e contradições experienciadas durante a execução do Programa Esol podem ser problematizados trazendo boas contribuições para o fortalecimento da ES em Itajaí.

A pesquisa teve como objetivo principal avaliar a contribuição do Programa Esol para o município de Itajaí com destaque analisando o processo de integração das ações do Programa com a dinâmica já estabelecida em Itajaí, o processo de participação de diferentes atores e a transversalidade das ações com outras políticas públicas.

Para tanto se fez necessário especificamente investigar e caracterizar a trajetória da economia solidária e das políticas públicas municipais; a contextualização do Programa Esol sua implantação, implementação e a metodologia de desenvolvimento de suas ações tendo por referência os objetivos específicos do Programa; analisar os resultados quantitativos, organizativos, e a articulação com as políticas públicas fazendo um balanço de sua contribuição para o fortalecimento da economia solidária e das políticas públicas em Itajaí.

Esta pesquisa é também uma forma de comunicar e socializar o conhecimento gerado a partir da experiência do Programa Esol. O texto está organizado de modo a apresentar no Capítulo 1 da pesquisa a economia solidária no Brasil e no município de Itajaí em Santa Catarina, com a caracterização e trajetória das políticas públicas municipais, o ambiente institucional desta política, trazendo o histórico da movimento no município, os principais atores e iniciativas de economia solidária em Itajaí e região. Na segunda parte do capítulo,

será caracterizada a história do Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI, do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – Idalina Maria Boni – CEPESI, e o trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Univali – ITCP da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

O Capítulo 2 aborda o Programa Esol, sua gênese, objetivos, forma como aconteceu sua implementação com a descrição de suas ações, caracterizando a metodologia do trabalho realizado e sua intersecção com os objetivos do Programa principalmente quanto à dinâmicas e instrumentos utilizados nas ações do projeto.

Por fim, o Capítulo 3 apresenta a avaliação do Programa Esol no processo de implementação de uma política municipal de economia solidária em Itajaí com destaque para a análise do processo de integração das ações, o processo de participação e como a ES, por meio de ações transversais de políticas públicas, pode colaborar para a transformação social e econômica.

Cabe dizer que as diversas vozes e olhares que se comunicaram com esta pesquisa são de pessoas e grupos envolvidos que agregaram seus conhecimentos e saberes na construção de uma política municipal de economia solidária para Itajaí. O acúmulo de conhecimentos e sentidos produzidos ao longo dos três anos de execução do Programa foi uma importante experiência pedagógica para quem dele participou, com caráter de formação e autoformação. Foi um processo coletivo de recuperação, interpretação e reapropriação crítica da prática vivenciada pelas e pelos participantes desta experiência. Foi a chance de reconstruir, interpretar, teorizar e ressignificar aquilo que foi vivenciado durante o Programa Esol. Este processo contribuiu, contribui e certamente continuará contribuindo para o aprimoramento da minha caminhada junto ao movimento da economia solidária. Por fim, espera-se que esta dissertação de mestrado ofereça subsídios e inspire novos estudos acadêmicos sobre o tema, no âmbito do PPGPLAN/UDESC e em outras universidades, com forma de fortalecer as estratégias que buscam alternativas para a consolidação de modelos mais sustentáveis e justos de desenvolvimento.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo analisa o Programa Esol enquanto instrumento para o fortalecimento da economia solidária em Itajaí/SC. Toda avaliação investigativa supõe um processo de reconstrução da realidade a ser pesquisada (MINAYO, 2005, p. 99). Neste processo há diversas possibilidades. Para registrar e resgatar a trajetória da experiência do Programa Esol

de modo a compreender melhor e aprimorar a política municipal de economia solidária em Itajaí e região a estratégia foi realizar uma avaliação buscando combinar investigação, participação e política, assim como ensina Gajardo (1986, p. 45) e Creswell (2010). Para estes autores esta combinação pressupõe “a ideia de um sujeito, a ideia de um projeto político encampado por uma frente popular, o privilégio do espaço microssocial como lócus político e o papel do investigador como ator político transformador”. Nesta pesquisa os sujeitos são as pessoas beneficiárias do projeto, o projeto político é a política municipal de ES de Itajaí encampada pelo movimento local, e eu, como analista de projetos e integrante da equipe da ITCP/UNIVALI tive a oportunidade de pesquisar este projeto político.

O desenho metodológico nesta investigação participante é de triangulação de métodos e técnicas quantitativas e qualitativas. Minayo (2005, p. 29) diz que a triangulação de métodos é capaz de expressar uma análise integrada das “estruturas, processos e resultados” e a “compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas fazendo dele uma construção específica”. A integração objetiva e subjetiva no processo de avaliação nessa pesquisa incluem alguns atores do projeto e do Programa não apenas como beneficiários e objetos de análise mas com a possibilidade de se auto avaliarem.

A combinação de métodos e técnicas quantitativas e qualitativas envolveram levantamento e análise documental em triangulação com entrevistas semiestruturadas e observação. No aspecto quantitativo, foram utilizados dados gerados durante a execução do Programa, como por exemplo número de ações envolvidas, os resultados da geração de trabalho e renda do público envolvido no Programa Esol a partir do faturamento do CEPESI. Estes dados foram produzidos para atender às demandas de trabalho e na elaboração de relatórios técnicos sobre a execução do Programa Esol com a finalidade de prestação de contas do Contrato 160/2013, firmado entre o Município de Itajaí e a UNIVALI. Além dos relatórios de execução das metas físicas, eram apresentados os planos de aplicação dos recursos financeiros. a aplicação dos recursos eram elaborados mensalmente pela UNIVALI, sendo entregues à SEDEER, que por sua vez também elaborava relatório, a partir dos dados contidos nos relatórios recebidos para prestar contas do Convênio 771773/2012, firmado na época entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da então Secretaria Nacional de Economia Solidária (atual Subsecretaria), e o município de Itajaí.

Muitos dados primários foram coletados a partir dos Formulários do Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária – SIPES, aplicados às-aos representantes dos EES, que respondiam questões individuais em um tipo de formulário (ANEXO A) e outro

próprio para o EES do qual fazia parte (ANEXO B). Os formulários foram preenchidos durante a realização de oficinas, reuniões de mobilização, reuniões em conselhos. Os instrumentos foram aplicados pela equipe contratada para execução do Programa Esol: articuladores territoriais, gerente e atendentes do CEPESI com apoio de bolsistas de extensão da ITCP em ocasiões aleatórias. Os formulários passaram a ser preenchidos somente a partir de 2015 por solicitação da SEDEER/SENAES, como requisito para prestação de contas e liberação das parcelas do Convênio 771773/2012 e foram preenchidos até 2016, portanto as pessoas que passaram pelo Programa em 2014 não constam nos SIPES. Tive a oportunidade de acompanhar uma atividade na qual foi solicitado o preenchimento do formulário pelos participantes de uma oficina. Dentre as pessoas presentes teve uma que não quis preencher porque no formulário solicitava informação do CadÚnico, e como o Programa Esol visava a geração de renda, ficou receosa de perder o benefício, mesmo o articulador ter argumentado que não preenchiam conforme relatou um dos articuladores ao final da atividade, mesmo tendo relatado que era uma ação transversal ao SUAS, voltada a beneficiários de programas sociais assim com ela. Acredito que isto tenha acontecido também em outras ocasiões pois segundo consta nas listas de presenças há um número muito maior de diferentes pessoas e grupos que participaram do projeto mas que não preencheram os formulários.

À luz de uma perspectiva histórica, na pesquisa documental foram analisados diversos documentos institucionais pertencentes aos acervos da ITCP/UNIVALI, do Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI e do CEPESI. Não foi priorizado um certo tipo de documento, reunindo todos os documentos produzidos durante a execução do Programa Esol. Desse modo, os documentos incluem atas, fotos, relatórios, legislações, editais, vídeos, *curriculum vitae* além da produção escrita pela equipe de execução do Programa Esol durante as assessorias técnicas, feiras, reuniões e outras atividades. Além disto, foram analisados outros documentos tais como: edital de chamada pública que deu origem ao Programa Esol, o programa do governo federal no qual está inserido a ação orçamentária do referido programa, o projeto inicial submetido à SENAES. Os relatórios mensais das atividades dos articuladores territoriais e os mapeamentos realizados foram uma fonte riquíssima de detalhes dos quais pude elucidar algumas questões, principalmente sobre uma das metas do projeto de formação de colegiados territoriais.

Assim como leciona (CRESWELL, 2010, p. 26) no levantamento dos dados, orientou-se para envolver questões e procedimentos que emergiam da realidade estudada, com dados coletados no cotidiano, com estilo indutivo, e foco no significado subjetivo e na “importância da interpretação da complexidade de uma situação”. O Programa Esol implicou ações

transversais, assim na análise dos documentos elaborados pela equipe executora, foram considerados os aspectos relacionados às metas estabelecidas no projeto inicial, as etapas e subetapas executadas e a forma como foram executadas, observando suas características e avaliando os resultados alcançados.

Consequentemente a pesquisa poderá se desdobrar em uma agenda de ações podendo produzir mudanças nas práticas, de forma emancipatória e colaborativa refletindo objetivos políticos e de justiça social. A intenção é que os resultados da avaliação do Programa Esol aqui sistematizados possam gerar informações para ao processo decisório de elaboração e execução de políticas públicas e para a melhoria na gestão da política de economia solidária no município de Itajaí e região.

Para a trajetória da ES e das políticas municipais antecedentes ao Programa Esol no município de Itajaí/SC foram pesquisados documentos cedidos pelo CDHI, pelo CEPESI, e em documentos do acervo pessoal de Idalina Maria Boni que estão no acervo institucional da ITCP/UNIVALI. Em 2014 realizei assessoria junto ao Centro de Direitos Humanos de Itajaí na organização das Conferências Livres sobre Migração, e posteriormente como associada tive o privilégio de preparar as comemorações dos 30 anos de fundação do CDHI. Neste trabalho de resgate foram encontradas diversas informações que registram o histórico da economia solidária. No acervo pessoal de Idalina, que se confundia com o acervo institucional do Centro de Direitos Humanos de Itajaí, encontrou-se documentos físicos e digitais, fotos e vídeos que contaram um pouco da história da ES em Itajaí, de Santa Catarina e do Brasil.

O marco temporal definido para caracterizar a história da ES em Itajaí é dos anos de 1984 a 2016, pelo fato de que no anos 80 houveram boas articulações entre organizações da sociedade civil, bem como de grupos articulados em torno dos princípios da ES, as quais fizeram surgir outras iniciativas econômicas solidária no município. O Programa Esol, por sua vez, começou a ser executado no final de novembro de 2013 e finalizado no dia 31 de dezembro de 2016. Para caracterizar a ES de Itajaí, além da análise documental e da história biográfica da saudosa Idalina Maria Boni foram também utilizadas informações coletadas a partir de conversas informais diretamente com pessoas envolvidas no movimento da ES desde a década de 1980. Destaco entre estas pessoas o professor Pedro Floriano dos Santos (Gerente de Extensão e Cultura da UNIVALI), Márcia Bavaresco (ex-diretora de apoio ao micro empreendedor e economia solidária), Vilso Felizari (ex-gerente do CEPESI), Rosangela Darugna, servidora pública, Márcia Souza e Bruno Schmidt, ambos últimos contratados como articuladores territoriais.

Para descrever o contexto do Programa Esol, os objetivos, a implementação e a metodologia de desenvolvimento de suas ações foram analisados dados em documentos de acervos institucionais, leis, atas, relatórios, fotos, listas de presença elaborados durante e para a execução das ações pela equipe contratada.

Para analisar os resultados do Programa Esol, teve-se por referência seus objetivos específicos, sendo utilizadas entrevistas abertas com integrantes de EES que participaram das ações do Programa. Para compreender melhor os resultados apresentados junto ao público atendido pelas ações do Programa Esol, foi realizada entrevista com um dos articuladores territoriais. E grupo focal com representantes dos EES articulados pela equipe do Esol, especificamente com representantes dos grupos econômicos solidários formados a partir das ações do Programa e que ainda estão em funcionamento. Este público foi escolhido visando o aprofundamento das questões pensadas a partir das ações e objetivos do Programa Esol pois são pessoas que foram diretamente beneficiadas e que contribuíram para entender o processo de construção do Programa Esol e também da política de ES em Itajaí e até mesmo na região.

As entrevistas tiveram padrão semiestruturado (Apêndice A) com roteiro voltado para o cotidiano e vivência dos atores na ES e no Programa Esol. Constaram questões sobre tempo de participação na ES e participação em outras esferas sociais, conhecimentos de ES, experiência com o Programa Esol: expectativas, dificuldades, sugestões, contribuições para o EES, e para ES de Itajaí. A realização das entrevistas contribuiu de forma muito tímida para gerar elementos para a análise dos dados. O apreendimento dos resultados do Programa é resultado da combinação das percepções dos participantes, como um todo, enquanto público beneficiário de um programa federal voltado para o fortalecimento da ES, como da equipe técnica do Programa Esol.

Com a observação participante, presenciou-se a execução do Programa vendo os resultados alcançados; ouvindo as experiências de participação dos entrevistados e de outras pessoas envolvidas com o programa Esol; conversando com os participantes do programa a respeito de sua biografia em relação à ES. Alguns registros disto constam nos diários de campo.

O Programa Esol estava interligado à uma agenda política, voltada a questões sociais num determinado contexto político, histórico, e social, em prol da mudança e transformação na realidade de parcelas marginalizadas da sociedade. O Plano Municipal havia sido aprovado recentemente, foi a oportunidade de colocar em prática muitas de suas ações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este item apresenta as bases teóricas utilizadas para estabelecer reflexões e conclusões em relação aos objetivos propostos. Ele encontra-se dividido em dois tópicos: i) O conceito e as características da Economia Solidária; ii) Economia Solidária e território.

i) O conceito e as características da Economia Solidária

A Economia Solidária – ES desde a década de 1990 e mais incisivamente a partir do início dos anos 2000 com mais visibilidade, principalmente a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Diversas iniciativas econômicas solidárias passaram a ser fomentadas pelo governo federal, inclusive aquelas que já existiam na década de 90 e muitas outras experiências que surgiram principalmente em parceria com instituições da sociedade civil, universidades e governos municipais e estaduais. Desde então os programas e projetos de ES na perspectiva do Desenvolvimento Territorial – DT é tema de ações e planos orçamentários federais programas federais em diferentes abordagens.

Historicamente a ES surge como uma alternativa ao modo de produção e de relações impostos pelo sistema capitalista (informação verbal)¹. Para Singer (2016), é uma forma de resistência ao modelo de desenvolvimento imposto. Na ES as atividades de organização da produção, comercialização de bens e de serviços, distribuição, consumo e crédito tem por base os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade. Nos empreendimentos econômicos solidários – EES, a gestão é democrática e participativa, com distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, promovendo o desenvolvimento territorial (local, regional), com respeito aos ecossistemas, preservação do meio ambiente, valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre os diferentes. É um paradigma em construção, seu universo é amplo e complexo de relações, e seu sentido está principalmente em estabelecer relações econômicas com base na solidariedade. Estes empreendimentos em sua grande maioria são organizações coletivas de produtores, consumidores, poupadore, tais como cooperativas, associações e grupos informais que estimulam a cooperação entre si, mediante a prática da autogestão e da solidariedade com a população trabalhadora. A ES contribui na formulação, desenvolvimento

¹ SINGER, Paul. “A crise estrutural do capitalismo e os valores da economia solidária”. Palestra proferida na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 26 de fevereiro de 2016.

e fiscalização de políticas públicas que levam à concretização de mudanças progressistas na organização política, econômica e cultural na sociedade.

O horizonte mais amplo do movimento da economia solidária está na pretensão de transformação social a partir da ação dos diferentes EES, entidades de apoio e fomento – EAJs, gestoras e gestores públicos em prol do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, a abordagem territorial do desenvolvimento está presente em muitas ações e programas governamentais dentro da ES.

As experiências e estudos de intervenções no campo da economia solidária brasileira tem demonstrado que, como modelo de desenvolvimento, procura organizar a sociedade a partir de bases não capitalistas. E para ser um projeto político de sociedade, não pode ser somente uma adaptação ou inclusão ao modelo vigente de desenvolvimento e organização social. Se faz necessário, um processo de transformação, que se propõe a transformar a realidade, a partir da sua realidade (conflitos, problemas, negações) existentes. É uma economia que carrega a mudança e ruptura com o modo de vida hegemônico, com ideias progressistas, buscando firmar-se como um outro modelo de desenvolvimento. Importante a reflexão de Mance (2013, p. 18) sobre a ES, definindo-a por diversos enfoques:

[...] geração de trabalho e renda; concepção estratégica de desenvolvimento sustentável, com caráter ecológico; instrumento de política pública para a inclusão social; como um setor da economia; um novo modo de produção ou um sistema econômico pós-capitalista; forma de resistência às estruturas capitalistas de produção, distribuição consumo, financiamento e acumulação e de degradação ambiental, combatendo igualmente o individualismo, a exploração dos trabalhadores, a expropriação dos consumidores e diversas formas de dominação cultural e afirmando novas estruturas de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, justas e sustentáveis e; um modo de vida para a realização do bem-viver. Mas ainda é um modelo de desenvolvimento que traduz uma funcionalidade ao capitalismo.

A transversalidade da ES permite adequar-se a uma visão contemporânea da gestão pública. A exemplo disto, a política de ES, antes de 2016, estava articulada com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério das Cidades – MC, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Educação – MEC, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Minas e Energia – MCTI, Secretaria Nacional Especial para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.

Para Silva (2005, p. 102), na ES o desenvolvimento é uma ação cultural e um processo de construção contínua, que conjuga a teoria com o empirismo, produzindo novos conhecimentos em sintonia da cultura com a natureza. Para o autor, o desenvolvimento

também pode ser interpretado como uma expansão sustentável do sistema socioeconômico para um maior grau de bem-estar.

A ES também abarca a concepção de desenvolvimento como liberdade, apresentada por Sen (2010 p. 54), a qual concentra-se particularmente nos papéis e inter-relações entre agentes e instituições. Para o autor o desenvolvimento está diretamente relacionado à liberdade de expressão, ao voto livre, ao acesso à educação e saúde, pois facilitam a participação econômica do indivíduo, seja no comércio ou na produção, e geram abundância individual e recursos públicos para os serviços sociais.

Nesta concepção, o desenvolvimento é como uma interação de múltiplos atores que detém “liberdades instrumentais cruciais: oportunidade econômica, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.” (SEN, 2010, p. 58). Estes instrumentos são tipos distintos de direitos e oportunidades que colaboram para o desenvolvimento do ser humano e para uma cultura e natureza de liberdade. A ES deixou de ser apenas um processo alternativo ao modelo econômico hegemônico para se propor como modo de vida, de relacionar-se com o próximo, de forma que as pessoas se satisfaçam com o que tem, tendo sua “racionalidade pautada na solidariedade e na cooperação” (OLIVEIRA, 2012, p. 131).

A crise do capitalismo, defendida por Singer (informação verbal, 2016)², vive hoje no mundo inteiro não está na sua eficácia econômica e sim no modo de vida que sustenta, permeado pela competição, não somente nas relações sociais mas também entre as instituições. Isto porque fomenta a ideia de concorrência em praticamente todos dos níveis da vida humana. Para o autor é exatamente a isso que a ES se contrapõe, ao invés da competição, a cooperação. O capitalismo até os dias atuais, não colabora para o desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades básicas do ser humano, com justiça social, valorização do ser humano e participação social, e sim para a acumulação de capital.

Na esfera econômica, enquanto que o modo de produção leva a competitividade nas relações humanas e institucionais, a ES representa a proporcionalidade igualitária entre os integrantes dos empreendimentos. O processo de geração de trabalho e renda é solidário, o interesse coletivo se sobrepõe ao interesse individual. A solidariedade na perspectiva do desenvolvimento apregoa a valorização da cooperação, da responsabilidade coletiva e compartilhada em favor da construção de uma sociedade mais justa, com a superação das desigualdades socioeconômicas, étnicas, de gênero e de geração. Isto implica principalmente

² SINGER, Paul Israel. “A crise estrutural do capitalismo e os valores da economia solidária”. Palestra proferida no dia 26 de fevereiro de 2016 na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

no fortalecimento da base econômica local. Nesta perspectiva a ES passa a se constituir como estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de Desenvolvimento Territorial, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente, pois tudo o que é realizado coletivamente é superior aquilo que é realizado individualmente.

Para Singer (informação verbal)³ “a função principal da economia solidária é propiciar às pessoas a oportunidade de se realizarem integralmente como seres humanos”, desta forma a ES se aproxima de uma estratégia de desenvolvimento, ao passo que democratiza as relações, oportuniza a utilização de recursos econômicos com o propósito de produção, consumo ou troca, além da participação em outras atividades econômicas e também políticas. Além disso na ES as relações sociais são relações básicas de confiança, com garantia de transparência. Para isso, a ES muito vem se fortalecendo por meio da estruturação de redes e cadeias, proporcionando uma espécie de segurança protetora daqueles que integram as políticas públicas de ES: empreendimentos econômicos solidários – EES, entidades de apoio e fomento – EAF e gestores públicos – GP e consequentemente os consumidores, simpatizantes e demais participantes do movimento.

Em 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, representação política do movimento, em sua Carta de Princípios, apresenta:

Por Economia Solidária se comprehende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, mas trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural a ambiental e a democracia participativa. Ela se funda na cultura da cooperação da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista (Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <goo.gl/9CPr3w>. Acesso em: 12 set. 2015).

As atividades de organização da produção, comercialização de bens e de serviços, distribuição, consumo e crédito tem por base os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, com gestão democrática e participativa, distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, respeito aos ecossistemas, preservação do meio ambiente, valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre os diferentes. Assim como dito por Singer (informação verbal)⁴, a Economia

³ Palestra proferida por Paul Singer no Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs. IV e Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária. II. Mesa: Ensino, pesquisa, extensão e suas relações com a economia solidária: as possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a economia solidária e o padrão produtivista competitivo da universidade contemporânea. Salvador/BA em 16 de abril de 2014.

⁴ Palestra abertura proferida Paul Singer no Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs. IV e Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia

Solidária, é a economia do bem-viver, podendo ser medida pelo FIB – Felicidade Interna Bruta. Schiochet (informação verbal)⁵ assinalou que a ES é profundamente democrática, igualitária, com ideais recentes, pensamento humano crítico, uma espécie de sociedade socialista que incorpora resistências (negros, índios, quilombolas). Para o autor é um misto de “superação e capitalismo”, uma economia de “restauração de processo históricos destruídos com visão de coexistência na convivência de diferentes formas de viver e não aceitação da realidade dominante hegemônica existente”. A ES é portanto toda iniciativa econômica remunerada ou não que incorpora grupos, tanto de produção, como de comercialização, consumo, cultural, terapêutico, etc., pois a ES é ao mesmo tempo um fenômeno econômico e político.

ii) Economia Solidária e território

O território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. Para Buarque (1986), o território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, para o autor o território só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais. Souza (1995) entende que o território é o espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, que define, assim, um limite (alteridade) e que opera sobre um substrato referencial, em suma, o território é definido por relações sociais. Segundo Duncan (2003), o enfoque territorial refere-se a um determinado espaço, não necessariamente contínuo, e a uma determinada concentração de população, onde se examinam as unidades ambientais, os recursos naturais, as atividades econômicas, as infraestruturas econômica e social, as relações sociais, os domínios institucionais, e os limites políticos.

Sem considerar apenas os limites e atributos geográficos e de tamanhos que dominam as teorias e práticas relacionadas com a regionalização, no desenvolvimento territorial, os atores passam a ser sujeitos de seu próprio desenvolvimento e os territórios organizados deixam de ser o simples produto das relações sociais de produção para se transformar, em agente ou sujeito de seu próprio desenvolvimento, o qual passa a ser mais endógeno e mais

Solidária. II. Mesa: Ensino, pesquisa, extensão e suas relações com a economia solidária: as possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a economia solidária e o padrão produtivista competitivo da universidade contemporânea. Salvador/BA em 16 de abril de 2014.

⁵ Mesa de Abertura do V Encontro Regional Sul da Rede ITCPs, em Foz do Iguaçu/PR em 31 de agosto de 2014.

equitativo, sem ser autárquico uma vez que plenamente inserido no mundo globalizado (BOISIER, 1992). O desenvolvimento, em suas diversas formas e adjetivações também pode ser interpretado como uma expansão sustentável do sistema socioeconômico para um maior grau de bem-estar; neste sentido considera-se um conjunto de variáveis econômicas, sociais e ambientais cujos valores indicam o desenvolvimento. Para Boisier (1992), compreender a natureza do desenvolvimento não pode limitar-se a uma série de indicadores expressos numericamente, ou por projeções considerando tendências, índices de concentração, curvas, correlações e demais artifícios numéricos, pois assim se estaria reduzindo desenvolvimento ao simples crescimento.

Pensar o desenvolvimento com base no território é um desafio a ser enfrentado também no âmbito da ES. O planejamento do território em si é a construção do espaço a partir das pessoas, com multi e intersetorialidade. Na esfera da gestão territorial e da ES temos o desenvolvimento territorial sustentável – DTS. Consoante ao que defende Vieira (2010, p. 63) é aquele que permite superar o enfoque de desenvolvimento regional e local. “[...] enfatiza as inter-relações entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais.” É a possibilidade de criação de um círculo virtuoso entre as diversas formas de capital (capital social e cultural, capital humano, etc.) que podem ser mobilizados (capacidades de mobilização, engajamento e governança) para atualizar as capacidades de desenvolvimento (ações e dinâmicas de desenvolvimento) permitindo a produção de comunidades territoriais e sustentáveis (bem-estar, qualidade de vida e sustentabilidade).

No Brasil, o desenvolvimento territorial, fora pensado de forma local e regional,⁶ apresentando-se como um novo modo de promover o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrindo ou despertando as vocações locais, desenvolvendo potencialidades específicas (FRANCO, 1998, p. 6-9). Em 2011, a SENAES⁷ em seu Programa de governo “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária” conceituou território como:

um espaço físico, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural, e as instituições políticas, e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SENAES, 2011, p. 3).

⁶ BRASIL. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Documento de Referência. p. 12

⁷ Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 003/2011. Promoção de ações municipais integradas de economia solidária para o desenvolvimento local e territorial visando a superação da extrema pobreza.

Este conceito portanto serviu de base para o governo federal lançar o edital para as “Ações Integradas de Economia Solidária” em municípios e nos estados brasileiros. Segundo a SENAES, como política pública, a ES se integra plenamente às orientações estratégicas e prioridades do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais por meio do resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza e da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário (BRASIL, 2011, p. 1). A abordagem territorial combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social.

Grande parte dos estudos de ES tem por objeto os empreendimentos solidários, sua viabilidade econômica, a autogestão, forma de organização, mas poucos tratam da relação desses empreendimentos com o território no qual estão inseridos e as implicações da ES como estratégia de desenvolvimento. É importante perceber sua aplicação na realidade, que de forma fundamentada pode colaborar para a transformação social e econômica que tem capacidade de induzir, pois interliga-se a diversos temas. São poucas as políticas sensíveis às particularidades locais, e no caso da ES, o governo federal estava fomentando programas temáticos para o Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária para mobilizar de maneira efetiva e constante os atores políticos e produtivos criando as condições legais e institucionais de execução e apoio aos arranjos produtivos voltada para o desenvolvimento local e regional, ou seja, com abordagem territorial. A abordagem territorial demanda e estimula a ação integrada de diversos aspectos, seja da área social, econômica, ambiental, de infraestrutura ou de desenvolvimento regional.

1 O CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DO NACIONAL AO LOCAL

Na década de 1970, o Brasil configurava-se, como apresentado por Prado Júnior (2012) “um bom campo para os negócios marginais e periféricos do capitalismo internacional” considerando as possibilidades de expansão por meio do investimento privado. As premissas do desenvolvimentismo brasileiro assentam-se em bases muito precárias, nos anos 70, em tempo da ditadura militar. Como já visto, o desenvolvimento tido como crescimento econômico mostrou-se limitado no sentido de suprir as necessidades básicas da população. Nos anos 80 e 90, inicia a abertura aos investimentos transnacionais no país, dando maior liberdade aos atores econômicos de mercado, com pouca intervenção do Estado na economia.

Neste contexto limitado do crescimento econômico em prover a justiça social e, como resultado do acúmulo do movimento popular dos anos 70 e 80, surgem no Brasil iniciativas econômicas alternativas, as quais contrapõem a subordinação na geração e acumulação de renda no modelo econômico hegemônico (BARBOSA, 2007, p. 171). Passa-se a considerar o desenvolvimento como processo de permanente construção, o qual requeria uma pluralidade de conhecimentos, técnicas e recursos com participação democrática.

Neste período foram impostas políticas de restrição de crédito pelo governo, e a inflação alta fez ressurgir novas práticas econômicas como opção para combater o cenário de desigualdades. Neste quadro das condições socioeconômicas e políticas estão as origens ES no Brasil, emergindo dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural. Barbosa (2007) explica que as primeiras experiências de geração de renda e de trabalho na perspectiva da ES datam dos anos 80-90 desenvolvidas por ONGs e organizações religiosas (Rede Cáritas por meio dos PACs) nas comunidades a organização das pessoas assentadas, quilombolas, periferias urbanas, ribeirinhos. A ES surge então como alternativa de geração de renda, uma nova forma de economia num contexto de derrota política dos movimentos populares pois os governos populistas não haviam sido eleitos. Houve grande mobilização contra a acumulação do capital com protestos contra o pagamento da dívida externa e apropriação da riqueza socialmente produzida.

Do período entre os anos 1995 aos anos 2000 as experiências de políticas públicas regionais de ES tiveram destaque no estado do Rio Grande do Sul, que na época fomentava por meio de práticas a geração de trabalho baseadas na cooperação (BARBOSA, 2007, p. 175). As experimentações da sociedade civil para o fortalecimento da ES, como alternativa ao desemprego e ao desaquecimento econômico territorial, passaram a ter maior visibilidade

sendo incorporadas aos programas de governos regionais, assim como assinala a autora. Ainda na década de 90, o processo de acumulação do capital se intensifica, e tornando ainda mais forte com a concentração e centralização de capitais, com a financeirização da economia (por meio da transferências de moedas e não mais de mercadorias) e mundialização do capital.

Em 1998 foi realizado o Encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias – Porto Alegre/RS e como resultado foi apresentada a “Carta de Porto Alegre”, na qual subscreveram os países: México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina e Brasil. Na carta definem Ecosol como alternativa social para a internacionalização do capital e de combate a pobreza nos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede. Ainda na década de 90 surgem as primeiras incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Neste contexto em 1999, é criada a Agência de Desenvolvimento Solidária – ADS/CUT o movimento da ES que o movimento passa a enveredar-se ainda mais ao empreendedorismo autogestionário. No ano 2000 foi realizado em Mendes no Rio de Janeiro o primeiro Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária no qual foi articulada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES tendo a participação de diversas organizações de assessoria à sociedade civil, movimentos sociais, produtores populares com o objetivo de fortalecer, divulgar e articular os produtores e consumidores visando dinamizar a cadeia produtiva da economia solidária.

Segundo Oliveira (2007), entre os anos de 1997 a 2001 foi um período de articulação internacional, liderada pela Rede Peruana de Economia Solidária, Redes Quebec/Canadá e da França em torno de uma globalização solidária na qual culminou a realização do I Fórum Social Mundial – FSM em Porto Alegre em 2001. Na ocasião foi formado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, o qual passou a representar as redes internacionais no comitê internacional que realiza as edições do FSM. O grupo foi instituído para articular no país as entidades interessadas em participar e divulgar a Economia Solidária.

Com a realização do I Fórum Social Mundial – FSM em Porto Alegre em 2001 e a formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES em 2003 teve-se um movimento de agregação de diversos atores, culminando este processo institucional com a criação da SENAES. Estes acontecimentos são marcos iniciais da institucionalização da Economia Solidária no Brasil.

Com a primeira edição do FSM as iniciativas econômicas solidárias, então fragmentadas e isoladas, passaram a se organizar. Na ocasião foi criada a Rede Global de

Socioeconomia Solidária com a participação de vinte e um países com o intuito de organizar, integrando e divulgando a produção e a comercialização locais e nacionais. As três primeiras edições do FSM aconteceram na cidade de Porto Alegre/RS, nestas edições as pautas relacionadas à Economia Solidária foram aumentando paulatinamente. Ainda hoje a Economia Solidária continua como pauta, e com debates de convergência para outros valores e perspectivas sociais. Com a aproximação das práticas de ES no Brasil as ações isoladas tornaram-se um complexo modelo de desenvolvimento socioeconômico, frutos da organização de trabalhadoras e trabalhadores na construção de novas práticas econômicas e sociais. Em 2002 foi criada a Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Solidária – RIPES no Canadá no intuito de desenvolver propostas inovadoras para solucionar questões relacionadas à internacionalização da economia e de promoção do intercâmbio entre países dos hemisférios norte e sul. No mesmo ano é realizada no Brasil a primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, evento muito importante para discussão e definição a nível nacional dos trabalhadores da ES e também das entidades de assessoria e fomento. Em 2003 logo após a realização da II Plenária Brasileira de Economia Solidária, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária assumindo o compromisso do governo federal para o fortalecimento da ES no Brasil.

Toda essa mobilização deu origem ao FBES, como espaço institucional de representação do movimento da ES. Para a realização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária, convocada pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, foram realizadas diversas etapas regionais nas quais foram escolhidos delegados representantes de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos que constituíram o FBES para ser a instância máxima de organização da sociedade na temática da ES. Com o aumento das práticas governamentais de ES pelo Brasil, iniciadas no governo estadual do Rio Grande do Sul (1999-2002) e no município de Porto Alegre (2000-2004), foi possível formalizar a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em agosto de 2003.

Ainda em 2003, com a criação da SENAES, houve um aumento significativo no número de iniciativas socioeconômicas coletivas promovidas de forma cooperada entre produtores, trabalhadores autônomos e familiares, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais, para comercializarem, prestarem serviços, ofertarem crédito, e também iniciativas de consumo consciente e solidário. Estas iniciativas se apresentam sob as formas de cooperativas populares, empresas recuperadas pelos ex-empregados de empresas falidas, associações de

pequenos produtores, grupos de consumidores, grupos informais, redes de cooperação, e até mesmo cadeias produtivas que atuam em diversos setores: agricultura familiar e agroecologia, coleta e destinação final de resíduos sólidos, organizações de finanças solidárias, de comércio justo e solidário e também de consumidores.

Apesar da ES não ser apenas um fenômeno econômico resultante das condições e tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro, precisa se tornar uma experiência mais ampla. Ainda persiste o desafio da ES se constituir como organização dos trabalhadores, deixando de ter o aspecto marginal, embora que se represente os excluídos, mas como alternativa ao conjunto das classes trabalhadoras.

A forma de organização da ES é também resultado do acúmulo do movimento popular dos anos 70 e 80. Refere-se principalmente às organizações coletivas de produtores, consumidores, poupadore, tais como cooperativas e associações que estimulam a cooperação entre si, mediante a prática da autogestão e da solidariedade com a população trabalhadora, procurando colaborar aos mais desfavorecidos. O desafio está em organizar economicamente e socialmente grupos que possuem diferentes fragilidades, a busca pela sobrevivência, sem apoio do poder público, dificulta a organização dos trabalhadores.

1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ITAJAÍ: CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Neste contexto de organização da ES, Itajaí teve participação de muitos atores importantes que influenciaram a agenda a nível local e nacional. A sociedade civil organizada constituiu ao longo dos anos várias experiências de trabalhos na ES, de articulação e divulgação do tema com trabalhos e políticas existentes bem como a construção de canais e novos circuitos de comercialização de produtos e serviços, produção da agricultura familiar e da produção agroecológica.

1.1.1 Principais atores e iniciativas de economia solidária em Itajaí e região

A história da ES e Itajaí se confunde com as histórias de vida de muitos atores, pessoas, entidades e instituições¹. Em 2014, a saudosa Idalina Maria Boni fez um breve panorama sobre a História da Economia Solidária em Itajaí, registrado em documento digital

¹ A saudosa Idalina Maria Boni é exemplo disto, seu legado de luta e conquistas está presente nos alicerces da ES de Itajaí e indubitavelmente era e ainda é a maior referência do movimento da ES em Itajaí e na região.

datado de 23 de julho, para comemoração dos 30 anos de fundação do Centro de Direitos Humanos de Itajaí. Nestes registros consta que as iniciativas solidárias surgiram ainda na década de 80, com um grupo de jovens ligados à pastorais da igreja católica:

Em 1986, um grupo de cinco amigos, participantes de movimentos sociais e de Igreja, desejando garantir sua sobrevivência, e, ao mesmo tempo, continuar com seu envolvimento social, sem represálias, resolveu criar algo novo. Não queriam repetir o modelo tradicional de exploração e mais valia, não queriam ser patrão e nem empregados. Inicialmente, produziram telas de pintura, que não deu certo por causa do Plano Cruzado (Documento a História da Economia Solidária em Itajaí: um breve panorama, p. 2).

Isto porque a militância do grupo nas lutas sociais impedia-os de conseguir emprego, pois eram vistos como baderneiros, conforme relatado por Idalina Maria Boni em conversa informal.

Em 1988, passaram para o ramo têxtil, com o surgimento da Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda (empresa autogestionária) em Brusque. Segundo relatado por Idalina:

Este foi o embrião para o surgimento em 1991, do grupo Fio Nobre ou chamado carinhosamente pelos amigos e apoiadores de “Bruscorzinha”, na cidade de Itajaí, dando início a mais uma empresa autogestionária na região com os mesmos fundamentos. Foi assim que o movimento de Economia Alternativa (assim era definido) nasce na cidade de Itajaí (Documento a História da Economia Solidária em Itajaí: um breve panorama, p. 6).

Em 1996, por seu modelo de gestão, a empresa recebe o Prêmio Talentos Empreendedores, organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Rede BBrasileS TV. O empreendimento participou ativamente da Rede de Economia Solidária em âmbito regional, estadual e nacional.

Todas as pessoas que faziam parte da Bruscor tinham algum envolvimento nos movimentos sociais, ambientais, de bairro, de igreja ou partidário. Havia um entendimento de que não bastava criar novas relações apenas nas relações de trabalho, mas na sociedade como um todo. A fundação do Centro de Direitos Humanos de Brusque, em 1989, teve uma importante participação de sócios da empresa. Em 1991, a Bruscor liberou uma pessoa para trabalhos comunitários e outras pessoas, de maneira pontual, conforme a necessidade e a possibilidade da empresa. Havia parceria num trabalho realizado em espaço físico anexo ao prédio onde estava a empresa, denominado CEPOM, Centro de Educação Popular Osmar Müller, que, coordenado por membros da Bruscor e da comunidade local, desenvolvem trabalhos com crianças e adolescentes, como capoeira, atividades culturais e brincadeiras infantis (Documento a História da Economia Solidária em Itajaí: um breve panorama, p. 5).

A partir de 1990, a Ação Social Arquidiocesana – ASA do bairro São João iniciou sua atuação no movimento da ES, até os dias atuais a ASA está no movimento, sendo uma das entidades de apoio do CEPESI.

Em 1993, a partir da Bruscoor, inicia-se o processo de formalização da Fio Nobre, Cooperativa de Fios em Itajaí com produção de acolchoado para calçados, costura e pães e em 1996 com a produção de fio para artesanato. No ano de 94 é inaugurada a Casa Aberta, espaço cultural que iniciou como sebo e atualmente também agrega livraria e editora. Na década de 90, neste espaço aconteceram os primeiros brios da economia solidária.

Figura 1 – Registro fotográfico de um dos brios realizados em frente à Livraria Casa Aberta



Fonte: Acervo Centro de Direitos Humanos de Itajaí.

Nos anos seguintes houve muitas articulações para comercialização: Brio Casa Aberta, Feiras de artesanato na praça, Marejada (festa anual da colonização portuguesa), Festa do Colono (festa tradicional no município de valorização da agricultura). Em 1998, é fundado o Núcleo Afro em Itajaí Manoel Passos, outro grupo que colaborou na fundação do CEPESI. No âmbito regional, em 1999 é criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau – FURB, no ano seguinte é inaugurada a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí – RESVI agregando os empreendimentos e entidades de apoio de Itajaí e região.

No âmbito regional e estadual, os EES e EAFs de Itajaí participaram de diversos eventos que contribuíram para construção da ES em Santa Catarina. No acervo de trabalhos da Idalina disponíveis na ITCP UNIVALI, há fotos e anotações sobre a participação do

movimento local na Jornada Catarinense de Economia Popular Solidária realizada em Florianópolis em maio de 2000; nas I, II, III Feira Catarinense de Socioeconomia Solidária em Lages (2001), Itajaí (2005), Blumenau (2013); participação no I Seminário Estadual sobre Trabalho em 2002. Estes eventos foram momentos representativos no fortalecimento da economia solidária em Santa Catarina.

Em 1998 a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Itajaí – COOPERFOZ é organizada informalmente, e em 2001 é formalizada. Em 2004 passa a ser acompanhada pelo projeto “Fortalecimento da Autogestão e Empreendimentos” na cidade. Neste período foi articulada também a formação em finanças solidárias com a associação de artesão de Itajaí apoiada pelo Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí – BANCRI.

Em 2000 começa a participação nos Fóruns Social Mundial, em 2001 a articulação dos grupos locais para participar das feiras em Santa Maria/RS, no mesmo também articulou-se a participação nas feiras do Gasômetro e outras no Rio Grande do Sul. No mesmo período inaugurou-se o Projeto Brique Aqui, promovido pela Livraria Alternativa Casa Aberta nos anos de 2000 a 2002. Em 2003 Idalina Maria Boni era representante de Santa Catarina no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

No ano de 2004 foi eleita a primeira diretoria do Fórum Municipal de Economia Solidária de Itajaí. A UNIVALI cria a Incubadora Social, embrião da ITCP, a qual passa a fomentar grupos de geração de renda. Em 2005 é elaborado o projeto para criação do CEPESI, o edital a nível nacional previa a articulação de Centros Públicos de Economia Solidária fruto da parceria estabelecida entre a Gerência de Extensão da Universidade, SEDEER, e o Fórum de ES de Itajaí. O projeto é submetido ao edital do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Com a aprovação do Projeto, em 2006, inicia-se a implantação do CEPESI (ver item 1.1.1.2). A implantação é acompanhada por um Conselho Gestor do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí. Organizada pelo movimento local de economia solidária, com orientação da Universidade do Vale do Itajaí através do Laboratório de Educação Ambiental e pela Associação Voluntários Pela Verdade Ambiental.

A partir de abril de 2008, iniciam-se as atividades da ITCP UNIVALI cujo foco principal são empreendimentos de economia solidária. Após um ano de existência do CEPESI, verificam-se bons resultados perante a sociedade e importantes avaliações por parte do movimento. Como já visto anteriormente, em março de 2009 é aprovada e instituída a Lei Municipal para a Economia Solidária em Itajaí, resultado da articulação do movimento da ES.

Em 2010 é empossada a primeira diretoria do CMES de Itajaí e também criado o Fórum Litorâneo de Economia Solidária.

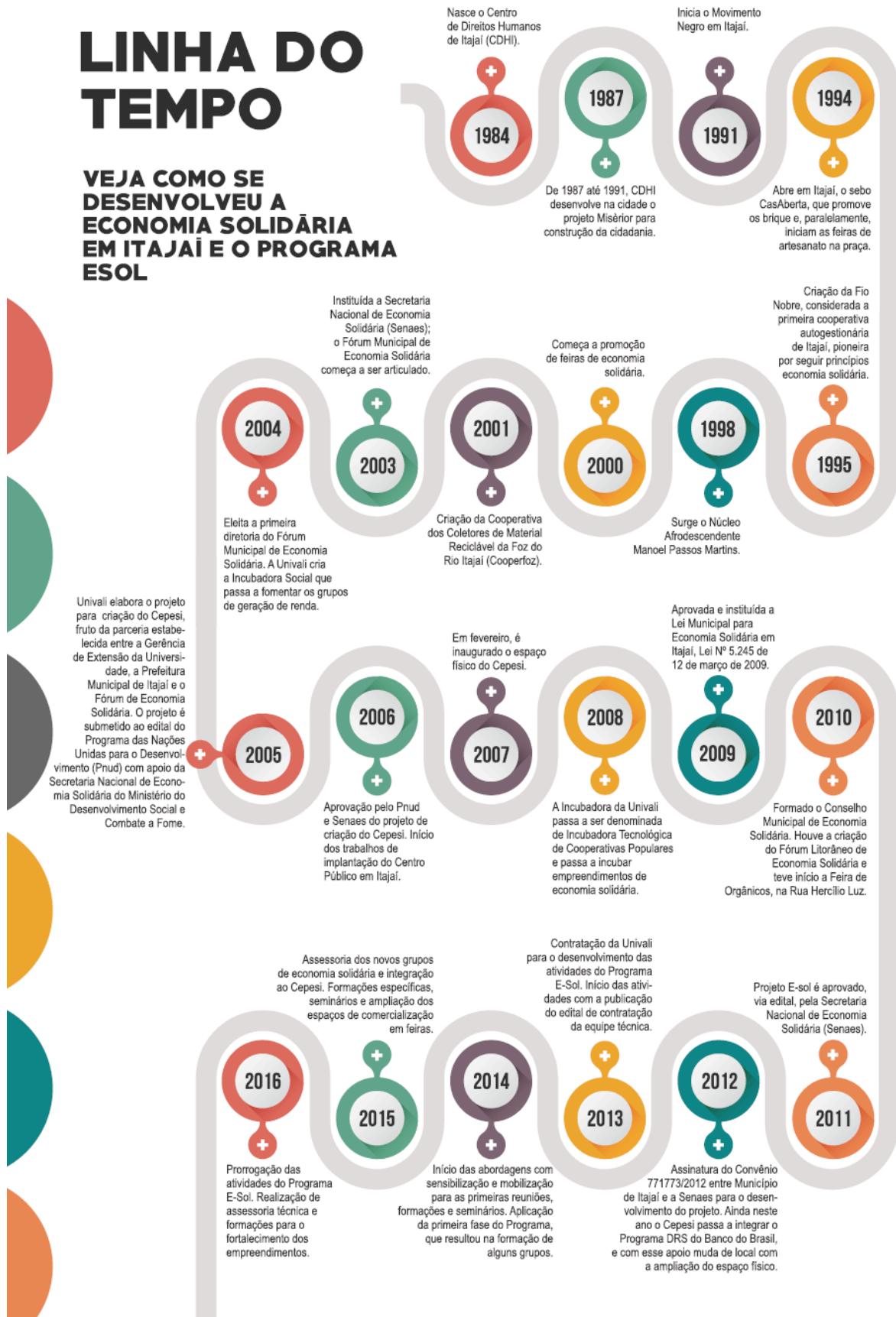
A Feira de Orgânicos também teve seu início no ano de 2009, realizada mensalmente no centro da cidade de Itajaí, incentivando o consumo consciente e a produção, plantio de orgânicos na cidade e região além de compras coletivas de outros produtos da região e do Estado. Além disso visava atender à agricultura familiar e aos trabalhos de Horta Comunitária existentes. Segundo notícia da época, o CEPESI realizava uma vez por mês, uma feira orgânica na Praça Vidal Ramos, em frente a Igrejinha Velha, no centro da cidade “uma feira de orgânicos em uma cidade é a oportunidade de se ter uma vida mais saudável e de investir em um mundo com a natureza preservada e mais socialmente justo” disse o Secretário Municipal da SEDEER na época.

A Feira de Orgânicos de Itajaí é realizada até os dias atuais por dois grupos: Natureza é Vida e Campina Verde, que representam em torno de 40 famílias de pequenos agricultores. Todas famílias são dos municípios de Presidente Getúlio e Correia Pinto. Até 2016 não havia produção orgânica de alimentos no município de Itajaí apesar de 80% da área territorial ser considerada como área rural. Desde 2016 há um projeto de extensão da UNIVALI sendo realizado no município visando a transição da produção convencional para a produção agroecológica voltado para mulheres agricultoras. A Feira até hoje é realizada e a cada semana tem aumentado gradativamente sua clientela.

Em dezembro de 2009 é realizada a segunda edição da Feira Regional de Economia Solidária com o tema “Participe! Entre neste mundo e consuma consciente” e realizando a comercialização de produtos, feira de trocas, rodada de negócios e atividades culturais. Participaram 30 grupos representando as cidades de Bombinhas a Piçarras e de Brusque a Indaial para comercializar seus produtos e serviços, principalmente artesanatos, alimentação, fitoterápicos, cuidados com a saúde, sabonetes, reciclagem, internet e alimentação orgânica.

Em 2010, na UNIVALI de Itajaí, aconteceu a II Conferência Regional de Economia Solidária da Região Litorânea do Vale do Itajaí, preparatória para a Conferência Nacional, que teve como tema Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Foi um evento que colaborou para a consolidação e o fortalecimento da ES em nível regional.

Figura 2 – Linha do tempo da ES em Itajaí



Fonte: Revista Esol

Em 2011, como será apresentado no Capítulo 2 iniciam as movimentações para a elaboração do Plano Municipal de Economia Solidária de Itajaí e é aprovado o Projeto “Ações Integradas de Economia Solidária no município de Itajaí/SC”.

1.1.1.1 O Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI

Em julho de 1984 a partir da ocupação de moradia no bairro PROMORAR II nasce o Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI. Nos anos de 1987 a 1991 pelo Projeto MISÉRIOR houve liberação de alguns associados e com apoio de advogados puderam realizar trabalho voltados para a construção da cidadania.

Segundo relatado por Idalina, a ideia de constituir a entidade surgiu a partir da luta pelo direito à moradia. O CDHI colaborou no processo de fundação de trinta associações de moradores nos bairros de Itajaí. É um dos grupos fundadores do CEPESI (2004) e também do Fórum Municipal de Economia Solidária de Itajaí – FMES (2003), tendo participação também no Fórum Estadual de Economia Solidária – FCES e nacional de ES – FBES. Atuou no debate de políticas públicas em saúde e geração de trabalho e renda, com diversas parcerias e na articulação de entidades parceiras e de projetos relacionados à questão racial, saúde, criança, meio ambiente, associações de moradores, agricultores, violência policial, mulher, constituinte, políticas públicas diversas áreas, alfabetização de adultos.

O CDHI desde então vem trabalhando em uma proposta de trabalho coletivo, com representatividade em diversos conselhos a nível municipal. Atualmente suas ações estão voltadas ao atendimento de imigrantes haitianos residentes em Itajaí. Como entidade de apoio e fomento à ES, colaborou na organização de feiras e encontros de empreendimentos solidários e até os dias atuais tem representação no Conselho de Administração do CEPESI. Certamente é uma das referências para a ES a nível local e uma das principais entidades responsáveis pela articulação da ES na região.

1.1.1.2 Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – Idalina Maria Boni – CEPESI

Os Centros Públicos de Economia Solidária são uma ação de política pública que surgiu da parceria entre a Rede de Gestores e a Subsecretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). São espaços públicos que abrigam suas dependências várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da ES, sejam governamentais ou não, promovendo a sua

integração. Segundo especificações complementares do Edital 02/2011 que deu origem ao Programa Esol², e, consoante ao Termo de Referência para Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária – CPES, são objetivos dos Centros Públicos de Economia Solidária:

1. disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária;
2. disponibilizar espaço físico e infraestrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados à economia solidária;
3. abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária, sejam governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
4. Abrigar atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
5. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
6. Promover nas suas dependências atividades de incubação de empreendimentos solidários;
7. Fortalecer as redes de comercialização dos produtos originados na economia solidária;
8. Constituir quadro técnico e infraestrutura nas administrações locais com condições de fomentar a expansão da economia solidária;
9. Formar rede de políticas públicas locais de economia solidária;
10. Promover intercâmbio de empreendimentos econômicos solidários em nível local, regional e nacional;
11. Contribuir para elaboração e execução de políticas de economia solidária em nível local;

Em Itajaí o CEPESI foi criado em 2005 a partir do Termo de Referência articulado entre a SENAES e o MDS. O projeto foi elaborado movimento local da ES, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Itajaí. Com sua aprovação, inicialmente se denominava Centro Público de Economia Solidária e Cidadania – CePESC, sem personalidade jurídica. A Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), por meio do programa de extensão Unicidade, se configurou uma grande parceria, somando esforços na tarefa de executar o Projeto CePESC – financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assessorando a efetivação do Centro Público. Segundo consta em seus arquivos institucionais, foram viabilizadas mais de 500h de atividades de formação nas mais diversas áreas. Além da formação, o projeto garantiu para o Centro Público novos expositores, veículo e equipamentos, e a contratação de duas pessoas para auxiliar administrativamente. A implantação teve como principal objetivo a promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS através da promoção da cidadania e geração de renda por meio da

² Chamada Pública 002/2011 – SENAES/MTE ANEXO I – Especificações complementares para promoção de ações integradas de economia solidária para o desenvolvimento local e territorial visando a superação da extrema pobreza. Disponível em: <goo.gl/TYgtmZ>. Acesso em: 15 out. 2015.

Economia Solidária como ferramenta de promoção da justiça social e de desenvolvimento da qualidade de vida. Em novembro de 2005, foi realizada Audiência Pública³ convocando a comunidade em geral para formação do Conselho Gestor, referente a implantação do Centro Público de Economia Solidária, na qual foi apresentado o referido projeto. Na composição do Conselho Gestor garantiu-se a representação dos seguintes setores: Empreendimentos de Economia Solidária; Fórum Municipal de Economia Solidária, universidades, organizações de apoio a ES; representações sindicais ligadas a ES; representações governamentais.

O CePESC foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2006, tendo como missão fomentar a Economia Solidária no município de Itajaí e região, abrigando nas suas dependências a integração de várias iniciativas e projetos governamentais e não governamentais voltados à geração de trabalho e renda. Foi fundado para disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de formação e organização de trabalhadores em empreendimentos de economia solidária bem como a comercialização e divulgação da produção dos mesmos.

Mais tarde, em 2007 o CePESC passa a denominar-se Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – CEPESI, com a inauguração oficial em 09 de fevereiro de 2007, contando com a presença de mais de 100 pessoas. Este evento foi fortemente marcado pela diversidade de atores presentes, sendo da gestão pública municipal, estadual e nacional, representantes de movimentos sociais, de empreendimentos solidários, de fóruns e conselhos, além da comunidade local. O CEPESI funcionou sem personalidade jurídica até maio de 2007 quando adquiriu personalidade jurídica como associação de direito privado, sem fins econômicos, e composto por um conselho de administração com representação de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e gestores públicos, o qual se reúne mensalmente para deliberações acerca da gestão e organização do Centro Público.

Em 2009 surge a Feira Universidade Ecossolidária, organizada pela ITCP/UNIVALI como um novo espaço de comercialização e fomento à ES para Itajaí e região. O espaço da Feira de Orgânicos, realizada no centro da cidade também servia para comercialização de produtos e serviços dos EES do CEPESI com divulgação e venda de produtos. Por um tempo houve participação de empreendimento que oferecia serviço de *quick massagem*, e outros com venda de artesanato. Há pelo menos três anos a participação dos EES associados ao CEPESI é inexpressiva quase inexistente. A avaliação feita pelos empreendimentos de artesanato e serviços é de que são realizadas poucas vendas no local, além disso o CEPESI fica próximo

³ Esta audiência foi realizada em 11 de novembro de 2005. Fonte: Arquivo Institucional CEPESI.

do local da Feira, oferecendo mais variedades de produtos e maior comodidade para a prestação dos serviços.

O CEPESI atualmente se localiza na Rua Dr. José Bonifácio Malburg, nº 54, no Centro de Itajaí. Quando o projeto do Programa Esol foi escrito em 2011 havia 20 empreendimentos associados e o CEPESI localizava-se na Rua Lauro Muller, Centro de Itajaí. Em 2012 muda de local, para a sede atual, em um espaço cedido, pelo Município de Itajaí, em parceria com Banco do Brasil passando a fazer parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil – DRS/BB. O imóvel é de propriedade do Banco do Brasil, o local era propriedade do antigo BESC – Banco do Estado de Santa Catarina, incorporado pelo Banco do Brasil em 2008. Desde então o DRS/BB passa a se associar enquanto entidade de apoio do CEPESI. Em janeiro de 2015 é realizada, em suas dependências o Encontro Anual da Cooperativa Justa Trama. No mesmo ano, durante a FEICOOP em Santa Maria/RS, recebe o Prêmio BNDES Boas Práticas de Economia Solidária – Troféu Sandra Magalhães. Em homenagem à Idalina, no dia 15 de dezembro de 2015, Dia Nacional da Economia Solidária, o CEPESI passou a se denominar Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – Idalina Maria Boni.

De 2014 a 2016 foi beneficiário direto do Programa Esol, uma das metas do Programa foi o fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional. O CEPESI hoje é referência regional e nacional como espaço de comercialização com importante participação na articulação do Fórum Regional Litorâneo de Economia Solidária e no desenvolvimento de ações de ES na região, se fazendo representar em diferentes políticas no município.

Em parceria com a ITCP da UNIVALI, está na articulação da Rede de Comercialização Litoral Norte em busca de novos espaços de comercialização. Tem por princípios a promoção dos direitos humanos respaldados na solidariedade, na ética e na democracia; o desenvolvimento sustentável, com foco nas relações sociais e produtivas fundamentado nos preceitos de comércio justo, e com participação dos produtores em todas as fases do processo da cadeia produtiva; controle de ações que estimulem e garantam a prática efetiva da autogestão e da cooperação numa proposta social, econômica e solidária e a valorização e estimulação da cultura popular.

1.1.1.3 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIVALI

Atualmente, o ITCP é um programa permanente de extensão vinculado à Gerência de Extensão da UNIVALI. Tem como missão favorecer o desenvolvimento do empreendedorismo social e autogestionário, oportunizando a inserção de EES em Redes de Cooperação Solidária e Cadeias Produtivas locais e regionais. Tem consolidado seu trabalho prioritariamente na promoção do desenvolvimento de EES e Redes Solidárias nos aspectos econômico, social e ambiental. Tem priorizado o atendimento às famílias em situação de risco social, agricultores urbanos e periurbanos, desempregados, mulheres em condições de vulnerabilidade, jovens, idosos, grupos organizados em cooperativas e associações, entre outros.

A integração da ITCP/UNIVALI no mapa da ES da região da Foz do Rio Itajaí remonta ao ano de 2004 com o Movimento do Empreendedorismo da UNIVALI em suas vertentes tecnológico e social: a Incubadora Tecnológica de Empresas e a Incubadora Social. (MARTINS, OLIANI, RIFFEL, 2017). A partir da criação de um grupo de trabalho formado por 10 professores, inseridos no Departamento de Extensão Universitária – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Cultura. Foi estabelecido um cronograma de discussão de textos sobre incubação empresarial e social, bem como de visitas em algumas incubadoras no estado de Santa Catarina. Além disso, procurou-se a articulação do grupo de trabalho com as instituições públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil, representativas dos movimentos populares⁴. Em 2005 foi implantada a pré-incubadora de base tecnológica com participação em edital de financiamento para implantação de incubadoras lançado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina, com êxito ocorreu o funcionando no ano de 2006, no campus sede da UNIVALI em Itajaí.

Diversas ações de apoio ao desenvolvimento da ES são representativas desse processo que irá fundamentar a criação e implantação de uma incubadora social na Universidade. A Univali, além de possibilitar a instalação do CEPESI, nesses anos todos também desempenha importante papel no atendimento de suas demandas por formação e apoio no desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos associados. Como mais uma iniciativa para o fortalecimento da Economia Solidária na região, participa do edital Proninc⁵ em 2007,

⁴ Documento “Histórico do CEPESI”, elaborado em 2007.

⁵ O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC foi instituído pelo Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010 enquanto programa do governo federal, “implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal, responsáveis pela execução de ações voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de economia solidária”.

aprovando o primeiro projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/Univali.

A ITCP em 2007, passou a ter um enfoque social mais amplo. Assumindo as ações de extensão voltadas ao empreendedorismo social. Alguns empreendimentos foram incubados a partir de 2008. Inicialmente eram seis EES incubados pela ITCP, na época ainda chamada de incubadora social, todos eles associados ao CEPESI, que precisavam de apoio nos processos de gestão, organização e qualificação dos produtos e serviços. (MARTINS; OLIANI; RIFFEL, 2017, p. 47). Em 2010, a Incubadora Social se reorganiza internamente e passa a focar na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária. Durante os anos de 2013 a 2016 executou dois projetos na região de Itajaí, como já descrito no item 1.1 que caracteriza a trajetória da economia solidária em Itajaí.

As ações de incubação tecnológica estão voltadas para a viabilidade técnica, econômica e organizativa dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES, atuando também no apoio e fomento de políticas públicas para fortalecimento da Economia Solidária principalmente da região do Fórum Litorâneo e do Fórum Regional de Economia Solidária da Grande Florianópolis (FRES Litorâneo e FRES Grande Florianópolis). A metodologia de trabalho tem se estabelecido dentro de um processo de adequação sociotécnica voltada para o desenvolvimento de tecnologias sociais. A adequação do conhecimento técnico científico à realidade dos EES apresenta-se normalmente pela modificação na forma de organização do trabalho associativo; pela aquisição de conhecimento produtivo que reflete na gestão e concepção de produtos e processos; no aumento da vida útil ou modificação das características do bem ou serviço produzido; nos processos de trabalho autogestionários voltados para um ambiente democrático e participativo; na busca por alternativas tecnológicas; na incorporação de conhecimentos tecnocientíficos existentes e na busca de novos conhecimentos.

O trabalho desenvolvido pela ITCP/UNIVALI está pautado em três grandes diretrizes que são a 1) promoção da formação dos envolvidos nos processos de incubação: docentes, discentes, técnicos, multiplicadores e integrantes dos EES; 2) o incremento para a geração de trabalho e renda por meio da incubação destes, em consonância com os princípios da autogestão e da autossustentabilidade e, por fim; 3) fomento na articulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional, com ênfase à ES e ao empreendedorismo social. Vem fomentando articulações para fortalecer a ES com a incubação, acompanhamento e assessoria aos EES da Rede de Comercialização Solidária

Litoral Norte, Rede de Cooperativas de Catadores da Foz do Rio Itajaí e ao CEPESI. Estas Redes são de Cooperação Solidária, formadas com o intuito de fomentar objetivos e estratégias em comum, buscando fortalecer as iniciativas coletivas, na promoção da cooperação entre os atores envolvidos. A metodologia de trabalho desenvolvida pela Incubadora agrupa didáticas aplicadas à ES baseadas em uma construção social, na perspectiva de uma ecologia social, de educação popular para o bem-viver. Desse modo, a metodologia de incubação de redes de cooperação solidária perpassa processos de interação e coletividade na construção de novas perspectivas de geração de renda.

1.1.2 Institucionalização de políticas públicas

Para se firmar em Itajaí, o movimento da economia solidária se articulou para reinvindicar políticas públicas. Em 2003 iniciaram as articulações para criação do Fórum Municipal de Economia Solidária – FMES, naquela época participavam do movimento:

Empreendimentos Econômicos Solidários:

- Grupo de Produção Alternativa Solidária (PAS): produção de cordas e linhas a partir de fios de algodão orgânico (parceria Justa Trama)
- Associação de Produtoras Rurais e Agrícolas de Itajaí (APRAI)
- Associação Vovó Anália: panificação
- Clube de Trocas Vale Sorriso
- Empório da Economia Solidária: alimentação
- Cooperativa Fio Nobre: costura (elo da Cadeia Justa Trama)

Entidades de apoio ligadas à ES e Cidadania:

- Ação Social do São João – ASA São João
- Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI
- Núcleo Afro-descendente Manoel Martins dos Passos da Foz do Rio Itajaí-Açu
- UNIVALI com o projeto Unicidade e projeto Ação Voluntária Acadêmica – AVA (embriões da ITCP UNIVALI)

O FMES de Itajaí foi um importante espaço para a participação dos EES e entidades no fomento à economia solidária no município. O Centro Público de Economia Solidária de

Itajaí – Idalina Maria Boni CEPESI surgiu a partir da organização destes EES. Nas eleições municipais de 2004, o FMES enviou uma carta aos candidatos a prefeito solicitando a implementação de uma Política de ES na cidade. Após as eleições, sendo eleito o Prefeito Volnei Morastoni⁶, o FMES solicita a criação de um departamento de ES na estrutura administrativa do município. A solicitação é atendida e no ano de 2005 já haviam articulação para inserir a ES dentro da estrutura de governo pois já havia proximidade com a Diretoria de Geração de Trabalho e Renda, vinculada à então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda.

A Lei Complementar nº 87, de 14 de julho de 2006, reestruturou parcialmente a organização administrativa da Prefeitura de Itajaí, e o movimento conquistou um espaço para a ES dentro da organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda – SEDEER, com a Diretoria de Micro e Pequenas Empresas e Economia Solidária. Em nível nacional, assim como visto no item anterior, havia neste período uma pujante ação governamental para fortalecimento da economia solidária.

Dentre as competências desta diretoria, destaca-se alguns incisos no Art. 29 da Lei Complementar nº 87:

III – dirigir os expedientes e acompanhar os programas e projetos voltados ao desenvolvimento econômico das micros e pequenas empresas e dos empreendimentos de Economia Solidária;

[...]

VI – fomentar a implantação e desenvolvimento da Economia Solidária;

VII – promover a organização do setor informal da economia do Município;

VIII – acompanhar convênios firmados e buscar cooperação do Município com órgãos assistenciais, promocionais, filantrópicos e sociais públicos e privados, para a execução da política de desenvolvimento das pequenas e micro empresa e dos empreendimentos de Economia Solidária;

A nomeação à Diretoria de Micro e Pequenas Empresas e Economia Solidária foi por indicação do FMES de Itajaí. Neste mesmo ano se iniciam a organização de projetos e trabalhos com debates abertos entre o movimento e a SEDEER. Um dos projetos elaborados foi o de “Fortalecimento da Autogestão e Empreendimentos” que tinha por objetivo incentivar de forma descentralizada, na autogestão, capacitação e emancipação das cooperativas e associações de artesãos do Município de Itajaí, por meio da realização de cursos e oficinas de capacitação realizadas pelo Centro de Direitos Humanos de Itajaí. Proporcionando a consciência política, o trabalho coletivo e a participação social, conforme determinava o Plano de Trabalho.

⁶ Na gestão 2005-2008 era filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi eleito novamente nas eleições de 2016, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Uma das maiores conquistas do movimento da ES de Itajaí foi a aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária, Lei nº 5.245 de 12.03.2009 criando o Conselho Municipal de Economia Solidária – CMES, vinculando a política pública à SEDEER. Em 2010 é empossada a primeira diretoria do CMES, e em fevereiro do mesmo ano nasce o Fórum Litorâneo de Economia Solidária, envolvendo além dos 11 municípios da AMFRI, também os municípios de Brusque e Barra Velha.

Em meados de 2011 o Conselho Municipal de Economia Solidária aprova o Plano Municipal de Economia Solidária, para ser executado até 2015 tendo por objetivo “promover a divulgação e do desenvolvimento da economia solidária no município junto à comunidade em geral e nas várias instâncias da gestão pública”. Com isto o Plano Municipal de ES (APÊNDICE B) foi inserido no Plano PluriAnual – PPA de Itajaí, atendendo a política de ES no município até 2015.

O Plano foi publicado no Jornal do Município em agosto de 2011 tendo como metas:

- Construção do Fundo Municipal de ES;
 - Otimização dos processos de organização dos EES;
 - Identificação de novos grupos que desenvolvam atividades econômicas no município, de forma coletiva e solidária, inserindo-os nos processos de formação, mobilização e comercialização da ES;
 - Fortalecimento dos Centros de Formação em ES no município;
 - Implementação e manutenção de plano de comunicação visando a troca global de informações de ações, programas, eventos, e outros voltados para as atividades de formação, mobilização, e comercialização da ES;
- (Resolução 01/2011 de 31.05.11 do Conselho Municipal de Economia Solidária de Itajaí publicada no Jornal do Município da Prefeitura de Itajaí, na Edição nº 997 do Ano XII de 3 de agosto de 2011, p. 42-44).

O referido Plano pretendia promover a divulgação e o desenvolvimento da ES no município de Itajaí, nas várias instâncias da gestão pública, entidades de apoio e fomento e a comunidade geral fortalecendo os EES. Entre os meses de agosto e setembro de 2011 é elaborado o Projeto do Programa Esol e no mês de outubro de 2011 o Município de Itajaí é contemplado junto à SENAES para executar o Projeto Ações Integradas de Economia Solidária, denominado a partir de 2014 Programa Esol⁷, objeto desta pesquisa, que será abordado no Capítulo 2.

Muitas ações previstas no Plano serviram de subsídio para a elaboração do Programa Esol, as quais incluíam, criação, ações de formação e assessoramento para novos EES,

⁷ Em maio de 2014, iniciou o processo de criação da identidade visual do projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC”, conhecido primeiramente como “Projeto SENAES”, passou-se a ser chamado de Programa Esol. Adotou-se este nome, dimensionando o projeto como programa, na intenção de que as ações integradas de economia solidária fossem perenes nas políticas públicas do município de Itajaí. A alteração do nome teve aprovação unânime em reunião do Conselho de Administração do CEPESI em dezembro de 2015.

formação de gestores e integração de políticas públicas para a inclusão social produtiva, parcerias com PRONATEC, melhorias na estrutura e qualidade de trabalho dos EES, apoio a criação de EES na inclusão social produtiva, assessorias aos gestores públicos municipais para compreensão do processo de formação de EES com usuários no CadÚnico. O Esol teve como objetivos principais a ampliação e incrementação da economia solidária em alguns territórios do município, o fortalecimento dos EES já existentes e consequentemente da política municipal de ES.

Há que se destacar que a atuação da ITCP/UNIVALI promoveu importantes iniciativas de mobilização de atores da ES na região, como por exemplo, a realização de quatro edições do COOPERAGEM – Encontro das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Foz do Rio Itajaí realizados dos anos de 2012 a 2015. Como resultado da primeira edição do COOPERAGEM formou-se a Rede Solidária de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Foz do Rio Itajaí, articulada e incubada pela ITCP/UNIVALI. Desde 2009 realizada a Feira Universidade Ecossolidária no campi de Itajaí. Em 2013, é articulada e criada a Rede de Comercialização Solidária Litoral Norte, também com apoio da Incubadora. Em 2014 é realizada a III Conferência Regional de Economia Solidária no município de Itajaí, elegendo representantes do município como delegados, tanto na etapa estadual e como na nacional realizada em Brasília em novembro de 2014. Ainda em 2014 é aprovado o Plano Regional de Economia Solidária do Fórum Litorâneo. Representantes da ES de Itajaí também estiveram no Comitê Gestor do Centro de Formação em Economia Solidária – CGCFES II e III.

No período de 2014 a 2016 foram executados na região dois projetos de fomento à ações de ES, um deles é o Programa Esol, e o outro é o Projeto de Fomento à Redes de Economia Solidária (Chamada PRONINC – MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013) que incubou a Rede de Comercialização Solidária e a Rede de Cooperativas de Catadores na região da Foz do Rio Itajaí. Ambos os projetos foram executados pela equipe da ITCP/UNIVALI.

A ES de Itajaí atualmente está representada em diversas instâncias, estando na coordenação do Fórum Catarinense de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e na comissão estadual do Cadastro Nacional de Economia Solidária – CADSOL.

2 DO PROJETO AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC AO PROGRAMA ESOL: IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

O histórico do movimento da ES em Itajaí se configurou em bases fortes para que o município fosse contemplado no Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n.º 003/2011 para executar ações municipais integradas de Economia Solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável. No referido edital eram elegíveis apenas órgãos ou entidades da administração pública direta e/ou indireta de Governos Municipais, desde que possuíssem instrumentos de política pública de economia solidária tais como: Conselho Municipal de Economia Solidária, leis e normativas de ES ou órgãos públicos responsáveis pela política de ES no âmbito municipal; e com população superior a 100 mil habitantes, ou ainda com Políticas Públicas de Trabalho e Emprego e Renda ou sede de agência municipal ou estadual do Sistema Nacional de Emprego – SINE e/ou Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda¹. O município de Itajaí atendeu a todos os critérios de elegibilidade.

A SENAES pretendia com a chamada pública implementar um modelo de política pública caracterizada pela integração das ações de apoio aos empreendimentos solidários, com enfoque territorializado, ampliação dos canais de participação e controle social, com transversalidade e plurissetorialidade da ação governamental. Planejou-se por meio do fortalecimento do pacto federativo a interação entre Estado e sociedade e a busca da efetividade da atuação pública pela promoção da inclusão produtiva, da superação da pobreza extrema e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esses objetivos foram atendidos em parte pelo Programa Esol.

O convênio² que deu origem ao Esol foi firmado entre o Município e o MTE/SENAES em meados de 2012 tendo por objeto o apoio à implantação de ações municipais integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. O Programa 2029 (PPA 2012-2015), tinha como

¹ Item 3.1 Edital 03/2011. Na esfera do orçamento federal o convênio estava vinculado ao orçamento do PPA 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012), dentro do Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Neste período estava em vigência o Plano Brasil Sem Miséria – BSM. Secretaria de Governo da Presidência da República. Devolutiva Diálogos Governo – Sociedade Civil: Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <goo.gl/mcmJ26>. Acesso em: 20 jan. 2015.

² Convênio MTE/SENAES nº 771773/2012, SICONV nº 0034/2012, assinado em 5 de julho de 2012. O projeto original está disponível pelo acesso livre do Portal dos Convênios – SICONV.

objetivos específicos: i) fomentar o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário por meio da implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza; ii) apoiar iniciativas de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza; iii) implantar espaços físicos multifuncionais com a finalidade de disponibilizar serviços aos empreendimentos econômicos solidários na comercialização de produtos e serviços, formação, assistência técnica, incubação de empreendimentos econômicos solidários e apoio a iniciativas de finanças solidárias; iv) capacitar agentes de economia solidária para atuação nas ações de sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e empreendimentos econômicos solidários; v) implantar iniciativas de comercialização solidária com bases de serviço de apoio, redes de cooperação e pontos fixos de apoio à comercialização; vi) desenvolver atividades sistemáticas de assessoria técnica e incubação necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; e vii) fomentar iniciativas de finanças solidárias por meio da constituição e fortalecimento de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário, Poupança Comunitária e outras formas de microcrédito produtivo orientado. Estes eram os grandes eixos que orientavam a política pública executada pela Senaes.

2.1 O CONTEXTO DO PROGRAMA ESOL NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

A elaboração do Projeto Ações Integradas contou com uma equipe formada por representantes do CEPESI, ITCP/UNIVALI com participação de gestores públicos da SEDEER entre os meses de agosto e setembro de 2011³, constando o relato sobre as ações prevista em Ata do CMES de julho de 2011. Neste período, conforme descrito no projeto inicial do Programa, haviam algumas ações importantes em andamento no município:

- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP Univali);
- Centro de Formação em Economia Solidária no Fórum Litorâneo (28 formadores em 2010; 17 formadores em 2011);
- Fortalecimento do Cooperativismo com Catadores de Materiais Recicláveis (COOPERFOZ teve a aprovação do projeto Vonpar e da FUNASA);
- Base de Serviço de Comercialização (1base rural CEMEAR e 1 Especializada Ecosol – Itajaí);
- Sistema de Comércio Justo e Solidário (02 empreendimentos em fase de capacitação e certificação, Fio Nobre e Centro Público de ES);

³ Considerando a data limite para submissão da proposta do Projeto.

- Centro Público de Economia Solidária (CEPESI) com 20 grupos, comercializando, com articulação do movimento na região de ES, articulação das feiras, e divulgação do movimento;
- Trabalho com alimentação alternativa, vegetariana e lanchonete natural, dentro do CEPESI;
- Núcleo Negro Afrodescendente Manoel Martins dos Passos, trabalhando toda a questão racial, história e participação do negro na cidade e manutenção e resgate das tradições como Festa da Nossa Senhora do Rosário;
- Centro de Direitos Humanos trabalhando em defesa da saúde e do meio ambiente, trabalhando o apoio e trabalhos em ES;
- Horta Comunitária do São Vicente, contando com a articulação da Ação Social da Paróquia e sua comercialização dos produtos na comunidade;
- Ação Social do São João que apóia trabalho no Imarui e na paróquia com foco no trabalho para o SUAS (Sistema Único de Assistência Social);
- Grupo Tecendo Relações, localizado no Promorar, nascendo da articulação da comunidade, com apoio das freiras, pós enchente de 2008;
- Grupo AVA (Associação Vovó Anália), localizado no Imarui que trabalha com crianças e em parceria com a prefeitura o segundo turno;
- Conselho Municipal de Economia Solidária, com plano Plurianual publicado; (Projeto inicial do Programa Esol, p. 28-29).

Neste contexto dinâmico e com a publicação do Plano Municipal de Economia Solidária em 3 de agosto de 2011, o projeto Ações Integradas de Economia Solidária no Município de Itajaí/SC, que deu origem ao – Programa de Economia Solidária de Itajaí – PROGRAMA ESOL⁴, representou para o movimento da economia solidária a oportunidade de implementar, em parte, o Plano Municipal.

Figura 3 – Identidade Visual Programa Esol



Fonte: ITCP/UNIVALI.

⁴ Em maio de 2014, iniciou-se o processo de criação da identidade visual do projeto “Ações integradas de Economia Solidária no município Itajaí/SC”, conhecido primeiramente como “Projeto SENAES”, passou-se a ser chamado de Programa Esol. Adotou-se este nome, dimensionando o projeto como programa, na intenção de que as ações integradas de economia solidária fossem perenes nas políticas públicas do município de Itajaí. A alteração do nome teve aprovação unânime em reunião do Conselho de Administração do CEPESI em julho de 2014.

Como já visto no Capítulo 1, e de acordo com o extrato do Jornal do Município da Prefeitura de Itajaí, o Plano Municipal tinha as seguintes ações nos eixos de ação: qualificação, marco legal, fomento, comercialização, inclusão social produtiva e comunicação. Muitas ações puderam ser contempladas principalmente aquelas relacionadas à formação aos EES. Todos estes eixos estavam contemplados nas ações do Programa Esol, absorvendo as ações que estavam no Plano Municipal já aprovado pelo Conselho Municipal.

Para atender ao Edital a proposta elaborada propunha a organização de territórios visando o desenvolvimento local e sustentável. Neste sentido, no projeto estava a organização de três territórios, a realização de um Plano de Desenvolvimento e a implantação da Política Pública de ES em três regiões do município: Território Norte (Imaruí I e II e Nilo Bittencourt), Território Oeste (Loteamento Jardim Progresso, Jardim Cordeiro e Jardim Esperança,) e Território Centro-Oeste (Promorar I, II e Cidade Nova).

Estes territórios foram escolhidos como área de atuação do Programa Esol porque apresentavam baixo IDH e histórica situação de vulnerabilidade⁵ com a concentração de grandes bolsões de pobreza⁶. A abrangência do público está descrita no quadro abaixo:

Quadro 1 – Descrição dos territórios de incidência do projeto no município de Itajaí

Territórios	Qtde de famílias mapeadas em situação de extrema miséria
Norte: Imaruí I e II, Nilo Bittencourt	756
Oeste: Loteamento Jardim Progresso e Jardim Esperança	695
Centro Oeste: Promorar I, II e Cidade Nova e Dona Mariquinha	315
Total de famílias	1.766

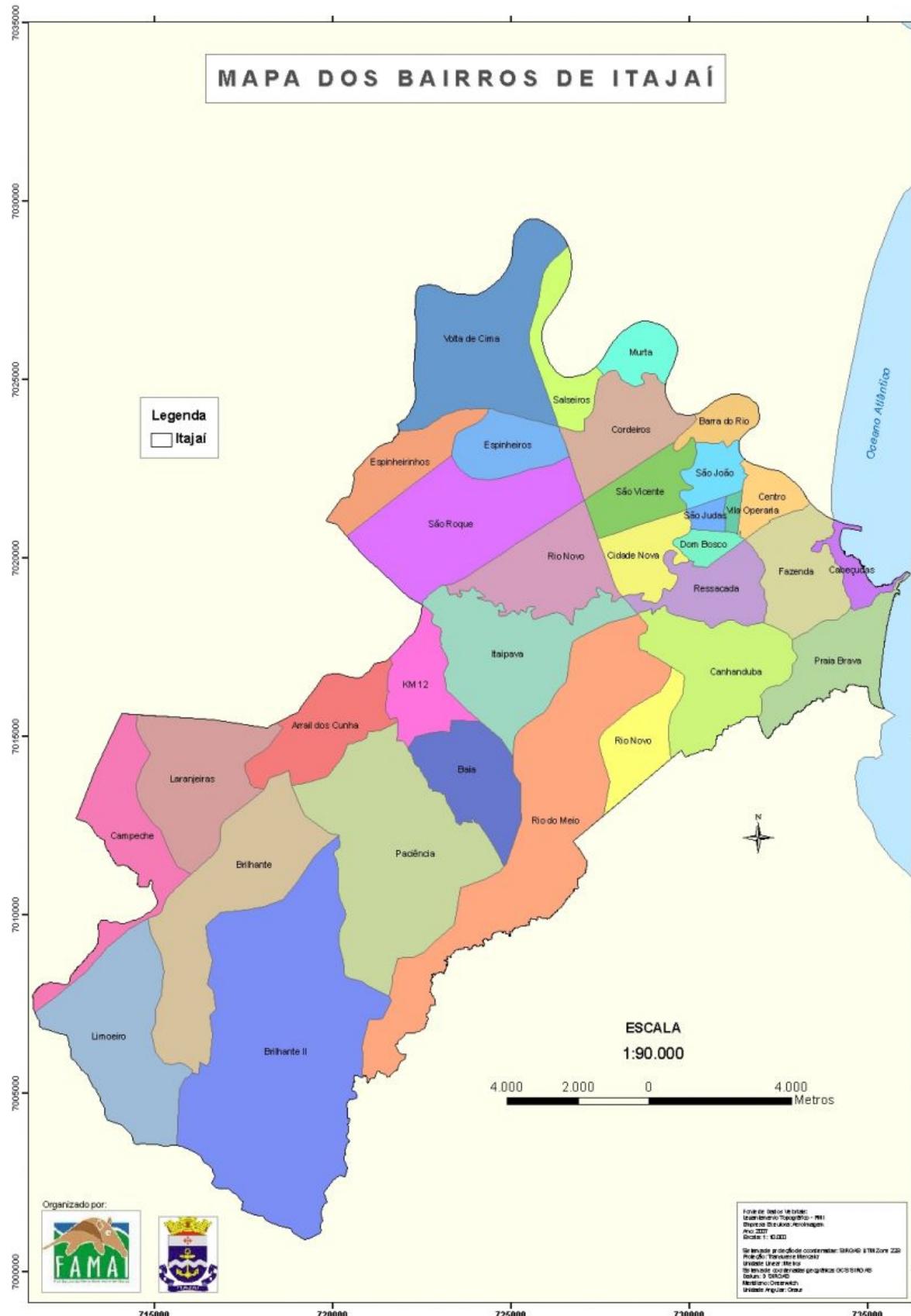
Fonte: Projeto original do Programa Esol. ITCP/UNIVALI.

Os mapas a seguir identificam a localização desses territórios em relação ao município de Itajaí.

⁵ Assim como ensina Marandola Jr. e Hogan (2006, p. 36), entendida como cerceamento dos bens de cidadania, este cerceamento acontece por diminuição de renda ou de perda de capital social.

⁶ População em situação de pobreza extrema, conforme definido no Decreto 7.492, de 02 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria como “aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais)”; b) Comunidades de baixa renda e com baixo índice de IDH; c) Comunidades e povos tradicionais (pescadores artesanais); d) Trabalhadores e trabalhadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários já constituídos e /ou novos nos territórios beneficiados; e) Usuários do sistema de saúde mental e dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS. f) O público de agroecologia e bases de serviços rurais.

Figura 4 – Mapa dos bairros de Itajaí



Fonte: Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí. Disponível em: <<https://goo.gl/EdFUqa>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

Figura 5 – Mapa dos territórios de incidência do projeto no município de Itajaí



Fonte: Revista Esol.

Esses territórios foram escolhidos seguindo as diretrizes e estratégias para implementar ações de ES, como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial por meio da geração de trabalho e renda de iniciativas econômicas solidárias, em articulação com as dinâmicas municipais já constituídas, na pretensão de fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir acesso à formação, assessoria técnica, comercialização e ao crédito às pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias. O público prioritário eram as pessoas que viviam em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda.

Conforme consta no projeto original, o objetivo geral do Programa Esol era:

Apoiar e implantar ações municipais integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando a

superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

E de forma específica:

- 1 – “Identificar e articular parcerias capazes de colaborar para a mobilização e articulação e capacitação dos integrantes dos territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza e agentes com o tema desenvolvimento local;”
- 2 – “Incrementar o espaço físico multifuncional já existente na comercialização de produtos e serviços, formação, assessoria técnica, materiais didáticos de apoio e disponibilizar também esses serviços aos novos empreendimentos econômicos solidários constituídos. Fortalecimento e integração das feiras orgânicas.”
- 3 – “Capacitar agentes de economia solidária para atuação nas ações de sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e empreendimentos econômicos solidários, bem como orientar e apoiar os trabalhos do Conselho Gestor do Projeto.”
- 4 – “Fomentar e potencializar a comercialização de produtos e serviços do Centro Público de Economia Solidária, das redes de cooperação regionais e de outros pontos fixos de apoio à comercialização;”
- 5 – “Ampliar o conhecimento da sociedade sobre a atuação do CEPESI, avançando sua divulgação para as fronteiras dos diferenciados saberes fortalecendo sua identidade visual.”
- 6 – “Articular planejamento de instituições de ações de finanças solidárias, por parte do BANCRI, e posteriormente disponibilizá-las aos empreendimentos solidários regionais.”
- 7 – Buscar a garantia da sustentabilidade do projeto com a capacitação de gestores públicos para atuação com políticas públicas que fortaleçam a economia solidária regional.”

A análise sobre o alcance desses objetivos está no Capítulo 3.

Conforme consta no SICONV, as metas, etapas e subetapas dos itens de serviços do Programa Esol se compuseram da seguinte forma:

Quadro 2 – Metas, etapas e subetapas do Contrato 160/2013

Metas	Etapas	Subetapas
Organização sócio comunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes.	Realizar 06 reuniões de mobilização e sensibilização em economia solidária para identificação de lideranças, articulação e capacitação dos integrantes dos territórios identificados no projeto. (8hs/aula x 20 participantes).	Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 120 pessoas. Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 06 reuniões de 08 horas/cada uma. Transporte dos participantes dos EES dos Territórios para os locais de formação das 06 reuniões (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para 120 pessoas.
	Realizar 06 Oficinas de mapeamento das ações de Economia Solidária nos territórios, visto que não constam do SIES 2008/2010 (8hs/aula x 20 participantes)	Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 120 pessoas. Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de

		<p>terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 06 oficinas de 08 horas/cada uma.</p> <p>Transporte dos participantes dos EES dos Territórios para os locais de formação das 06 oficinas. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 120 pessoas</p>
	<p>Realizar 03 Seminários de Integração das Ações de Economia Solidária aos Planos Territoriais (8hs/aula x 25 participantes)</p>	<p>Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 75 pessoas.</p> <p>Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 03 seminários de 08 horas/cada uma.</p> <p>Transporte dos participantes dos EES dos Territórios para os locais de formação dos 03 seminários. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 75 pessoas.</p>
	<p>Realizar 06 Oficinas de Capacitação de Articuladores Territoriais para apoio às ações de implementação dos planos territoriais (8hs/aula x 20 participantes)</p>	<p>Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 120 pessoas.</p> <p>Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 06 oficinas de 08 horas/cada uma.</p> <p>Transporte dos participantes para os locais de formação das 06 oficinas. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 120 pessoas.</p>
	<p>Contratar 03 Articuladores territoriais em ECOSOL</p>	<p>Contratação de equipe – Serviço de terceiros-pessoa física = 01 pessoa para cada Território (Imaruí/S. Vicente, Cordeiros, Cidade Nova) trabalhando na mobilização diária e visita aos Grupos, CRAS, para constituição de novos Grupos e formações) Edital de seleção a ser elaborado p/Conselho Municipal de Economia Solidária</p>
<p>Fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (www.cepei.org.br) congregando 30 Empreendimentos de Economia Solidária). Fortalecimento e integração das feiras orgânicas</p>	<p>Realizar 03 Oficinas de sobre Economia Solidária e apoio e /ou fortalecimento de 30 EES. (8hs/aula x 30 participantes).</p>	<p>Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 90 pessoas.</p> <p>Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 03 oficinas de 08 horas/cada uma.</p> <p>Transporte dos participantes para os locais de formação das 03 oficinas. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 90 pessoas.</p>
	<p>Realizar 03 Oficinas de</p>	<p>Fornecimento de alimentação em Buffet livre:</p>

	mobilização e sensibilização de integração dos 30 EES constituídos no município. (8hs/aula x 30 participantes)	almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 90 pessoas. Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 03 oficinas de 08 horas/cada uma. Transporte dos participantes para os locais de formação das 03 oficinas. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 90 pessoas
	Realizar 06 oficinas de integração de cadeias produtivas para fortalecer a manutenção de postos de trabalho. (8hs/aula x 20 participantes)	Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 120 pessoas. Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 06 oficinas de 08 horas/cada uma. Transporte dos participantes para os locais de formação das 06 oficinas. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 120 pessoas.
	Fortalecimento do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí.	Contratação de 2 pessoas para atendimento ao público (20h/semana) durante 2 anos. Via edital de seleção a ser realizado p/ Conselho municipal de economia solidária e contratação pela CLT. Aquisição de material de divulgação: - 05 fachadas metálicas de 1,20 mt X 10 mt com lona de impressão digital (Colocação, Criação e arte final já incluídos -30 banners– R\$ 80,00/cada = R\$ 80,00 X 30 - 800 centos de folder
	Contratação de um Gerente para O Centro Público de ES com qualificação em gestão e comercialização.	Contratação de um gerente comercial para CEPESI (40hr/semana), serviços de terceiros – pessoa física (2 anos), selecionado por edital via conselho municipal de economia solidária
	Realizar visitas de assessoria técnica aos 30 EES (3 visitas de 8h cada por ano).	540h – Contratação serviços terceiro pessoa jurídica para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para assessoria técnica /visitas para cada novo Grupo que se formar ou para cada Grupo que esteja se formalizando e pertença à articulação do CEPESI).
3-Formação, capacitação e assessoria técnica	Realizar 04 oficinas (16h – 2 por ano) de capacitação de agentes de Economia Solidária.	Fornecimento de alimentação em Buffet livre: almoço e um copo de suco de 250 ml, mais Coffe Break (café, leite, suco, pães, bolos, patês) para 160 pessoas). Serviços de Hospedagem p/15 pessoas (inclusive facilitadores) categoria A,- 2 diárias p/pessoa. Facilitador/instrutor – Contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) para prestação de serviços de capacitação para a comunidade para realização de 04 oficinas de 16 horas/cada uma.

		Transporte dos participantes para os locais de formação das 04 oficinas. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10). 2 passagens de ônibus coletivo (ida/volta) para as 80 pessoas.
	Realizar 24 Reuniões do Conselho Gestor Municipal do Projeto	Transporte dos participantes para os locais de formação das 24 reuniões. Serão 15 participantes com 2 passagens de Ônibus coletivo (ida e volta) cada um. (Decreto Lei 9236 de 03/11/10)
4- Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí e aos novos empreendimentos a serem constituídos.	Apoio a realização de 4 Feiras Territoriais, 4 Feiras na Universidade UNIVALI e participação em mais 5 eventos e/ou feiras do calendário da cidade (total de 13 feiras)	<p>Material de divulgação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6,5 Milheiros de cartaz 40 X 60 cm papel colchete 150 gr. 4 Cores para as 13 feiras – • 13 Milheiros de flyers 25 X 22cm – 4 cores pape reciclado • PROPAGANDA DE RADIO DURANTE DURAÇÃO DO PROJETO: 779 • INSERÇOES DE 30' / CADA – CONTRATO. • Fornecimento de alimentação de refeição individual acondicionada em recipiente descartável (entregue no local a ser indicado) – por pessoa. • Uniformes – camisetas serigrafadas – 2 por EES. <p>DIARIA DE VAN para serviços de Transporte para feira, de equipamentos necessários à comercialização pelos EES (freezer, geladeira, microondas, etc.) e transporte dos produtos dos EES – via locação de veículo.</p> <p>DIARIA DE 2 MICROONIBUS por feira para serviços de Transporte de pessoas para as Feiras – via locação de veículo</p>
	Apoio a participação de 02 Feiras Estaduais de ECOSOL	<p>FRETAMENTO DE ÔNIBUS, 40 lugares, banheiro, ar-condicionado, poltrona reclinável – R\$ 2,90/km rodado. Viagem dos representantes dos EES dos territórios e Grupos do CEPESI para as feiras estaduais. Previsão dos locais: Florianópolis/SC (200 km ida e volta. Chapecó/SC = 1.100 km ida e volta) = Total de 1.300 km X R\$ 2,90.</p> <p>SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM P/ 40 PESSOAS/CATEGORIA CARACTERÍSTICA MÍNIMA, AMBIENTE CLIMATIZADO.</p>
Comunicação e divulgação das experiências do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí.	Publicar 01 cartilha com experiências do Centro Público de ES	Revisão, editoração e impressão de material gráfico. Será produzida 1 cartilha com tiragem de 2.140 unidades no valor de R\$ 15,00/unidade.
Articular parceria para a implantação e divulgação de ações de finanças solidárias na região	Articular parceria entre CEPESI e BANCRI Banco de Crédito Popular (www.bancri.org.br) visando sua inserção na economia solidária e posteriormente incentivá-lo a planejar a implementação de ações de finanças solidárias disponibilizando linhas de crédito aos empreendimentos	1.700 FOLDER 30 X 42 cm aberto 10X 21 cm fecado – 4 cores – papel off set 150 gr. – 3 dobras com fotolito sobre finanças solidárias necessários à ações de articulação da parceria e discussão das formas de investimentos solidários e divulgação aos empreendimentos.

Integração dos gestores públicos regionais para apoio e fomento da economia solidária	Realizar 2 Cursos de capacitação de gestores públicos, para Itajaí e demais municípios da AMFRI	Alimentação (Refeição – arroz, feijão, massas, carnes, saladas e sucos) Aquisição de Material de Consumo (pasta, folhas A4, canetas, pincel, folha papel pardo e folhas flip charp) Facilitador/instrutor – Contratação serviço terceiro pessoa jurídica
---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O valor global do convênio foi de R\$ 550.022,72 com recursos de diferentes fontes, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Valores e fontes de recurso do Convênio 771773/2012

Fonte do Recurso	Valor de Custeio	Valor de Contrapartida	Valor Total
Repasse MTE	R\$ 505.467,64		R\$ 505.467,64
Contrapartida Município de Itajaí		R\$ 44.565,08	R\$ 44.565,08
Total	R\$ 505.467,64	R\$ 44.565,08	R\$ 550.022,72

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESOL

Desde a assinatura do convênio, em julho de 2012, até o início da execução a SEDEER, junto com a SENAES e o movimento local buscou alternativas para implementar o Projeto. As ações do Programa começaram a ser executadas em dezembro de 2013, logo após a contratação da UNIVALI. Houve um considerável lapso de tempo entre a divulgação dos resultados e a assinatura do contrato em virtude da mudança na gestão.

Houveram algumas implicações relacionadas a forma de contratação da equipe técnica e de execução de metas de custeio pelo município de Itajaí, inviabilizando a execução direta. Mesmo iniciando no final de 2013, como relatado em Oliani (2017, p. 6), foi o primeiro dos 41 municípios no Brasil contemplados na chamada pública a iniciar a execução projeto, segundo informações repassadas por um técnico da SENAES. A UNIVALI foi contratada, com dispensa de licitação, para executar estas etapas do Programa, considerando seu histórico e capacidade técnica em economia solidária.

A seguir passou-se a discutir o encaminhamento das ações de continuidade do andamento do Projeto “Ações Integradas de Economia Solidária no Município de

Itajaí/SC”, conveniado entre a Prefeitura Municipal e a SENAES/MTE. A Sra. Márcia apresentou os dois documentos de “Justificativa dos Termos de Referência” para embasar licitação para as partes dos produtos e serviços a serem prestados por pessoas jurídicas. Um documento refere-se às atividades de formação, hospedagem, transporte e alimentação e campanha de divulgação (Ata 003/2013 de 26/03/2013 do CMES de Itajaí).

O município de Itajaí, como contrapartida, ficou então responsável pelas etapas de aquisição de bens e materiais de consumo, conforme consta no Convênio 771773/2012 e no Plano de Trabalho do Programa.

O Contrato 160/2013⁷, ficou no valor de R\$ 470.730,28, tendo a Universidade como responsável por executar 85% dos recursos do convênio, com despesas decorrentes debitadas de dotações orçamentárias específicas da SEDEER. O contrato foi firmado entre o município de Itajaí e a UNIVALI no dia 28 de novembro de 2013, este foi o marco inicial da execução do Programa Esol.

Logo após foi publicado o edital para contratação da equipe do Programa Esol em jornal de circulação regional e no site da Universidade, além da divulgação na Confraternização do Dia Nacional da Economia Solidária no CEPESI, realizada no dia 13 de dezembro conforme descrito no primeiro relatório de execução do Programa. Ainda consta que na ocasião estavam presentes pessoas associadas e representantes de EES, o Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico também fez o anúncio do processo seletivo, composto pela análise dos currículos, prova escrita e entrevista, fechando a contratação para início de fevereiro de 2014.

As etapas de serviços do Convênio, como serão melhor apresentadas incluíram a realização de cursos, oficinas e seminários o fornecimento de serviços de transporte, hospedagem e alimentação para a organização sócio comunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes; além da contratação de serviços de divulgação para o fortalecimento e integração das feiras orgânicas; contratação de profissionais para os cargos de Articulador Territorial para compor equipe de trabalho nos territórios, Gerente Geral e Atendente Comercial para compor a equipe de trabalho de fortalecimento do CEPESI.

2.2.1 A formação da equipe técnica

Logo após a contratação da UNIVALI, a equipe da ITCP deu os encaminhamentos necessários para o processo de seleção da equipe a ser contratada. O edital de processo

⁷ Processo Administrativo nº 2590031/2013 e Contrato com Dispensa de Licitação nº 040/2013 do município de Itajaí.

seletivo foi publicado em 13 de dezembro encerrando-se as inscrições em 13 de janeiro de 2014:

Para o cargo de Gerente foram 16 inscritos, ficando ao final da análise dos currículos quatro candidatos que cumpriam as exigências do edital.

Para o cargo de atendente foram 6 inscritos e ficaram para concorrer a vaga 3 candidatos.

Para o cargo de articulador social foram 17 inscritos e ficaram 6 para concorrer a vaga.

A partir de então o processo de seleção consistiu em:

- 1 – Análise dos currículos;
- 2 – Teste psicológico;
- 3 – Prova escrita;
- 4 – Entrevista.

(II Relatório Técnico de Execução Contrato 160/2013, p. 1.)

Tanto as etapas como os critérios de seleção foram discutidos junto com Conselho e SEDEER. Após o setor de recursos humanos da Universidade providenciou relatório apontando as avaliações e definição dos nomes dos selecionados. Estes resultados foram publicados no dia 5 de fevereiro de 2014. Todo processo foi documentado e apresentado na reunião mensal do CMES de Itajaí ainda em fevereiro. Os contratos de trabalho dos articuladores territoriais e do gerente comercial iniciaram no dia 10 de fevereiro de 2014. Destaca-se que houve desistência dos dois atendentes comerciais aprovados, assim foi necessário abrir novo processo de seleção para estes cargos. Isso atrasou o início das atividades dos atendentes na Loja Talento de Mão, mas com a atuação do Gerente Comercial, o atendimento na loja já recebia certo apoio.

A escolha da equipe de trabalho do Esol se deu por candidatas e candidatos com comprovada experiência em economia solidária ou formação em áreas afins. As atendentes e o gerente comercial foram contratados para atuarem na Loja Talento de Mão, localizada dentro do espaço físico do CEPESI. Aos três articuladores territoriais contratados foram atribuídas funções de planejamento, monitoramento e coordenação da mobilização de lideranças locais com o objetivo de identificar e mobilizar moradoras e moradores para constituírem grupos de trabalho coletivo, visando sua inclusão social com geração de renda nos princípios da ES.

Na ambientação da equipe técnica contratada primeiramente foi apresentado os objetivos e etapas do Programa. Neste primeira fase do Programa, foram realizadas 7 oficinas de capacitação aos articuladores territoriais para apoio às ações de implementação dos planos territoriais, relacionadas aos conceitos de ES, de território, comunidade, organização da ES, empreendedorismo social, mapeamento territorial, redes e cadeias.

Além da participação nas formações, já faziam as primeiras visitas e mapeamento nos territórios. Com os dados coletados iniciaram as articulações para criação de novos grupos produtivos e constituição de outros em parceria com o CEPESI, principalmente durante os cursos de formação oferecidos pelo Programa Esol. Também acompanhavam os EES já associados ao CEPESI. Semanalmente era realizada reunião de trabalho com toda a equipe para avaliação da atividades realizadas de acordo com o Plano de Trabalho desenvolvido no Programa

2.3 METODOLOGIA DA EXECUÇÃO

As informações aqui levantadas contaram com a análise documental de todos os relatórios de execução do Contrato 160/2013 entre o Município de Itajaí e a UNIVALI, também foram consultados os relatórios mensais da equipe técnica do Programa Esol.

Encontrar uma metodologia de trabalho que pudesse criar as condições necessárias para o desenvolvimento da proposta foi um grande desafio. Foi necessário realizar diversas visitas de mapeamento e de articulação de novos grupos, de integração e acompanhamento dos grupos formados, várias assessorias para por em prática o plano de vida do EES, oficinas de formações temáticas, e muitas reuniões de trabalho da equipe para encontrar a melhor forma de alcançar os objetivos proposto pelo Esol.

As definições sobre os EES e suas demandas sempre foram discutidas no coletivo, nas reuniões de trabalho, ou durante as reuniões do Conselho de Administração do CEPESI ou do CMES, a partir de critérios estabelecidos no projeto e pela equipe executora, adequadas aos propósitos da economia solidária. Entre as demandas estavam a adequação necessária para produção de alimentos conforme legislação da vigilância sanitária, local para produção e comercialização coletiva nos territórios, mapeamento das iniciativas individuais e informais de geração de renda, ações educativas, visitas à órgãos públicos, etc.

O Programa Esol foi implementado em territórios onde se concentravam os grupos sociais de maior vulnerabilidade, visando integrar o público beneficiário de programas sociais e a comunidade em ações integradas propostas para fortalecer a ES de maneira transversal e articulada territorialmente. Foi concebido para envolver participação das comunidades, atores sociais, agentes locais públicos e a sociedade civil organizada para engajamento em suas ações, um instrumento de desenvolvimento com caráter territorial.

A participação destas pessoas foi planejada para acontecer por meio de uma comissão de representantes de cada território, chamada de colegiados territoriais que junto ao CMES de

Itajaí e o CEPESI faria a gestão do projeto e apontaria a vocação de cada local consoante ao da cidade para trabalhar na geração de renda e fragilidades, atuando no combate e eliminação da extrema pobreza.

2.3.1 Organização sociocomunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes

Nesta etapa do Programa durante o processo de execução percebeu-se que os encontros com menor carga horária e mais frequentes eram mais produtivos que reuniões mais longas. Esta adequação também foi necessária atendendo às solicitações das e dos participantes das atividades. A exemplo disto, era recorrente a situação em que, principalmente, as mulheres precisavam sair mais cedo para atender aos afazeres domésticos ou os cuidados com filhas e filhos. As ações de organização sócio comunitária, mobilização e identificação de lideranças e capacitação de agentes iniciou em fevereiro de 2014, sendo realizada até início de setembro de 2015.

O processo de mapeamento nos Territórios do Imaruí, Cordeiros e Promorar buscou congregar ações junto à órgãos públicos e entidades privadas para articular novas iniciativas de economia solidária. Nestes territórios a equipe de articuladores mapeou atores sociais governamentais e da sociedade civil para sensibilizar e mobilizar pessoas a participarem das atividades propostas. Os articuladores ficaram incumbidos de mapear as demandas da comunidade e levantar o perfil das pessoas possíveis para formação de grupos (EES); averiguar a existência de grupos ou iniciativas de trabalho na comunidade; checar possíveis parceiros para a organização dos grupos e apoio ao fomento dos mesmos; elencar pontos necessários para desenvolvimento de Planos Territoriais. Com os primeiros contatos e visitas realizadas foram mapeados:

- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) Imaruí/Cordeiros e Promorar
- Centro de Múltiplo Uso Jornalista Valdemir Correia da Chagas (CMU PROMORAR) – ligado ao CRAS
- Associação de moradores
- Comunidade Católicas e Evangélicas
- Entidades filantrópicas
- Escolas municipais e estaduais
- Centros educacionais
- Centro de Educação em tempo Integral (CEDIN).
- Secretarias municipais de Educação, Assistência Social, Cultura
- Sub prefeituras nos bairros São Vicente e Promorar
- Unidades Básicas de Saúde Imaruí, São Vicente, Miro Sedrez, Costa Cavalcanti, Jardim Esperança
- Grupos de escoteiros
- Lideranças comunitárias

Empreendimentos Econômicos Solidários (Relatórios de Execução do Contrato 160/2013, referente aos meses de fevereiro e março de 2014)

A intenção era despertar atores para a importância e a potencialidade da integração das ações de políticas públicas inserindo o tema da ES como estratégia de desenvolvimento nos territórios, por meio do mapeamento dos atores existentes e propensos aos objetivos do Esol. Após um processo de sensibilização de pessoas interessadas, tornou-se importante aproveitar a mobilização para fazer o mapeamento das ações de ES nos territórios e inserir estes no desenvolvimento das ações de forma direta, partindo do pressuposto que os projetos na área do fomento econômico, social, cultural e educacional como foi o caso do Programa Esol, precisam possibilitar ações estratégicas também para aqueles que já faziam parte da ES em Itajaí a fim de consolidar a política municipal.

Consta no documento de Planejamento do Programa Esol realizado em 07 de março de 2014 que um “plano territorial consiste basicamente no desenvolvimento de um plano de trabalho junto ao território estabelecido, ou seja do articulador com as lideranças do território e a equipe do projeto.” Durante o período de março a agosto de 2014 foram realizados diversos seminários nos territórios, principalmente no Promorar, mapeando as iniciativas que poderiam se integrar a proposta do Programa Esol e formar os colegiados territoriais.

Ao final das ações de sensibilização e mobilização do Programa no segundo semestre de 2015 foi realizado os três seminários finais em cada território para integração das ações de economia solidária aos planos territoriais. Em 28 de outubro foi realizado o Seminário Final do Programa Esol, contando com a participação de diversas pessoas na elaboração do Pacto Territorial das Ações Integradas de Economia Solidária de Itajaí (Anexo C).

O Pacto Territorial foi entregue ao CMES de Itajaí em 06 de abril de 2016 com propostas para a continuidade das ações, buscando continuar a integração entre os atores participantes. O objetivo de firmar o Pacto e entregá-lo ao Conselho foi no sentido de prolongar algumas metas que estavam contidas no Plano Municipal de Economia Solidária (2011-2015) e ainda não tinham sido cumpridas.

2.3.2 Fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional do CEPESI e integração das feiras orgânicas

Outro objetivo do Programa Esol foi fortalecer o CEPESI enquanto espaço de comercialização e produção e de articulação de outras feiras com ampliação e adequação da infraestrutura do CEPESI por ser vitrine do movimento em Itajaí e do Programa Esol. As

estratégias utilizadas foram para apoio à comercialização da produção dos espaços rurais e urbanos para os EES visando a geração de trabalho e renda. Além da constituição de novos EES e o acompanhamento e assessoria destes e de grupos sociais mais vulneráveis em especial nos territórios escolhidos. Na época em que o projeto do Programa Esol foi elaborado estavam associados ao CEPESI 25 iniciativas de ES, entre EES e EAF. A proposta do Programa Esol era fomentar 10 novos grupos de ES.

Antes da execução do projeto o quadro de associados do CEPESI era composto conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Composição do quadro de associados CEPESI, anterior à execução do Programa Esol

Nº	EES ASSOCIADOS
1	Arte e Conserto da Costura
3	Artesanave
4	Associação de Artesãos da Barra – AAB
5	Associação de Artesãos de Meia Praia – AAMP
6	Associação Quilombolas Morro-do-Boi
7	Bazar de Reutilizáveis da COOPERFOZ
8	Grupo Campina Verde
9	Govinda – Alimentação Sem Violência
10	Grupo Artistas do Vale
11	Grupo Cultural Tarrafa Elétrica
12	Grupo Natureza é Vida
13	Integra Espaço Terapêutico
14	Núcleo Afrodescendentes Manoel Martins dos Passos
15	União das Artes
16	Justa Trama
17	Arte em Conchas
18	Insituto Excellence de Desenvolvimento*
19	Empório da Roça
20	Empório do Artesão
Qtde	EAFs ASSOCIADAS
1	Ação Social Arquidiocesana – Paroquial São João
2	Associação dos Amigos da Arte e Cultura – AMARK**
3	Programa DRS/BB
4	Centro de Direitos Humanos de Itajai – CDHI
5	ITCP UNIVALI
Qtde	GESTORES PÚBLICOS
1	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Emprego e Renda- SEDEER

Fonte: Elaborado pela autora.

* O EES Insituto Excellence de Desenvolvimento saiu do quadro de associados do CEPESI em 2015 e,

** A EAF AMARK se desligou em 2014.

A execução das ações foi no sentido de incrementar o espaço físico multifuncional já existente para a comercialização de produtos e serviços da ES, formação, assessoria técnica aos 20 EES já constituídos e todos os outros que foram articulados durante a execução do Programa Esol. Foram adquiridos materiais de consumo e de limpeza para funcionamento do espaço e também equipamentos e móveis para retomar o funcionamento do setor de alimentação dentro do CEPESI, a partir de grupos articulados durante a execução do Programa. Para o segmento da alimentação foram adquiridos com recursos do Esol: fornos elétricos, cafeteira espresso profissional, copos para suco, microondas, xícaras para café, refratários, mesas, cadeiras, geladeira, freezers, talheres. Além disso foram adquiridos um balcão para atendimento da lanchonete, barracas para feiras de orgânicos e para as feiras externas CEPESI. Estas barracas ficam a disposição de qualquer EES, mesmo se não for associados ao CEPESI, basta assinar termo de responsabilidade. É uma como forma de contribuir para o fortalecimento de EES indiferentemente se associado ao Centro Público ou não.

2.3.3 Formação, capacitação e assessoria técnica para agentes de economia solidária

As ações de formação e assessorias inicialmente foram voltadas para toda a equipe da ITCP e do Programa Esol, ao longo da execução para integrantes de EES beneficiários diretos do Programa Esol ou não, integrantes de entidades ligadas à ES, gestoras e gestores públicos. Participaram também pessoas que de alguma forma estavam envolvidas em ações de economia solidária.

A intenção deste eixo de trabalho era de:

capacitar agentes de economia solidária para atuação nas ações de sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e EES, bem como orientar e apoiar os trabalhos do Conselho Gestor do Projeto (Projeto Inicial do Programa Esol, p. 10).

Nesta etapa do Programa aproveitou-se para oferecer duas edições, com três módulos cada, do Cursos Inicial em Economia Solidária para Novos Grupos de ES. Este cursos foram elaborados para atender a uma demanda do CEPESI, tendo em vista que para associar-se e comercializar na Loja Talento de Mão tem o requisito de concluir uma formação inicial em ES, conforme consta no regimento interno da Associação. Inclusive alguns EES formados durante o Programa Esol surgiram a partir das formações em ES realizadas no CEPESI.

Ao mesmo tempo foram realizadas diversas articulações conforme descrito no item 2.4 que trata sobre a formação dos novos EES a partir das ações do Programa Esol. Diversas oficinas de mobilização e sensibilização de integração de novos EES, e dos 20 já existentes no município, foram realizadas para aperfeiçoamento das relações de produção, da organização do trabalho, da qualificação pessoal e de intercâmbio com outras experiências. Ainda foram propostas oficinas para integração da produção dos grupos em redes e cadeias. Neste sentido sempre se buscou fortalecer as Redes locais de ES, como por exemplo a Rede de Comercialização Solidária do Litoral Norte e a Rede de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Foz do Rio Itajaí.

Os EES que foram surgindo, a partir das ações do Programa, eram acompanhados pelos articuladores territoriais e pela equipe da ITCP. As atividades de articulação para a formação de novos EES conseguiram alcançar vinte e cinco grupos, mas nem todos continuaram suas atividades, por diversos motivos, assim como será relatado no item 2.4. No final do Programa, foi oferecido novo Curso de Formação Inicial em Economia Solidária para pessoas interessadas em participar do CEPESI, ou que já estavam inseridas em algum EES e para pessoas da comunidade interessadas em gerar renda a partir de iniciativas econômico solidárias. Acerca desse processo de formação e inserção de novas pessoas em EES, o relato abaixo contempla alguns aspectos interessantes:

No período de julho a dezembro de 2016, foi realizado Curso Inicial em Economia Solidária dividido em 4 módulos.

O I Módulo foi realizado em 29.09.16, teve palestra sobre Economia Solidária, apresentação Programa E-SOL, apresentação Curso, conceitos e princípios da Economia Solidária, e explicação sobre o que é o CEPESI.

No II Módulo, realizado em 18.10.16, após a dinâmica de abertura, teve palestra sobre políticas públicas de Economia Solidária, apresentação da linha do tempo das políticas públicas de Economia Solidária em Itajaí e região, apresentação dos fundamentos da Ecosol como movimento social, cultural, econômico ao ambiente institucional. Neste encontro também foi realizada dinâmica “Os três comuns” em que os participantes em grupo elencaram:

- 3 Situações: vivências, estado civil, composição familiar, viagem, naturalidade
- 3 Coisas: bens materiais e animais de estimação
- 3 Ideais: objetivos de vida, visão do mundo
- 3 Críticas: você percebe algum problema social?
- 3 Sonhos: para mudar algo que lhe incomoda socialmente

Ao final foi proposta Pedagogia da Alternância, em que os participantes com duas atividades: prestar 4hr de voluntariado no CEPESI e responder a algumas questões.

Em 09.11.16 foi realizado o III Módulo com o objetivo de estudar O lugar do CEPESI na Economia Solidária, e proposta a atividade em grupo: Para que existe o CEPESI mesmo na qual os participantes tiveram que elencar três ações para cada objetivo do CEPESI:

- 1 – Promover os direitos humanos respaldados na solidariedade, na ética e na democracia;

- 2 – Promover o desenvolvimento sustentável, com foco nas relações sociais e produtivas fundamentado nos preceitos de comércio justo e solidário, e com participação dos produtores em todas as fases do processo da cadeia produtiva;
- 3 – Estimular ações que garantam a prática efetiva da autogestão e da cooperação numa proposta social, econômica e solidária;
- 4 – Valorizar e estimular a cultura popular;
- 5 – Auxiliar mutuamente o desenvolvimento de projetos sociais e culturais, observando os princípios da legalidade, transparência, imparcialidade, moralidade, economicidade e da eficiência, sem discriminação de raça, cor, gênero, religião ou classe social.

Em seguida foram apresentados os grupos associados ao CEPESI e puderam articular-se entre os participantes para viabilizar o ingresso de novos associados. Os participantes também puderam ao final apresentar os produtos e serviços que oferece. Foi uma experiência muito interessante e houve grande interação entre os EES associados e os novos interessados em ingressar no CEPESI.

O IV módulo foi realizado e 01.12.16 com o intuito de apresentar aos participantes o ambiente institucional do CEPESI, a forma operacional e administrativa para que os novos associados possam ingressar conforme os procedimentos estabelecidos, no estatuto social, regimento interno, resoluções do Conselho de Administração e rotinas administrativas (XXXII Relatório de Execução Contrato 160/2013, p. 12-13).

Como visto, um dos objetivos deste curso era atender à solicitação do CEPESI para habilitar novas pessoas a ingressarem na associação. Em virtude da discrepância entre o cronograma de execução e o cronograma de desembolso financeiro do Convênio estes cursos não foram realizados conforme o projeto inicial. Os cursos foram oferecidos sem o fornecimento de alimentação e hospedagem. Esta e outras questões serão trazidas nas análises do Capítulo 3.

2.3.4 Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao CEPESI e aos novos EES constituídos

Uma das diretrizes do Programa foi fomentar e potencializar a comercialização de produtos e serviços do CEPESI, e das redes de cooperação regionais e de outros pontos fixos de apoio à comercialização. Para isto as principais ações foram realizar feiras territoriais, feiras na UNIVALI e na participação em feiras do calendário oficial de eventos do município de Itajaí. Para os EES associados ou em fase de formação acompanhados pelo Programa Esol foram experiências significativas, pois era a forma de materializar o processo no qual estavam sendo articulados. Puderam participar de várias feiras, como por exemplo, Feira Universidade Ecossolidária, Festa do Colono, Marejada, Feira Dias das Mães, Volvo Ocean Race, entre outros eventos.

Também foram executadas ações de comunicação sendo elaborados cartazes, flyers, propagandas de rádio e camisetas serigrafadas. Durante as Feiras Universidade Ecossolidária realizadas entre março de 2014 a dezembro de 2016 sempre foi disponibilizado espaço

exclusivo para os EES do Programa Esol para comercializar e terem a experiência de participar de uma feira de ES. Muitas pessoas tiveram sua primeira experiência de comercialização, tendo a oportunidade de oferecer seus produtos e serviços nesta feira, organizada pela ITCP/UNIVALI, em parceria com o Fórum Litorâneo. Em 2017 estes grupos continuaram a participar, mas sem local exclusivo, sendo cedidos os espaços reservados ao município de Itajaí.

Outra ação de apoio e fomento à comercialização estava relacionada à participação dos EES atendidos pelo Programa Esol Feiras Estaduais de Economia Solidária. Seriam viabilizados o transporte de pessoas e de material para os estes eventos. Durante o período houve a realização de apenas uma Feira Estadual, em agosto de 2014, organizada pela Cáritas e custeada pelo Projeto FORTEES – Fortalecendo as Experiências de Economia Solidária em Santa Catarina.

Um micro ônibus foi cedido pelo município de Porto Belo e o Fórum Litorâneo organizou a participação e as representações dessa caravana. Conforme consta no XX Relatório de Execução do Programa Esol:

Nos dias 06 e 07 de agosto de 2015 foi realizada com recursos da Cáritas Santa Catarina a Feira Estadual de Ecosol e Seminário Estadual "Desafios e perspectivas da Ecosol em SC" realizada em Caçador – esta ação foi apoiada pela ITCP porém sem aporte de recursos financeiros.

A participação nesta feira foi muito limitada, apenas quatro pessoas, representando 3 EES e 1 EAF puderam participar. Salienta-se que desde dezembro de 2014 foi solicitado à SEDEER a alteração desta etapa no plano de trabalho do convênio 771773/2012. O plano seria ajustado para que os recursos fossem destinados à participação dos empreendimentos na Feira Latino Americana de Economia Solidária em Santa Maria do ano de 2015.

Os ajustes foram enviados porém não houve a alteração. Apesar de não ter havido a alteração, o que se conseguiu foi proporcionar o custeio de apenas 1/3 do valor tendo em vista algumas questões burocráticas impostas pela SEDEER. Estas e outras burocracias foram um dos limitadores do Programa Esol em relação a utilização dos recursos financeiros. Esta e outras questões serão trazidas nas análises apresentadas no Capítulo 3.

2.3.5 Comunicação e divulgação das experiências do CEPESI

Uma das ações de fortalecimento do CEPESI estava voltada a sua comunicação social e divulgação dos produtos e serviços. No mês de julho de 2014 foi criada a marca do

Programa Esol com toda a campanha de divulgação, que seria trabalhada no segundo semestre. Uma agência foi contratada para criar a publicidade e propaganda do projeto. A proposta foi discutida no CMES, com participação do setor de comunicação do município e no Conselho de Administração do CEPESI. Nesta campanha também estava a criação das novas fachadas para o CEPESI, fortalecendo sua identidade visual enquanto Centro Público e loja de comércio e solidário. Além das dificuldades financeiras já relatadas, tiveram empecilhos em atender ao regimento do condomínio para liberação da instalação das fachadas. O município de Itajaí não indicava representante para participar das reuniões e pautar esta solicitação, visto que tem contrato de cessão de uso do espaço com o Banco do Brasil. Foi planejada uma cortina adesivada, a qual contribuiria para proteger da luz solar os produtos expostos na vitrine. Quando esta questão foi sanada, não havia recursos para executá-la, quando os recursos estavam disponíveis, não houve tempo hábil para providenciar a instalação das fachadas.

Como forma de ampliar o conhecimento da sociedade sobre a atuação do CEPESI foi publicada a Revista do Programa Esol com informações sobre o que é economia solidária, seus princípios, sua história em Itajaí e a experiência do Programa. A revista foi lançada no dia 15 de dezembro de 2016 no CEPESI, com tiragem de 3 mil unidades, muito além das 2.140 unidades previstas no projeto inicial. Isto porque para esta etapa havia sido planejada a realização de uma oficina sobre sistematização de experiências com a equipe executora do projeto, mas foi inviabilizada diante das dificuldades com os recursos financeiros. Então optou utilizar a diferença de recursos para reproduzir um número maior de exemplares da Revista.

Infelizmente o atraso no repasse dos recursos do convênio para as ações do Programa Esol comprometeram o desenvolvimento desta ação. Os programas de rádio que estavam previstos para divulgação das feiras também não foram executados tendo em vista que eram os valores mais altos e como os recursos estavam sendo liberados intempestivamente, não havia mais sentido nem tempo de produzir as peças de divulgação.

No final de 2016, com a liberação da terceira parcela do Convênio, foi possível confeccionar algumas peças de divulgação como folder institucional do CEPESI, *flyers* e cartazes para divulgação de feiras, camisetas, banners e também a Revista.

A Revista Esol, segundo a atual presidente do CEPESI, tem sido um belo cartão de visita e tem divulgado a ES, a experiência do CEPESI e do Esol a nível local e regional. Tem sido um importante instrumento para que as pessoas possam entender os valores da ES e conhecer as experiências de Itajaí.

2.3.6 Articulação para implantação e divulgação de ações de finanças solidárias na região

No projeto estava previsto a implantação e divulgação de ações de finanças solidárias na região. A ideia inicial era articular parceria entre CEPESI e BANCRI visando sua inserção na ES e posteriormente à implementação de ações de finanças solidárias, por meio de divulgação, de formação sobre o tema e disponibilizando linhas de crédito aos empreendimentos. As ações que já existiam era de “caixinha” da Feira Universidade Ecossolidária e do Fundo do CEPESI,

Os primeiros contatos para dispor microcrédito aos EES aconteceram em 2011 quando o BANCRI participou de alguns eventos de ES divulgando suas ações enquanto banco de microcrédito, segundo informado em uma reunião de trabalho realizada na sede do BANCRI em agosto de 2016. Porém esta parceria não teve continuidade porque além dos resultados em 2011 terem sido bem tímidos com a demora no início do Projeto estas articulações se perderam. Estavam planejadas para a fase final do projeto, para atender aos novos EES que se formariam.

Este foi outro objetivo do Programa Esol que foi prejudicado com a discrepância entre o tempo de aprovação do Projeto, do conveniamento à contratação da Univali, e entre a execução das ações e da liberação dos recursos financeiros.

2.3.7 Integração dos gestores públicos regionais para apoio e fomento da ES

A intenção era integrar gestoras e gestores e públicos com o objetivo de “buscar a garantia da sustentabilidade do projeto com a capacitação de gestores públicos para atuação com políticas públicas que fortaleçam a economia solidária regional”. As ações voltadas para este objetivo do Programa Esol não puderam ser executadas, esta foi outra meta que não se conseguiu cumprir em decorrência dos atrasos nos repasses de recursos para a execução do Contrato 160/2013.

Os cursos para gestores públicos foram planejados para o final do projeto com a liberação da última parcela do convênio. Considerando o tempo exíguo entre a liberação da 3^a parcela do convênio e as possibilidades de articulação limitadas pelo ano eleitoral levaram decisão conjunta entre Município UNIVALI de não realizar esta meta. Desta forma os valores referentes a esta meta foram devolvidos à SENAES.

Neste processo, apesar de não serem realizados os cursos previstos, houve boa articulação com algumas gestoras e gestores, aproximando-se principalmente das políticas públicas de assistência social e saúde. A meta do Programa Esol era realizar dois Cursos de Capacitação de Gestores Públicos, para Itajaí e demais municípios da AMFRI. Ainda durante a execução do projeto foi possível envolver gestoras e gestores da região em algumas atividades, principalmente nas reuniões de mobilização e nas ações de formação e em outros momentos, como por exemplo, nas reuniões do Fórum Litorâneo de Economia Solidária.

2.4 A FORMAÇÃO DE NOVOS GRUPOS

Durante o Programa Esol, foram trabalhadas diversas iniciativas para formar novos grupos e agregá-los ao quadro do CEPESI, a partir dos territórios, e, consequentemente, gerar trabalho e renda por meio do trabalho autogestionário. Conforme registros e relatórios da equipe técnica, foram articulados 25 novos grupos, e rearticulados outros dois já existentes (Quadro 4).

Quadro 3 – Relação de grupos/EES articulados e formados com as ações do Programa Esol

Seq	Ano de formação	Grupos/EES	Território	Atividades realizadas	Envolvimento Programa ESOL com EES	Situação EES em relação ao CEPESI em dezembro de 2016
1	2007	PRODUÇÃO ALTERNATIVA SOLIDÁRIA – GRUPO PAS	Oeste	Produção de fios e cordas (elo Justa Trama)	Rearticulado	Não associado
2	Fev 2014	MADAME CIS SALÃO DE BELEZA	Norte	Serviços/Beleza	Formado	Associado
3	Abr 2014	ENTRELACADAS	Oeste	Artesanato/trabalhos manuais	Formado	Associado
4	Abr 2014	OLHANEGA	Oeste	Artesanato/trabalhos manuais	Formado	Associado
5	Abr 2014	REDE DE ALIMENTAÇÃO	Oeste Norte Centro Oeste	Organização de produtores para produção e comercialização de alimentos	Formado	Associado
6	Jun 2014	HORTA COMUNITÁRIA INSTITUTO POLY	Oeste	Produção agroecológica	Formado	Não associado
7	Jul 2014	FUXIQUEIRAS PROMORARTE	Centro Oeste	Artesanato/trabalhos manuais	Formado	Associado/grupo findou
8	Set 2014	BRIGADA DO REINO	Oeste	Serviços/cursos/artesanato	Atendido	Não associado/desistiu projeto
9	Out 2014	CLUBE DE MÃES CEPCR	Centro Oeste	Artesanato	Atendido	Não associado
10	Out 2014	INTEGRA ESPAÇO TERAPÊUTICO	Norte	Serviços/Saúde	Formado	Associado/Estava inativo e se reorganizou com o Esol
11	Out 2014	BRECHÓ B. LUXO -	Centro Oeste	Serviços/comércio de roupas usadas	Formado	Associado – 2 grupos se juntaram formando BRECHO ECOSOL
12	Out 2014	BRECHÓ MARIA BONITA	Centro Oeste	Serviços/comércio de roupas usadas	Formado	

13	Fev 2015	CEDIN – PROMORAR – "MERCADINHO SOLIDÁRIO"	Centro Oeste	Moeda social	Rearticulado	Não associado
14	Mar 2015	HORTA COMUNITÁRIA (HAITIANOS)	Centro Oeste	Produção agroecológica	Atendido	Não associado
15	Mar 2015	MARIA MARIA	Oeste	Costura	Formado	Associado/grupo findou
16	Mar 2015	ALQUIMIA DO SABOR	Norte	Serviços/Alimentação	Formado	Associado/grupo findou
17	Abr 2015	ARTEIRAS FACEIRAS	Oeste	Artesanato	Formado	Não associado
18	Mai 2015	DIVAS DAS ARTES	Centro Oeste	Artesanato e Costura	Formado	Associado
19	Jun 2015	NAVEARTES	Oeste	Artesanato/trabalhos manuais	Formado	Associado
20	Jul 2015	MÃOS NA MASSA	Norte	Produção alimentos	Formado	Não associado/grupo findou
21	Jul 2015	PANTA REI	Centro Oeste	Artesanato/trabalhos manuais	Formado	associado/grupo findou
22	Ago 2015	GRUPO MANUTENÇÃO GERAL	Oeste	Serviços/construção civil	Formado	não associado
23	Nov 2015	ARTES UNIDAS EM AÇÃO	Centro Oeste	Artesanato	Formado	associado
24	Nov 2015	RECICLARTE	Centro Oeste	Artesanato/trabalhos manuais	Formado	associado
25	Dez 2015	CRIA CAFÉ & CULTURA	Norte	Serviços/Alimentação	Formado	associado

Fonte: Elaborado pela autora.

Na fase inicial do Programa, entre dezembro de 2013 a dezembro de 2014 foram atendidos 12 grupos, com a formação de 10 e rearticulados outros 2. Durante o ano de 2015 até dezembro de 2016 foram atendidos e formados outros 13 grupos. A formação destes 23 grupos e rearticulação dos demais foi resultado de muitas atividades de campo realizadas pelos articuladores territoriais. Nos relatórios das atividades é possível perceber as alegrias e desapontamentos de todo o processo de articulação nos territórios.

Quando começarmos a “plantar as sementes” devemos ter presente também a boa apresentação divulgação pra valer no território, pois seguindo o velho jargão popular: a “propaganda é a alma do negócio... e o povo carece ver as coisas acontecendo, na prática... Além de “vender sonhos e utopias”, precisamos fazê-los sentir o potencial que há na força e segurança dessa organização... que, infelizmente, ainda está enfraquecida no espírito de comunhão, coletividade, integração (Relatório de um dos articuladores territoriais sobre a primeira atividade de planejamento do Programa Esol, em fevereiro de 2014).

Para mapear, sensibilizar, organizar as iniciativas existentes nos territórios até a formação dos grupos foram realizadas inúmeras atividades. Este processo de formação de grupos na ES esta abaixo descrito sob o olhar de cada articulador territorial.

2.4.1 Produção Alternativa Solidária – Grupo PAS

Era um grupo ligado a Cadeia Justa Trama, surgiu como grupo informal em 2007. A maior parte do grupo já tinha formação e atuação na ES e mora no Cordeiros, Território

Oeste. Mas não associados ao CEPESI. Em fevereiro de 2015 foi realizada reunião com seis pessoas na reestruturação do grupo. A produção acontecia de forma individual, cada uma produzia em sua casa, e quando terminavam reuniam a produção para enviar. O articulador relata:

A coordenadora do grupo relata que estão concluindo o pedido de Justa Trama (300 peças) de camisas e já estão com um pedido de shorts para a mesma. Informou ainda que a produção é coletiva onde ela produz o fio orgânico, outra pessoa confecciona e uma outra artesã faz o acabamento das peças. Ainda não conseguiram adquirir o tear que desejam, mas estão focadas para produzir e comprar de forma coletiva. (Relatório de atividades do articulador territorial de 24 de novembro de 2015)

Também havia produção de outras peças em fios não orgânicos e artesanato para comercialização. Este grupo está na ES há muito tempo, as vezes com maior ou menor número de pessoas, mas sempre ligado de certa forma à Justa Trama. No último acompanhamento realizado, em fevereiro de 2016 não estavam produzindo fios, apenas trabalhos manuais.

2.4.2 Madame Cis Salão de Beleza

A articulação deste EES foi logo no início da ações do Esol, em fevereiro de 2014, nesta época o grupo se denominava Módulos Cabeleireiros e tinha outras integrantes. Em outubro do mesmo ano, com a elaboração participativa do Plano de Vida, iniciou uma nova formatação. O salão iniciou suas atividades no piso superior do CEPESI em meados de maio de 2014, mas o espaço não oferecia acessibilidade. Foi então solicitado pelo EES e aprovado pelo Conselho de Administração do CEPESI a mudança do salão para o piso térreo, onde permanece em atividade até os dias atuais. As atividades do Salão sempre trazem novas clientes para a Loja Talento de Mãos, e as integrantes sempre estão dispostas a ajudar os outros EES, pois estão diariamente atendendo no Centro Público. No relatório de atividades, a articuladora descreveu:

O novo espaço proporcionou um aumento significativo no faturamento ao empreendimento, além de oferecer um atendimento personalizado, elas trabalham com produtos que tem uma responsabilidade ambiental e social, firmaram parceria com um representante de produtos que tem uma linha natural para cabelos, essa foi e está sendo o diferencial do salão. Hoje é um dos EES que mais fatura no Cepesi. Uma das integrantes do salão, assumiu o cargo de secretária na nova gestão do Cepesi, cargo esse que lhe foi confiado e está desempenhando democraticamente em todos os processos que lhe cabe. A conduta, o respeito e a forma como elas trabalham está se tornando exemplo para outros empreendimentos (Relato de acompanhamento do EES referente a setembro de 2015).

A mudança de espaço dentro do CEPESI aumentou significativamente os resultados do EES e impactou diretamente na arrecadação do CEPESI conforme poderá ser observado na Tabela 3 – Faturamento CEPESI durante período de execução do Programa Esol, no Capítulo 3, item 3.1.2.

A composição deste EES já teve várias configurações, mas sempre formado exclusivamente por mulheres. O espaço do salão está sempre passando por mudanças, sendo aprimorado e reinventado para atender melhor suas e seus clientes. O Salão oferece serviços de cortes de cabelo masculino, feminino e infantil, escova tradicional e penteados, hidratação, cauterização, escova progressiva, manicure e pedicure utilizando produtos mais naturais nos procedimentos, atendendo aos princípios do comércio justo.

2.4.3 Entrelaçadas

O grupo iniciou em abril de 2014 com 6 mulheres, moradoras próximas do bairro Nilo Bittencourt, composto inicialmente por três adultas e três adolescentes, produzindo duas vezes por semana na casa da coordenadora do grupo. Uma delas já tinha participado das formações em ES oferecidas no CEPESI. Sobre o histórico do grupo, segue relato da articuladora:

[...] ENTRELAÇADAS o nome escolhido por elas e por serem todas da mesma família, sempre unidas e entrelaçadas, aos poucos o grupo foi se estruturando e o grupo se associou ao Cepesi, fazendo parte da rede comercialização e participando das feiras que acontecem na cidade e região, até mesmo fora do estado, no caso de Santa Maria no RS, que por dois anos o grupo tem participado. Hoje, estamos em dezembro de 2015, o grupo está mais organizado, entrou novas sócias com disposição para participar de feiras e exposição, o grupo se estruturou, compraram mesa para exposição dos produtos, adquiriram a maquininha de cartão, podendo vender a prazo também, organizaram uma feira semanal no bairro de cordeiros aos sábados, diversificando os produtos, trazendo pessoas com produtos diferenciados. O grupo atualmente está com 8 integrantes (Relatório sobre o históricos dos grupos formados com as ações do Programa Esol de dezembro de 2015).

Há quase 4 anos no CEPESI, o grupo Entrelaçadas atualmente é formado por 5 integrantes, todas mulheres. É um grupo mais engajados na Loja Talentos de Mão e nas feiras externas. Desde dezembro de 2015 realizam atendimentos semanalmente no CEPESI. Elas produzem laços para pets, sabonetes artesanais, lembrancinhas de aniversário, batizados e outros, bonecas em tecidos, ponto cruz, crochê, patchwork e outros trabalhos manuais como pinturas em caixas de MDF pra utilitários. É um grupo que sempre teve disponibilidade para participar das feiras e eventos, é um grupo de mulheres jovens e de meia-idade.

2.4.4 Rede de Alimentação do CEPESI

Uma das principais ações do Programa Esol estava voltada para o fortalecimento do CEPESI. Com os recursos do Convênio 771773/2012 foram adquiridos mobília, equipamentos, utensílios de lanchonete, louças para equipar o espaço funcional do CEPESI destinado à alimentação. A aquisição destes bens foi realizada pela SEDEER.

No início de 2014 quando iniciadas as ações, tinha-se a intenção de formar um EES para assumir este espaço e agregar outras pessoas produtoras de alimentos. Várias pessoas interessadas em produzir alimentos foram mobilizadas para agregar ao empreendimento de alimentação, mas haviam dificuldades para regularização do espaço de produção dos alimentos. Na atual estrutura do CEPESI não pode haver cozinha para a produção de alimentos. A vigilância sanitária permitiu apenas a manipulação de produtos pré-preparados, podendo se utilizar de forno elétrico ou microondas para aquecer os alimentos.

Em junho de 2014 iniciou a formação do grupo El Shaday com três mulheres, estavam produzindo e vendendo na vizinhança pois a cozinha não estava adequada para a produção conforme exigência da vigilância sanitária. Em janeiro de 2015 duas delas tiveram que buscar emprego formal devido às dificuldades financeiras e o grupo acabou se enfraquecendo, em relato a articuladora social descreve a situação: “Grupo Elshaday se encontra com muitas dificuldades, tendo então que procurar emprego e permanece apenas uma integrante do grupo participando das reuniões” (Relatório de atividade da articuladora territorial do dia 19 de janeiro de 2015).

Com as dificuldades que o grupo enfrentou foram contatadas pessoas do Território Imaruí para fazer parte do grupo com a proposta de comercializar no espaço do CEPESI. Com as ações do Programa Esol, diversas pessoas e grupos se aproximaram, tanto nos territórios como de cidades vizinhas, quando retoma-se a ideia de formar a Rede de Alimentação do CEPESI, para congregar produtoras e produtores de alimentos, tendo como ponto fixo de comercialização um espaço dentro do Centro Público. “A Proposta da rede de alimentação visando a introdução de uma alimentação saudável e diferenciada. O Centro Público de Economia Solidária tem um espaço disponível para implementação de uma lanchonete (Relatório de Execução do Contrato 160/2013 referente ao mês de abril de 2014).

Foi agendado um encontro com pessoas interessadas na proposta de participar do EES, alguns grupos já existentes na região também foram convidados para uma reunião para apresentação da proposta da Rede de Alimentação. Para ilustrar, segue abaixo anotações de

uma das reuniões de mobilização da Rede de Alimentação do CEPESI. Na reunião estavam presentes articuladores, integrantes de grupos e pessoas interessadas em ingressar na Rede:

Além dos articuladores estavam presentes integrantes de grupos e pessoas que tem interesse em fazer parte da rede de comercialização da alimentação, com a proposta de formar um grupo, para comercializar os produtos dos empreendimentos que trabalham com alimentação, bem como abrir um espaço, ponto de venda e lanchonete, para a venda dos produtos. Maria e Natália, participaram do projeto do IFSC, mulheres Sim, com cursos de capacitação em várias áreas, no caso as duas na área de alimentação. Andréia trabalha com produtos alimentício, processados e em natura, verduras, frutas, geleias, biscoitos e outros, priorizando os orgânicos, comercializa seus produtos em feiras e participa de eventos, será uma fornecedora, levantou também a proposta de capacitar as pessoas que irão fazer a comercialização, no sentido de conhecer os benefícios dessa alimentação diferenciada, bem como suas propriedades terapêuticas. Yara estava representando duas pessoas que por motivos pessoais não estiveram presentes e que tem interesse em participar do grupo, uma delas trabalha com segurança alimentar e a outra produz quitutes e tem interesse em fazer parte do grupo com a ideia de um café colonial. Entramos em contato com Empório da Roça, mas não houve retorno, mas em conversa no último encontro do ano passado, se mostraram interessadas em fazer parte do grupo como fornecedoras. Irene do Imaruí do grupo El Shaday, a ideia que faça parte do grupo na equipe comercialização no Cepesi. Jéssica trabalha com produtos vegetarianos e veganos, uma linha bem diversificada, será uma fornecedora. A nossa proposta enquanto Programa Esol é formar um grupo, com articulação e acompanhamento pela equipe técnica, para representar esses empreendimentos que trabalham nesse seguimento, na comercialização dentro da associação CEPESI. Sendo assim, nossa proposta é que os produtos á serem comercializados, sigam a linha natural, saudável e sem agrotóxico, satisfazendo assim uma necessidade de uma parte da população com intolerância a lactose, siliácos e diabéticos, atendendo ainda os adeptos ao vegetarianismo. Todas as participantes concordaram com a proposta e aguardam novos encaminhamentos. Outra pessoa que entrou em contato com a nossa articulação, depois dessa reunião, foi Maria Soeli, que tem interesse em fazer parte do grupo, para fazer a comercialização, relatou que tem experiência na área de lanchonete.

Encaminhamentos: agendamos próximo encontro para o dia 05/02, quinta feira as 14:00, mas em função de compromissos assumidos por uma das integrantes, faremos as 9:00 do mesmo dia no Cepesi (Relatório de Reunião de articulação grupo de alimentação de 28 de janeiro de 2015).

A Rede foi formada por grupos e pessoas que tinham interesse em comercializar alimentos, com a proposta de formar um EES que iria comercializar os produtos dos outros empreendimentos que trabalham com alimentação num espaço cedido pelo CEPESI. Surgiu composta por cinco pessoas representantes de empreendimentos que faziam parte da ES na região:

* Empório da Roça” de Balneário Camboriú, o grupo trabalha com alimentos nutracêuticos, representadas pelas empreendedoras Cíntia e Joseli, elas vendem seus produtos em feiras e eventos e participam das feiras na Univali.

* Grupo “Govinda” trabalha com alimentos lacto-vegetarianos, vendendo em feiras e eventos que o próprio grupo promove no seu espaço, está sendo representado pela Jatila uma das sócias do empreendimento, é participante das feiras da Univali.

* Da Roça orgânicos, representante de produtos orgânicos na região, no momento está com um projeto que fornece cestas de produtos para a Apesi e Afuvi duas vezes na semana na Univali de Itajaí, é atuante das feiras da Univali.

* Pedro trabalha com alimentos funcionais para pessoas que praticam esportes e frequentam academias ,no momento Pedro está se organizando buscando parceria para sua produção e futuramente ser fornecedor na lanchonete.

* “Feiras de orgânicos”, os empreendedores e produtores são de Corrêia Pinto e Presidente Getúlio, vendem os produtos em três feiras na região, no centro de Itajaí, no bairro São Vicente e na praia Brava, todas as três feiras acontecem nas quartas feiras das 7hs as 13hs e serão fornecedores de produtos para a lanchonete (Relatório mensal de atividades do mês de abril de 2015 da articuladora territorial).

Em março de 2015, inicia-se a articulação de um novo grupo, Alquimia do Sabor, logo iniciou sua participação nas feiras da região e nas Feiras Universidade Ecossolidária realizada na Univali e o grupo se integra à Rede de Alimentação.

Na ata do Conselho de Administração do CEPESI do mês de abril de 2015 consta que na reunião foi apresentada e aprovada a proposta da Rede de Alimentação que estaria representada pelo EES Alquimia do Sabor para a comercialização dos produtos no CEPESI para iniciar as atividades no espaço funcional.

Em junho, a Rede foi mobilizada para participar de um evento em comemoração ao dia do meio ambiente no Centro de Eventos de Itajaí, foi a primeira experiência de trabalho em Rede e bem positiva na avaliação dos EES. Logo após, em setembro, no início das atividades no CEPESI, ainda durante a reforma do espaço, o grupo Alquimia do Sabor se desfez porque as integrante mudaram de endereço, saindo do estado. Com a saída, iniciaram as ações para novas articulações para formar novo EES.

Vários grupos de alimentação tentaram se estabelecer como EES no CEPESI, mas as dificuldades que surgiam eram muitas, principalmente pela falta de um lugar adequado para a produção de alimentos. Durante o tempo do Programa diversas pessoas e grupos se aproximaram da Rede, nem todos permaneceram. As assessorias realizadas pela equipe do Programa estavam voltadas para melhorias na produção, organização dos equipamentos, higienização alimentos, administração e contabilidade com acompanhamento nas questões financeiras e organização de cálculos de custo de produtos, mas as questões de adequação do local não estavam ao alcance dos recursos do Programa.

A Rede de Alimentação se tornou uma iniciativa muito agregadora aproximando produtores de diferentes tipos de alimentos em feiras da região. Mesmo com o término das ações de assessoria pelo Programa Esol e redução nas ações de fomento, as atividades da Rede continuaram. Em janeiro de 2017, com parceria do Projeto de Extensão Educação para a Transformação da UNIVALI foram realizadas feiras de produtos naturais produzidos por agricultoras de Itajaí. O projeto visa atender ao processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia. Ainda no primeiro semestre de 2017 a ITCP/UNIVALI

retomou a articulação da Rede agregando novas pessoas aos grupos que foram acompanhados pelo Programa Esol, CEPESI e pela própria incubadora. Havia cinco EES na Rede, porém o espaço funcional do CEPESI para a alimentação continuava desativado.

2.4.4.1 Cria Café & Cultura

Foi o último grupo a ser formado com o Programa Esol. Surgiu a partir das reuniões realizadas para encontrar pessoas e grupos para administrar o espaço destinado à alimentação dentro das instalações do CEPESI. Era formado por três pessoas que produziam alimentos funcionais. Em dezembro de 2015 adentrou o quadro de associados do CEPESI. Sua inserção na Rede de Alimentação do CEPESI, logo no início, se pode perceber dificuldades relacionadas à forma de gestão do grupo e aos recursos necessários para dar continuidade nos processos. No relato das atividades da articuladora, diz que a coordenadora do grupo:

[...] conseguiu outras pessoas para integrar ao grupo, na área de produção e também sócios com recursos para investir no negócio. Foi estipulado novo prazo, dia 26/01 para finalizar as negociações e dar andamento nas obras para abertura e comercialização (Relatório de assessoria de 1 de fevereiro de 2016).

Esta perspectiva de trabalho com sócio investidor é difícil de aproximar dos valores da autogestão, pois implica na separação dos processos de organização e de produção dentro do EES.

A coordenação do grupo acontecia de forma não compartilhada, nem pactuada com os demais integrantes do grupo, ou seja, ali naquele grupo não havia autogestão. O grupo se mostrava muito frágil, foram realizadas diversas reuniões para aproximar o EES com as ações da Rede de Alimentação mas sem muita interação. As ações de assessoria a este EES continuaram mesmo após o término de contrato dos articuladores territoriais, sendo assumidos pela equipe da ITCP/UNIVALI.

O grupo Cria Café e Cultura foi afastado em maio de 2016 e saiu definitivamente do quadro de associados do CEPESI no mês de agosto de 2016, em decisão de seu Conselho de Administração, em razão de incompatibilidade na forma de gestão do grupo e os princípios da Economia Solidária.

Apesar de todas estas dificuldades, a Rede de Alimentação continuou articulada. Em 2017 foram retomadas as ações de articulação desta Rede pela ITCP/UNIVALI, mobilizando participantes dos cursos de formação em ES oferecidos em parceria com o CEPESI que sejam produtores de alimentos. No segundo semestre de 2017, dois novos grupos de formaram e

estão atuantes. . Um grupo acompanhado pela equipe da incubadora está se organizando para assumir o espaço. No final de 2017 estavam realizando feiras semanais dentro do CEPESI, com diversos tipos de alimentos entre, pães, bolos e biscoitos.

2.4.5 Olhanega

O início deste grupo foi também decorrente dos encontros de formação em ES promovidos pelo Projeto no CEPESI. Em abril de 2014 um grupo de 7 mulheres se reuniu para formar um grupo de artesanato. Foi elaborado um documento com uma breve história de vida de cada uma das participantes destacando o momento em que cada uma iniciou suas práticas em artesanato. Destaca-se aqui que esta prática de contar a história de vida por uma linha do tempo ajudava muito aos articuladores territoriais entenderem as relações existentes em cada grupo assessorado e/ou acompanhamento e ao próprio grupo compreender o caminho percorrido por cada uma/um até a decisão de formar um grupo de produção na ES.

Segundo encontro de formação do grupo de artesanato com as mulheres. Construímos a história do grupo e decidiu-se pelo nome “construindo arte olhanêga”. Preenchemos todos os documentos exigidos pelo CEPESI e marcamos a apresentação oficial do grupo para aprovação do conselho de administração para o dia 13 de maio (Relatório de assessoria de 29 de abril de 2014).

Uma das integrantes é professora de tear no CEPESI e sempre realizou oficinas em diversas instituições, eventos e feiras. Continua no quadro de EES associados ao CEPESI é um grupo bastante ativo e colaborativo no CEPESI, participando de vários eventos e feiras de ES.

2.4.6 Horta Comunitária Instituto Poly

A Horta se localiza dentro da propriedade do Instituto Poly, havia um espaço ocioso na lateral da nova sede. Em março de 2015, eram atendidas aproximadamente 800 pessoas do bairro da Murta, a maioria jovens. Eram oferecidas aulas de jogos (xadrez), *Tae-kwon-do*, informática, música, inglês/espanhol, e artesanato para algumas mães.

O Instituto Poly é um importante ator social dentro do Território Norte, ainda realiza muitas atividades voltadas para a comunidade em parceria com a Associação de Mulheres e Amigos da Murta – AMAM.

Um grupo de mulheres, mães de alunos, se mostraram interessadas em fazer costura e ocupar um espaço no terreno para plantio de horta orgânica. A partir da conversa e

apresentação do projeto, obteve-se como resultados a possibilidade de ações com um grupo de costura e de uma horta comunitária orgânica. As primeiras articulações com o grupo aconteceram em junho de 2014, sendo retomadas cinco meses depois, em novembro, com a instalação na nova sede do Instituto. Sobre o grupo de costura o articulador informou em relatório.

Por enquanto aguardar o fechamento do grupo que irá fazer a formação, sendo que a data prevista é do dia 20 de junho. A partir daí, poderão encaminhar a formação de ES. Com relação a horta comunitária, a previsão de conclusão das obras da nova sede do instituto é para novembro de 2014 (Relatório de atividades do dia 14 de junho de 2014).

Em fevereiro de 2015 iniciaram as formações para implementação da Horta às mulheres envolvidas. Para isso era necessário providenciar alguns utensílios para o início do plantio, este processo de aquisição demorou pois dependia de recursos externos e o Programa Esol não previa recursos para este tipo de despesa. Em outubro, com parte dos materiais providenciados, estava articulada uma oficina/assessoria do CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo, junto ao Instituto e a Horta Comunitária do bairro São Vicente para a gestão comunitária dos resíduos orgânicos e agricultura urbana, mas como os recursos foram liberados apenas em dezembro de 2016, não houve tempo hábil para realizar a Oficina:

Aproveitei o momento e coloquei a par sobre o projeto da horta que está parado em função da não liberação de verbas pela Prefeitura, e assim que normalizar essa situação a parceria com a CEPAGRO para realizar oficinas será efetivada e faremos um cronograma de datas para a implantação do Projeto de hortas comunitárias no instituto Poly com as mães e crianças envolvidas (Relatório de atividades do articulador territorial de 26 de outubro de 2015).

Com o empenho e boa articulação das ações do Programa Esol junto ao Instituto Poly, mesmo com o encerramento das atividades do Programa, o projeto da horta continuou após o término das ações do programa.

2.4.7 Fuxiqueiras Promorarte

Este grupo surgiu em julho de 2014 após uma reunião no CRAS do Promorar, era um grupo de artesanato e cultura. Logo no início puderam comercializar na Festa na Comunidade São Lourenço, numa articulação com a Igreja. Durante todo o ano de 2014 continuaram participando de feiras e atividades realizadas no território. Em junho ingressam no quadro de

EES associados ao CEPESI. A partir de agosto de 2015 o grupo começa a apresentar dificuldades:

As Fuxiqueiras participam das feiras, porém não vendem bem. Estão a procura de novos integrantes, apesar das dificuldades de manter o grupo. Os integrantes do grupo já indicam desistência (Relatório articulador territorial de 14 de abril de 2015).

Em primeiro lugar, explicam que não conseguem cumprir com os compromissos no CEPESI. Além disso, Carmem está com problemas pessoais (cuidar da mãe que está doente e de sua própria saúde). Em segundo lugar, em razão de uma má experiência de voluntariado no CEPESI, resolveram definitivamente retirar seus produtos do ponto fixo e sair do projeto Esol (Relatório de atividades de acompanhamento dos EES de 10 de agosto de 2015).

Estes compromissos estão relacionados ao atendimento na Loja Talento de Mãos, todas e todos representantes de EES que participam da Loja precisam participar do atendimento como contrapartida para que seus produtos sejam também exposto. A organização do atendimento é organizado pelos grupos que comercializam na Loja, dependendo do número de pessoas há necessidade de mais ou menos dias de atendimento. Como alternativa para atender às exigências e manter os produtos na loja, as duas integrantes do grupo Fuxiqueiras se juntaram ao grupo Divas das Artes. Assim as integrantes se sentiram mais seguras para continuar expondo seus produtos no CEPESI até que os problemas fossem resolvidos.

Essa situação na época levou a equipe do Esol, e dos EES associados ao CEPESI a refletirem sobre a necessidade de mais apoio e compreensão aos grupos que estavam fragilizados. e/ou em processo de formação. As integrantes do grupo Fuxiqueiras acabaram desistindo de participar do Programa por motivos pessoais.

2.4.8 Grupo de Escoteiro Brigada do Reino

Em setembro de 2014 foi realizada a primeira reunião de articulação com este grupo já existente no Território Oeste (Cordeiros). A reunião teve o objetivo de estreitar as relações entre a as ações do Programa com as ações realizadas pelo grupo Brigada do Reino. Segundo relato desta reunião:

O grupo surgiu em 2010 utilizando-se dos princípios escotistas de Baden Powell, reunindo crianças e jovens de 7 a 17 anos aos sábados. Recebem apoio do Instituto Humanitário e Educativo SOS Vida que também é proprietário do imóvel que abriga o grupo. Atualmente atendem 60 jovens que, além das atividades escotistas, participam de cursos de informática básica e avançada (quartas-feiras das 19h as 20:30h e das 20:30h as 22:00h), música e reforço escolar. Possuem também uma cozinha comunitária pois servem refeições aos participantes. Mencionaram um

trabalho que envolve as mães (10 a 12) dos jovens na produção de artesanato. Chama-se grupo Pérola e se reúne às quartas-feiras, das 14:00h as 17:00h. Cristina observou que além do aspecto terapêutico e de sociabilidade, este trabalho também tem o propósito de geração de renda. André mencionou um desejo do grupo de trabalhar com produção de húmus por meio de minhocários e de produção de sabão através da reutilização de óleo de cozinha mas que carecem de espaço físico para desenvolver essas atividades (Relatório de atividade de articulação referente ao mês de setembro de 2014).

Considerando esta demanda para criação de um ESS e as possibilidade de ocupação do espaço onde funcionava a Cooperativa Fio Nobre quando desativada em 2014. O galpão era de propriedade da Cooperativa Mista Solidária de Chapecó Coopersol Confecções – Coopersol e estava cedido para a Cooperativa. As articulações foram feitas no sentido de fomentar o grupo que iria abrir o minhocário e de ceder o galpão para o Grupo de Escoteiros. No meio deste processo a Coopersol colocou a venda o galpão, a venda foi realizada em dezembro de 2015.

2.4.9 Clube de Mães do Centro Educacional Professor Cacildo Romagnani – CEPCR

Desde o segundo semestre de 2014 estava sendo acompanhado um grupo de mães interessadas em criar um Clube de Mães para tentar resolver o problema de renda de algumas delas. Segundo relato do articulador, havia problemas de renda e infraestrutura para que o grupo trabalhasse: “[...] estamos vendo/estudando como seria possível, neste momento, solucionar este problema pontual (com a ideia do “Clube de Mães” no CAIC local = CEPCR), em conversas/reuniões particulares com a direção desta Unidade” (Relatório de atividades do articulador territorial do mês de fevereiro de 2015).

Estas situações permaneceram, visto a impossibilidade de conseguir material, local para produzir e com o final da ações nos territórios, não houveram novas atividades para articular este grupo.

2.4.10 Íntegra Espaço Terapêutico

Este EES já estava articulado antes do início do Programa Esol, adentrou às atividades para poder se organizar melhor enquanto grupo. Participaram das formações e assessoria técnicas para elaboração do Plano de Vida do EES. Desde outubro de 2014, quando iniciou seu processo de reorganização, foi relatado durante a assessoria de 5 de outubro de 2014:

[...] é um espaço terapêutico que visa o cuidado do ‘Ser’ por inteiro. Em nosso espaço desenvolvemos a promoção da saúde, realizando atendimento com profissionais qualificados em suas áreas de atuação. Um dos diferenciais do nosso

serviço é o atendimento domiciliar... (Relatório de atividades do articulador territorial de novembro de 2014).

Desde então o grupo está em atividades e associado ao CEPESI, mesmo já tendo passado por diversas formações, continuam atuando sempre agregando novas pessoas para se adaptar a saída de outras.

2.4.11 Grupo Brechó Ecosol

As articulações para formação deste grupo se iniciaram em outubro de 2014. Havia um grupo de mulheres que moravam em territórios atendidos pelo Programa, uma delas fazia parte de um dos EES já associados ao CEPESI e se interessaram em montar um brechó. Em novembro um outro grupo formado por mulheres integrantes de outros EES do CEPESI também se interessaram pela proposta, mesmo que também já integravam outros EES do quadro do CEPESI. Isto causou um certo desconforto em relação aos objetivos do Programa Esol, assim foi realizada uma reunião aberta para que qualquer outra pessoa interessada em participar do Brechó. Consta no relatório desta reunião:

A reunião aconteceu nas dependências do Cepesi, com grupos interessados em assumir a comercialização do brechó, no qual até então era a associação Cepesi que se responsabilizava, por determinação da direção e orientado pela contabilidade, será repassado para um empreendimento articulado pelo projeto (Relatório de atividades do articulador territorial de 27 de janeiro de 2015).

Houve dificuldade de viabilizar o grupo devido a rivalidade entre as integrantes. Diante deste desafio, o articulador territorial até sugeriu à coordenação do Programa Esol entregar a assessoria do grupo para a administração do CEPESI (Conselho de Administração) tendo em vista as dificuldades de relacionamento entre as integrantes.

Em fevereiro de 2015 foi aprovado o ingresso dos dois grupos no quadro de associados do CEPESI. Um grupo com quatro mulheres e outros com cinco. Apesar dos conflitos, os dois grupos decidiram pela fusão, o grupo iniciou com oito integrantes, atualmente há apenas cinco. No relato do articulador responsável consta: “Foi decidido unificar os grupos Brechó B. Luxo e Maria Bonita. Agora se chamam Brechó ECOSOL. As coordenadoras eleitas são: Maria Soeli e Isaura” (Relatório de atividades do articulador do mês de maio de 2015).

Desde então o grupo está associado ao CEPESI e a renda gerada com as vendas das roupas tem sido de grande valia às integrantes do grupo. Das cinco integrantes, duas dependem totalmente da renda obtida por meio da comercialização das peças no Brechó.

2.4.12 “Mercadinho Solidário” do Centro de Educação em Tempo Integral – CEDIN Promorar

As articulações iniciaram no início de 2015 e até o final das ações do Programa foram realizadas mobilizações para destinar um espaço ocioso que se encontrava aos fundos do CEDIN. A ideia era criar um espaço solidário para que as pessoas no bairro pudessem produzir e comercializar seus produtos. O articulador fez diversas visitas à instituição, em uma delas relatou:

No CEDIN falei com (...), diretora desmarca as reuniões agendadas constantemente. Pensamos em conseguir uma casa ociosa pertence ao CEDIN e ficou de agendar uma data sobre a possibilidade de reunir com APP. Me retornou desmarcando um encontro agendado dizendo que irá ligar posteriormente para reagendar, mas... (Relatório de atividades do articulador territorial de setembro de 2015).

Foram realizadas inúmeras tentativas para implantar o Mercadinho Solidário, inclusive com a Secretaria Municipal de Educação para verificar a situação, mas a questão da segurança do local não conseguiu ser resolvida e as tratativas para uso do espaço não seguiam adiante.

2.4.13 Horta Comunitária do São Vicente (Haitianos)

Em março de 2014 inicia mobilização para uma horta agroecológica e comunitária visto a proximidade com alguns haitianos por meio do Centro de Direitos Humanos e das Conferências Livres de Migração. A intenção foi de associar a horta à alguma cozinha comunitária para atender a população de baixa renda. Buscou-se apoio na Paróquia São Vicente de Paula. Em novembro de 2014 foi realizado mutirão de limpeza para dar continuidade no projeto da horta, mas as chuvas comprometeram os trabalhos e em seguida o grupo se dispersou. Em agosto de 2015 retomam o diálogo, novamente com apoio do CDHI, para discutir a inserção da comunidade haitiana do Promorar no Programa Esol. Segundo relato do articulador territorial de 30 de agosto de 2015:

Encontro com os representantes haitianos. Foi apresentado o Programa Esol e surgiram ideias de projetos. Além disso, foi discutida a formalização da Associação de Haitianos, as dificuldades enfrentadas, preocupações gerais com a vinda para outro país. Recusaram-se a assinar a lista de presença (Relatório de atividades referente ao dia 30 de agosto de 2015).

Foram realizadas novas reuniões com o grupo e se conseguiu a parceria da Comunidade da Paróquia São Vicente, localizada no Território Oeste, que possuía um terreno cedido pela Prefeitura, em forma de comodato, para a produção de horti-fruti orgânicos (em

variedade de legumes e verduras). Foram somadas forças com pessoas da comunidade dispostas em auxiliar com a equipe do Programa Esol. No relato sobre esta situação do grupo, o articulador territorial discorreu:

Enquanto Equipe, pretendendo a partir da horta, formar novos grupos de Economia Solidária neste Território, principalmente com a população mais carente e disposta (seja na fabricação de artesanatos, ou na prestação de serviços em benefícios da própria comunidade envolvida, na comercialização e no consumo próprio – como é o caso da Horta Solidária).

Nos responsabilizamos de assessorá-los (os haitianos na comunidade), procurando órgãos públicos que facilitem este processo com materiais, ferramentas, sementes/mudas e insumos. No início, subdividimo-nos para irmos atrás destes com maior eficiência. Os Haitianos se responsabilizaram em cultivar e produzir (Relatório de atividades referente ao dia 03 de setembro de 2015).

Se formou um grupo de pessoas para encaminhar a horta, envolvendo os haitianos, apoiadores e a equipe do Programa Esol. Novamente as fortes chuvas de outubro de 2015 impossibilitaram o inicio do trabalho, além disso, os contatos realizados com os haitianos para viabilizar a horta não tiveram retorno. Foram realizadas algumas formações em ES com o grupo que continuava se encontrando, algumas pessoas, entre homens e mulheres, participaram de uma oficina de artesanato para aprender a produção de chinelos decorativos. A articulação deste grupo de haitianos contava com a colaboração de duas religiosas da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, integrantes da Pastoral da Migração, a primeira de saída e a segunda de chegada no Território.

Logo em 2016, as duas já não estavam mais na Pastoral e muitos haitianos nesta época tinham saído do município também, segundo relato de um dos diretores da Associação dos Haitianos de Itajaí – ACHI, no dia de sua fundação, em 19 de novembro de 2017. E isto inviabilizou a continuidade dos trabalhos. Em 2017 um grupo iniciou a produção de alguns artesanatos e trabalhos manuais em chinelos.

Estavam previstas para 2018 novas ações de articulação com o grupo que formou novamente em torno da ACHI. Novas e antigas parcerias estão se efetivando, com apoio do CDHI e da ITCP/UNIVALI.

2.4.14 Maria Maria

O grupo surge em meados de março de 2015, no bairro Murta, Território Oeste, a partir das ações de articulação com agentes do CRAS. Foi realizada uma oficina para mobilização de novas pessoas para formar grupos de ES. Na primeira reunião as mulheres que se mostraram bastante interessadas em participar algumas das participantes já costurava e

fazia artesanato e algumas tinham interesse na área de alimentação, outras não faziam nenhum trabalho manual e queriam aprender através de cursos. Durante o processo de sensibilização do grupo, optaram por trabalhar com costura e artesanato, já que algumas das mulheres possuíam máquinas de costura:

Logo depois me dirigi a casa da Estela (grupo Maria Maria) que estava muito contente pois havia conseguido uma doação em valores para a compra de uma máquina industrial para a produção de bolsas. O grupo vai participar ainda de uma feira no Bairro Murta que acontecerá neste final de semana (Relatório de Atividades do articulador territorial de 27 de agosto de 2017).

Até outubro o grupo conseguiu se engajar na produção de *ecobags* confeccionadas com lona de banners. Receberam doações de diversas pessoas, e tinham parceria com a Cooperativa de Catadores COOPERFOZ e Secretaria de Turismo para recebimento de doações. Apesar deste cenário positivo, em novembro o articulador relata “grupo está com dificuldades de relacionamento em função de problemas particulares das integrantes entre si. A Estela (coordenadora) pediu para dar um tempo até a situação se normalizar” (Relatório de atividades de acompanhamento de EES de 27 de novembro de 2015).

No início de dezembro o grupo de desfaz e não tiveram mais interesse em continuar participando das ações do Programa.

2.4.15 Grupo Arteiras Faceiras

Esse empreendimento nasceu em abril de 2015 após articulação com o projeto “Arte nos Bairros” desenvolvido Fundação Cultural do Município de Itajaí. Era um grupo de aproximadamente vinte mulheres desenvolvendo trabalhos de artesanato e pintura em tela.

Entre as participantes havia um grupo de mulheres realmente interessadas em formar um empreendimento, segundo relato do articulador territorial que acompanhou o grupo:

Percebi o grupo muito unido produzindo no coletivo com muita troca de experiências entre elas e com certeza um grupo com espírito de ES. Agendamos uma visita para conhecermos o Cepesi e a feira E-sol/Univali no mesmo passeio. Nem todas puderam acompanhar mas fomos assim mesmo. Fomos a feira E-sol onde visitaram todos os stands dos produtores e após fomos ao Cepesi conhecer suas estruturas e dinâmica de funcionamento. Foi um dia muito especial para elas, percebi isso nos comentários após nosso retorno das visitas e aproveitamos para deixar agendado nosso próximo encontro (Relatório de atividades do articulador territorial referente ao mês de maio de 2015).

Uma das questões apontadas foi a participação destas no CEPESI, pois não teriam como fazer o atendimento na loja Talento de Mãos. O grupo optou em continuar participando das atividades do Programa mas sem se associar ao CEPESI. A última notícia em relação a

este grupo foi em abril de 2016, ainda estavam produzindo, mas não tinham interesse em participar do CEPESI por conta da escala de atendimento na loja.

Com o fim do contrato dos articuladores, estas atividades de acompanhamento, visitas e assessorias aos grupos realizadas nos territórios não tinham mais condições técnicas de serem realizadas. Com finalização das atividades, se perdeu o contato com este grupo.

2.4.16 Divas das Artes

O grupo das Divas surgiu a partir das articulações no Território Centro Oeste entre os meses de março e maio de 2015. Produziam biscuit, artesanato, costura de lingeries. No início de junho ingressam no CEPESI com seus produtos.

Foram levantadas que as maiores dificuldades, em relação ao Plano de Negócios, está nas estratégias de vendas e comunicação. Uma das integrantes tem problemas financeiros que barram o desenvolvimento no grupo, precisa atender necessidades básicas (alimentação) (Relatório de visita ao EES de 20 de agosto de 2015).

Apesar das dificuldades o grupo permaneceu até janeiro de 2017 associado ao CEPESI, quando as integrantes tiveram que sair para poder trabalhar em emprego formal.

2.4.17 Mão na Massa

Este grupo começou a ser formado em meados de julho de 2015 no território do Imaruí a partir dos encontros realizados para articular pessoas e EES em torno da Rede de Alimentação do CEPESI (item 2.4.4). O grupo iniciou as atividades no final de agosto, com a limpeza e organização do espaço para então iniciar a produção de pães e orelhas de gato. Neste grupo, a maioria eram adolescentes, a coordenadora era a Sra. Magda, mãe de um dos adolescentes. Em setembro iniciaram o Plano de Vida, e organizando a produção. Segue relato da articuladora territorial: “Através de uma voluntária consegui emprestado um forno industrial com capacidade de assar 20 pães e outra voluntária que trabalha no Cedin fez o transporte desse forno. Agora o grupo está se organizando para iniciar a produção” (Relatório de atividades de assessoria pelo articulador territorial de 31 de agosto de 2015).

As assessorias, formações e assistências seguiram colaborando na produção, organização dos equipamentos, montagem e higienização do forno para a produção dos pães. Início e organização da contabilidade, que segundo a articuladora era uma tarefa bem

complicada para o grupo, pois não tinham noção de informática. Em outubro o grupo começou a passar dificuldades para produzir. No relato descreve as diferentes complicações:

Com relação ao grupo Mão na Massa, o mesmo está passando por dificuldades, até mesmo financeira, não estão conseguindo se organizar com seus integrantes para sair de tal situação. Em conversa com Magda por mensagem me relatou que no momento não está podendo nem caminhar devido ao problema nas articulações que a mesma tem, o grupo não está produzindo, sendo assim uma série de fatores que impossibilitaram a produção nessas duas últimas semanas. Chuva, falta de matéria prima, doenças, etc. construímos juntamente com o grupo um pedido de ajuda para o mesmo, colocamos em redes sociais com o intuito de dar um incentivo para a produção (Relatório da articuladora territorial de 23 de outubro de 2015).

Esses fatores foram suficientes para o grupo se desfazer ainda no final de outubro, o grupo apresentava dificuldades tanto na produção como nas vendas. As ações de articulação não foram suficiente para que o grupo pudesse seguir adiante. O trabalho de articulação contribuía nos mecanismos para administrar, mas a produção tinha que ser do grupo. Infelizmente o grupo se desfez devido as dificuldades nos processos de produção.

2.4.18 Panta Rei

O grupo surgiu em julho de 2015 pela articulação no Território Centro Oeste. Era formado por quatro mulheres, e em agosto já participaram da Feira Ecossolidária na UNIVALI e de outras feiras. Estavam bastante empenhadas em produzir e comercializar nas feiras mas não conseguiram seguir diante. Por questões pessoais as integrantes resolveram findar o grupo. O articulador territorial relatou: “Ao convocar o grupo para participar do Seminário Territorial, o articulador sente resistência dos integrantes e participar das reuniões organizadas pelo projeto Esol” (Relatório de atividades de articulação do mês de setembro de 2015).

Em dezembro de 2015 o grupo já não fazia mais parte do quadro de associados do CEPESI.

2.4.19 Grupo Manutenção Geral

Este grupo iniciou sua articulação durante a mobilização do último seminário realizado no Território Oeste, em agosto de 2015. O grupo pretendia trabalhar de forma cooperativada na prestação de serviços gerais (elétrica, pintura e reformas residenciais), todos os integrantes se mostravam dispostos a isso. Durante a elaboração do plano de vida do empreendimento, em janeiro de 2015, ainda se buscava novos integrantes para o grupo dar

conta da demanda de serviços que já recebiam. Nos registros das assessorias de fevereiro o articulador anotou:

Creio que a elaboração do “Plano de Vida” feita no coletivo dará uma identidade para o grupo, fortalecendo seu funcionamento e seus integrantes atuais bem como futuras pessoas que farão parte desse empreendimento. Nossa próxima reunião ficou para o dia 15/02 às 19h na ITCP. Esse horário ficou acertado para facilitar a participação de novos integrantes (Relatório de assessoria técnica para elaboração do Plano de Vida do EES, 3 de fevereiro de 2016).

Foram realizadas várias assessorias para a elaboração do plano de vida e do estatuto do EES. Porém as demandas de trabalho e a dificuldade em encontrar mais pessoas para formar a cooperativa dificultaram a formalização deste grupo.

Os integrantes, todos homens, seguiram enquanto grupo de amigos na informalidade, gerando renda como micro empreendedores individuais.

2.4.20 Naveartes

Assim como outros grupos, o Naveartes se formou a partir de um curso de formação em ES realizado no CEPESI. Em junho de 2015 foi realizada a primeira reunião de articulação com a participação de cinco mulheres.

Como havíamos combinado cada uma trouxe um pouco de sua produção para conhecermos e trocar experiências e cada uma com produto diferente (bordado, tecido, biscuit), questionei se alguma tinha alguma informação sobre ES e nenhuma tinha conhecimento. Após algumas perguntas sobre o funcionamento do Cepesi passamos a ver um vídeo sobre ES (Relatório de atividade do articulador territorial de 03 de junho de 2015).

Com os diagnósticos do EES se iniciaram a dinâmica de organização do grupo. Em setembro o EES inaugurou sua participação na Feira Universidade Ecossolidária. Em outubro o grupo se findou por questões pessoais de algumas integrantes.

2.4.21 Grupo Artes Unidas em Ação

Este grupo se formou com a articulação de seus integrantes durante o Curso de Formação Inicial em Economia Solidária realizado no CEPESI. A maioria das e dos integrantes residem em Balneário Camboriú – BC. O grupo se formou com doze integrantes em novembro de 2015 e desde então estão trabalhando com artesanato, costura e trabalhos manuais.

O Grupo “Artes Unidas em Ação”: um grupo bem maior, diversificado em pessoas e produtos que estão aptos para oferecer como trabalho. Estabelecemos metas de continuidade e estratégias de organização, tal como na primeira reunião. Percebo que todos saíram satisfeitos e felizes. Iremos continuar no intuito de favorecer estes bons encaminhamentos, acompanhando os mesmos grupos durante e, quiçá, posterior ao término do Projeto (Relatório do articulador territorial sobre atividade de acompanhamento do EES em 30 de novembro de 2015).

Em janeiro de 2018 continuavam associados ao CEPESI. Em 2016 e 2017 participaram de outras atividades relacionada a ES na região. Tem participação assídua nas feiras da região e participam da feira semanal na Barra em BC. Como os integrantes são de BC, pouco se envolvem com as questões políticas de Itajaí, apesar de estarem associados ao CEPESI.

2.4.22 Reciclar

O grupo surgiu no final de novembro de 2015 com o curso de formação em ES realizado no CEPESI. O grupo iniciou com cinco participantes, produziam artesanato, trabalhos manuais, costura, restauração de móveis com a participação de pessoas do Território Centro Oeste. No início o grupo pretendia estudar e desenvolver produtos em comum.

Primeiramente me reuni com o grupo Recicl’Art. E chegamos a alguns acordos importantes, como a finalidade de grupo; a importância dos contatos estabelecidos (em forma de vínculos), para fortalecimento do mesmo grupo; estabeleceram uma data de encontros quinzenais (sempre às Quartas-feiras no período vespertino) Relatório de atividades do articulador territorial de 30 de novembro de 2015).

Participaram de feiras e ações sociais no Território e na cidade. A perda trágica de uma das integrantes abalou o grupo e durante o ano de 2016 teve acompanhamento de uma formanda em Psicologia orientada por uma professora. No segundo semestre de 2017, com dificuldades na gestão, o grupo se desfaz e as ex-integrantes acabam agregando em outros grupos associados ao CEPESI.

Durante a execução do projeto, alguns grupos já associados ao CEPESI não conseguiram seguir adiante por diversos motivos, outros desistiram do projeto. Nos relatórios de articulação territorial e de acompanhamento dos grupos foi possível destacar alguns motivos: mudança de cidade dos integrantes, doença na família, falecimento, escassez de tempo para se dedicar ao grupo e ao atendimento na loja Talento de Mão dentro do CEPESI, questões financeiras e alguns integrantes optaram pelo emprego formal, também houve conflitos internos em alguns grupos e que puseram fim aos EES.

Também teve novos grupos associados ao CEPESI mas que não foram articulados pelas ações do Esol. Estes foram contemplados nas atividades de formação e de articulação de feiras. São eles: Cooperativa de Trabalho Educacional dos Amigos por um Mundo Melhor – COOPERAMME (EES), Câncer com Alegria (Clube de trocas) e Instituto Sustenta-Habilidade – EAF, e também o projeto Cedin – Luci Canziani entrou no CEPESI com o projeto Nec Dindin de moeda social.

Em dezembro de 2016, no último relatório de Execução do Contrato, o quadro de EES, EAFs e Gestores Públicos associados ao CEPESI (Apêndice C) era de 28 EES, 5 EAFs e a SEDEER representando os gestores públicos. De todos os grupos formados e rearticulados durante o Programa Esol, em janeiro de 2018, apenas 10 ainda estavam em atividade: Arteiras Faceiras, Artes Unidas em Ação, Brechó Ecosol, Entrelaçadas, Horta Comunitária Instituto Poly, Madame Cis Salão de Beleza, Olhanega, Rede de Alimentação, Íntegra Espaço Terapêutico, Grupo de Produção Alternativa Solidária – PAS.

3 ANÁLISE DO PROGRAMA ESOL: PARTICIPAÇÃO, INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE

Este capítulo apresenta como aconteceu a participação no Programa Esol trazendo dados quantitativos e organizativos sobre as ações. Analisa a integração e transversalidade do Programa para o fortalecimento da ES e das políticas públicas em Itajaí sopesando o processo de articulação com a dinâmica já estabelecida. Durante os três anos de execução do Programa Esol foram realizadas diversas ações de mobilização, sensibilização, atividades formativas, oficinas para mapeamento de ações em ES, seminários de integração nos territórios, cursos sobre ES, assessorias técnicas e muitas reuniões de articulação assim como já descritas no Capítulo 2.

3.1 A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESOL: ASPECTOS QUANTITATIVOS E ORGANIZATIVOS

Durante a execução do Programa Esol foram atendidas um grande número de pessoas. O público que participou das atividades foi de 4.554 pessoas, destas 3.420 são mulheres e 1.134 homens, e de forma indireta 13.662 pessoas. Cabe destacar que, na análise das listas de presenças não foram considerados a presença da equipe técnica do Programa, e que várias participaram de mais de uma atividade, ou seja, existe um público participante que esteve presente em diversas atividades, sendo contabilizadas junto ao público geral.

O quadro abaixo apresenta os dados em relação à participação e carga horária total de algumas ações do Programa.

Quadro 4 – Quantidade de atividades desenvolvidas com respectiva carga horária e número de participantes durante a execução do Programa Esol

Atividades desenvolvidas	Qtde	CH	Nº participações
Organização sócio comunitária, mobilização e identificação de lideranças	73	260	864
Formação e assessoria técnica em economia solidária	177	555	2.658
Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao CEPESI e aos novos EES constituídos	45	574	1.032
Total	295	1.477	4.554

Fonte: Elaborado pela autora.

As atividades de formação e assessorias, contabilizadas juntas, foram as que aconteceram em maior número, representando 60% das ações. O Programa Esol incidiu na oportunidade de novos conhecimentos: educação, formação e assessoramento. Nas reuniões, oficinas, e seminários foi possível mobilizar um bom número de pessoas, em média 12 pessoas estavam presentes em cada atividade. A maior carga horária de atividades está na relacionadas à realização das feiras, normalmente com várias horas de duração.

As etapas do projeto em sua grande maioria foram alcançadas, porém há algumas que não puderam ser executadas visto atraso no cronograma financeiro. As reuniões e oficinas não ocorreram conforme estipulado inicialmente, sendo executadas com carga horária e número de participantes inferior aquela estabelecida visto à necessidade de adaptação à dinâmica das ações do Programa Esol à realidade dos territórios e das comunidades atendidas. Um dos principais fatores que levaram a readequação da carga horária das atividades foi a dificuldade das/dos participantes disporem de muitas horas diárias para participar das reuniões, oficinas e das formações oferecidas. O público predominante tratava-se de mulheres, casadas e com filhos. Apesar disto o acúmulo em carga horária e número de participantes previstos nas ações já realizadas superou e muito aquilo que estava estipulado no projeto inicial, considerando também que o Convênio foi prorrogado por 12 meses.

3.1.1 Ações de organização sócio comunitária, mobilização e identificação de lideranças

Estas ações tinham por objetivo identificar e articular parcerias capazes de colaborar para a mobilização, articulação e capacitação dos integrantes dos territórios caracterizados pela concentração de pobreza buscando se articular com atores sociais de promoção do desenvolvimento local, públicos ou não. No projeto estavam previstas 6 reuniões de mobilização e sensibilização em ES nos territórios para identificação das lideranças e organizações existentes cada uma com 8 horas de duração (48 horas no total), com 20 participantes (120 no total). No período de abril/2014 a setembro/2015 foram realizadas 32 reuniões, com carga horária total de 106 horas envolvendo a participação de 297 pessoas. As reuniões foram realizadas com um número menor de pessoas, em média 9 pessoas.

O mesmo aconteceu com as oficinas de mapeamento das ações de artesanato e ES e com os seminários de integração. Estavam previstas 6 oficinas com carga horária total de 8 horas cada e 120 participantes. Entre abril/2015 a dezembro/2015 foram realizadas 30 oficinas com carga horária de 95 horas e envolvendo 296 participantes. Nestas reuniões eram realizados rápidos diagnósticos sobre as potencialidades e as dificuldades das/dos presentes

nas oficinas. Estas atividades foram realizadas em articulação com diversos atores, principalmente junto aos CRAS e as UBS.

Houve necessidade de realizar mais reuniões para atender à dinâmica dos territórios. Nesta etapa do Programa foram realizadas 73 atividades entre reuniões, oficinas e seminários, envolvendo 865 participantes. “Entre os participantes estiveram presentes agentes locais, integrantes de grupos/EES já formados antes do início do projeto e também de EEs que foram articulados pelo projeto, gestores públicos e comunidade em geral” (Relatório Seminário Territorial na Murta de 19 de agosto de 2015).

Nos Seminários, a programação foi planejada para apresentar o histórico da Economia Solidária em Itajaí, o Programa Esol, seus resultados até o momento, os grupos articulados na sequencia foi apresentado aos presentes. Durante o Seminário foram discutidos os avanços e dificuldades do Programa Esol (APÊNDICE D) no qual foi apontado os pontos a fortalecer, como assegurar a autossustentabilidade das ações integradas de ES em Itajaí.

3.1.2 Fortalecimento e manutenção do espaço físico multifuncional do CEPESI e integração das feiras orgânicas

Foram destinados para o CEPESI praticamente 40% do valor total dos recursos do Convênio 771773/2012. Do valor total de recursos de investimentos, foram destinados o equivalente 57,35% para aquisição de mobília, eletrodomésticos e utensílios para equipar o espaço funcional para EES atuantes na área de alimentação. Além disso, foram comprados móveis para equipar outros EES e 4 barracas para as Feiras de Orgânicos, organizadas pelos EES Campina Verde e Natureza é Vida, além de outras 15 barracas para serem utilizadas em outras feiras com participação de EES, associados ao CEPESI ou não.

Outras ações de fortalecimento do CEPESI foram a contratação de um gerente comercial e duas atendentes, ainda foram produzidos alguns materiais de comunicação (Quadro 2 – Metas, etapas e subetapas do Contrato 160/2013). O gerente iniciou suas atividades em fevereiro de 2014, após ter sido aprovado no processo seletivo pela UNIVALI e referendado pelo CMES de Itajaí. As atendentes comerciais iniciaram em março. Os recursos para contratação do gerente e das duas atendentes para a Loja Talento de Mão equivaleram a 22,22% do valor total dos recursos de custeio do Convênio.

Como já comentado no item 2.2 nem todos materiais de divulgação puderem ser elaborados, esta etapa foi concluída parcialmente, não se pôde executar a etapa de criação e instalação de fachada de identificação da loja. Outras ações de divulgação compreenderam a

impressão de 10.000 folders institucionais do CEPESI e 29 banners, sendo 26 para os EES, dois para o CEPESI e 1 institucional do Programa Esol.

Com a formação dos novos grupos e aumento no quadro de associados, o faturamento do CEPESI aumentou consideravelmente como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 3 – Faturamento CEPESI durante período de execução do Programa Esol

FATURAMENTO CEPESI						
MÊS	2013	2014	2015	2016	2017	
JANEIRO		R\$ 5.350,15	R\$ 11.545,30	R\$ 11.740,65	R\$ 18.423,00	
FEVEREIRO		R\$ 7.780,65	R\$ 14.388,70	R\$ 21.991,05	R\$ 15.670,00	
MARÇO		R\$ 8.766,85	R\$ 14.227,20	R\$ 28.490,12	R\$ 16.071,45	
ABRIL		R\$ 13.842,75	R\$ 20.106,17	R\$ 22.032,02	R\$ 14.117,71	
MAIO		R\$ 8.948,02	R\$ 18.034,60	R\$ 26.096,19	R\$ 14.944,27	
JUNHO		R\$ 10.679,45	R\$ 20.732,10	R\$ 25.330,30	R\$ 17.348,95	
JULHO		R\$ 11.087,70	R\$ 18.791,60	R\$ 32.925,08	R\$ 13.921,00	
AGOSTO		R\$ 13.174,20	R\$ 17.845,45	R\$ 19.236,70	R\$ 19.236,70	
SETEMBRO		R\$ 13.104,00	R\$ 17.386,85	R\$ 19.237,00	R\$ 21.930,00	
OUTUBRO		R\$ 10.800,93	R\$ 19.071,50	R\$ 24.550,90	R\$ 17.357,00	
NOVEMBRO		R\$ 12.948,53	R\$ 17.781,90	R\$ 17.236,90	R\$ 16.227,00	
DEZEMBRO	R\$ 12.545,25	R\$ 17.208,25	R\$ 30.985,80	R\$ 24.102,50	R\$ 22.771,07	
EVENTOS 2015			R\$ 39.447,99			
MAREJADA 2016				R\$ 5.585,50		
MAREJADA 2017					R\$ 6.655,00	
Total	R\$ 12.545,25	R\$ 133.691,48	R\$ 260.345,16	R\$ 278.554,91	R\$ 214.673,15	
CEPESI	R\$ 2.509,05	R\$ 26.738,30	R\$ 52.069,03	R\$ 55.710,98	R\$ 42.934,63	

* Eventos 2015: Abril - Volvo Ocean Race e Novembro - Marejada
* Evento Festa do Colono 2014 e 2015 = os relatórios de vendas não passaram pelo caixa do Cepesi
* valores informados correspondem aos produtos comercializados e serviços prestados, do valor total destes apenas 20% (vinte por cento) destinam-se para o Cepesi

Fonte: CEPESI

No período compreendido entre dezembro de 2013 e dezembro de 2017, o CEPESI movimentou em vendas de produtos e serviços o montante de R\$ 899.809,95. Os EES prestadores de serviços (cursos, brechó, conserto e costura, salão de beleza, serviços terapêuticos, fornecimento de alimentação) foram responsáveis por quase 90% deste faturamento durante a execução do Programa Esol.

3.1.3 Formação, capacitação e assessoria técnica em economia solidária

As ações formativas realizadas durante o projeto foram organizadas com apoio do CMES de Itajaí e do Conselho de Administração do CEPESI, estas instâncias fizeram a gestão participativa do Programa Esol. para isso estavam previstas a realização de 24 reuniões

do Conselho Gestor do Projeto. Com a prorrogação do Convênio 771773/2012 e do Contrato 160/2013 por 12 meses foram realizadas reuniões a mais, 47 no total, com a participação em média de 17 pessoas. As reuniões Conselho de Administração do CEPESI foram as com maior número de pessoas, sendo realizadas mensalmente.

Para a equipe técnica do Programa estavam previstas formações específicas abordando diversos temas como já visto no item 2.2.1. Estavam previstas a realização de 6 oficinas para atender as ações de implementação dos planos territoriais previstos no projeto, foram realizadas 9, com carga horária total de 57 horas.

No projeto inicial havia se estabelecido a realização de 3 oficinas sobre ES e apoio e/ou fortalecimento de 30 EES, sendo que 20 que já estavam associados e mais 10 seriam articulados nos territórios. Como visto foram articulados vinte e cinco grupos então estas oficinas acabaram contemplando 45 EES. As oficinas aconteciam com duração de 4hrs, pois havia dificuldade dos integrantes dos EES disporem de maior tempo para participarem das formações oferecidas, como já explicado anteriormente. No período de fevereiro de 2014 a agosto de 2016 foram oferecidas no total 34 oficinas aos EES sobre temas em ES, mobilizações e integração dos EES constituídos e sobre cadeias produtivas, com carga horária total de 144 horas nas quais participaram 972 pessoas.

Em relação às assessorias estavam previstas 540 horas referentes a 180 visitas de 3 horas para cada assessoria técnica a 30 EES, sendo 3 visitas a cada EES durante dois anos. Aos EES já existentes e àqueles que se formaram durante a execução do Programa foram realizadas inúmeros assessorias, mas apenas 80 visitas foram contabilizadas dentro do Programa. As assessorias tiveram carga horária total de 265 horas, que atenderam principalmente às questões organizativas, produtivas, de gestão de conflitos, com destaque à elaboração do Plano de Vida dos novos empreendimentos e ao Plano de Comunicação do CEPESI. Com o atraso nos pagamentos do Contrato 160/2013, as assessorias tiveram que ser interrompidas. De qualquer forma os EES continuaram assessorados pela equipe técnica do Programa e pela equipe da ITCP UNIVALI. Mesmo com todos os atrasos, a equipe do Programa foi mantida, a UNIVALI conseguiu manter os contratos, tendo em vista que a interrupção prejudicaria o projeto, e elevaria os custos sobre a contratação da equipe.

As oficinas de capacitação de agentes de Economia Solidária não puderam ser executadas da maneira prevista. Os atrasos constantes no repasse dos recursos prejudicaram a execução desta e outras etapas do Programa. Foi planejado realizar formações mais longas, com dois dias de atividades, prevendo inclusive recursos para hospedagem. Das 16 oficinas

foram realizadas apenas 4, entre os meses de setembro e dezembro de 2016, com 16h, mas sem hospedagem, pois ainda não havia recursos para isso.

3.1.4 Apoio, fomento e organização de ações da comercialização solidária ao CEPESI e aos novos EES constituídos

Para potencializar a comercialização, no Programa Esol, estavam previstas a realização de 13 feiras, sendo 4 nos territórios, 4 na UNIVALI (Feira Universidade Ecossolidária) e participação em outras 5 feiras em eventos do calendário oficial do município. Ao final do Programa haviam sido realizadas 49 feiras, sendo 7 em eventos do município, 8 nos territórios Promorar e Cordeiros,), e 34 edições da Feira Esossolidária. Este número elevado é porque as Feiras Ecossolidárias passaram a ser mensais, se configurando como um ponto fixo de comercialização solidária. Como já isto no item 2.1 ainda estava previsto o apoio à participação dos EES e do CEPESI em feiras estaduais, mas os recursos desta ação não puderam ser aplicados, tendo em vista os entraves burocráticos da gestão do contrato pelo município de Itajaí.

As feiras nos territórios aconteceram durante festas religiosas (3), em eventos organizados junto com as equipes das UBS e CRAS (2) ou organizadas na casa de algum/a integrante dos EES em formação (3). Nestas feiras houve pouca ou nenhuma comercialização, para muitas pessoas foi a primeira oportunidade de venda de seus produtos. Segundo relato sobre uma destas feiras: “Feira no Território Cidade Nova. Não venderam bem. Contudo, como havíamos preparado o grupo para não criar expectativas, saíram felizes por ganharem experiência e contatos...” (Relatório de Atividades do articulador de 13 de dezembro de 2015).

Tanto as feiras na UNIVALI como nos territórios movimentaram a participação de pelo menos 994 pessoas, entre representantes dos EES, gestores públicos e equipe da ITCP UNIVALI. A cada Feira os empreendimentos foram trabalhando com a autogestão Nas feiras realizadas durante os eventos do município não foram registradas as participações em listas de presença.

Em agosto de 2016, os grupos de comercialização do Programa Esol foram convidados para participarem do I Seminário Educação para a Transformação, organizado pelo Projeto de Extensão da UNIVALI “Educação para a Transformação”, que visa atender a mulheres da área rural de Itajaí interessadas em produzir alimentos orgânicos por meio de hortas. O projeto tem seu foco no trabalho da mulher na transição da agricultura convencional

para agricultura orgânica. No mês seguinte, iniciou a comercialização deste grupo de mulheres nas feiras Ecossolidárias, também foi possível comercializar em algumas Feiras realizadas dentro do CEPESI. A intenção era formar um grupo a partir das experiências rural urbano.

3.2 INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESOL COM A DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS

O Programa Esol foi uma proposta de estimular o trabalho e a geração de renda com base na ES em territórios com maior concentração de pobreza. Para isto a atuação dos articuladores nos Territórios do Imaruí, Cordeiros e Promorar buscou congregar ações junto à órgãos públicos e entidades privadas que pudessem possibilitar novas iniciativas de ES.

A integração das ações do Esol com aquelas já desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade civil nos territórios aconteceu por meio da aproximação com a equipes técnicas do Programa Saúde da Família – PSF e dos Núcleos de Atendimento a Saúde da Família – NASF dentro nas Unidades Básicas de Saúde; e das equipe de referência do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF¹ existentes no CRAS do Promorar e do Imaruí. Algumas escolas e Centro Educacionais também foram mobilizados buscando criar ou apoiar iniciativas que se aproximavam da ES, a exemplo disto os clubes de mães, projetos de educação ambiental, grupos culturais.

Nos três territórios, os articuladores também atuaram junto ao PAIF no atendimento às famílias inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV dos CRAS. Em conjunto com as equipes do PAIF foi possível atender a população em situação de pobreza. Aproveitava-se as reuniões periódicas com o público atendido por cada CRAS para sensibilizar e mobilizar pessoas para participar das iniciativas de ES já existentes e a possibilidade de criar novas.

Apesar de haver interesse pela maioria das pessoas visitadas, e de algumas iniciativas terem surgido, a dificuldade na aquisição de matéria prima para a produção foi um empecilho para seguir adiante na formação de novos grupos e consolidação das iniciativas criadas com participantes do projeto e beneficiárias/os dos CRAS. A exemplo disto foi relatado:

¹ Consiste na oferta de atividades planejadas e continuadas, com objetivos específicos, em especial grupos de famílias, que valorizam o convívio, o protagonismo, a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o desenvolvimento de projetos coletivos. Disponível em: <antigo.fecam.org.br/arquivosbd/basico/0.752944001273163925_paif_apresentacao.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

O dado negativo, se assim podemos considerar, é o fato de não conseguir trazer atores sociais que mais necessitam do “esquema do Esol” = Economia Solidária. O povo necessita de ações mais rápidas e concretas onde, muitas vezes, o projeto não chega (de fornecer renda imediata, ou materiais, instrumentos... para o desenvolvimento e, antes, o início do trabalho dos grupos que são formados) (Avaliação sobre as atividades de articulação no Território Centro Oeste).

No Território Oeste (Cordeiros) e Território Norte (Imaruí) a aproximação com o CRAS permitiu à equipe do Programa acompanhar a equipe de referência nas visitas às casas das famílias beneficiárias. No bairro Cordeiros foi possível organizar feiras e realizar oficinas junto aos usuários. Os grupos formados por beneficiárias/os dos CRAS tiveram pouco tempo de duração.

No Imaruí, segundo informado pela equipe do CRAS, no território referenciado 90% da população são de pessoas de fora da cidade e do Estado. Durante as ações do Programa, tentou-se por diversas maneiras formar grupos com apoio da equipe do CRAS porém as pessoas ficavam receosas de perder o benefício por estarem participando de um projeto ‘que visava a geração de renda. Assim participavam da sensibilização, mas não se mobilizavam a formar grupos produtivos. Em uma das reuniões com a equipe do CRAS Imaruí foi relatado:

[...] muitos usuários foram desligados do programa se assistência, falou da dificuldade de trabalhar com essa comunidade, pois através dos programas em parceria com o balcão de emprego, fizeram alguns encaminhamentos para empregos e os mesmos não comparecem para trabalhar. Como encaminhamento, a psicóloga se comprometeu em agendar uma reunião com a equipe do CRAS, para criarmos alguma estratégia em conjunto, para que possamos colocar em prática as nossas propostas (Relatório de atividades Território Norte de novembro de 2014).

O Imaruí é um território com pouco capital social, com altos índices de violência, além da precariedade nas moradias e no saneamento básico. Dos três Territórios articulados, foi o que apresentou menor participação social às ações do Programa Esol.

Com as/os agentes comunitários de saúde integrantes das equipes do PSF foi possível mapear algumas “*iniciativas de pessoas que produziam algo em suas residências para vender na comunidade*” (Marcia Terezinha de Souza em entrevista). Junto com as equipes do Núcleo de Atendimento a Saúde da Família – NASF nos três territórios foram realizadas diversas atividades de divulgação, formação e comercialização, incluindo feiras, mostras, oficinas, atividades educativas e rodas de conversa. A integração de ações com atores institucionais, como as UBS e CRAS foi decisivo para os resultados alcançados com o Programa Esol. A articulação com as ações em desenvolvimento dos equipamentos públicos nos territórios permitiu alcançar um bom número de pessoas com ações efetivas.

No Território Oeste, por exemplo, a UBS Jardim Esperança foi um dos equipamentos públicos que contribuíram nas articulações realizadas. Foram diversas tentativas de formar

grupos com pacientes indicados pela equipe e que poderiam participar do Programa Esol. A respeito disso foi relatado:

Fiquei na articulação para o evento/feira do dia 17/10 (sábado) que ocorrerá na UBS Jardim Esperança. A Ação – Outubro Rosa, é direcionado as mulheres do bairro cordeiros e o NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família) vai auxiliar essa ação. No entanto fomos convidados pelo NASF para organizar uma feira com empreendimentos do território para divulgar o Esol e Economia Solidária entre as mulheres do bairro. Entrei em contato telefônico com todas as coordenadoras dos empreendimentos do território para convidar a participar da feira/territorial, com algumas tive sucesso no contato outras não foi possível. (...) Já na parte da tarde fizemos várias conversas/sensibilização com mulheres sobre ES, após esses momentos fizemos uma breve reunião com o pessoal do NASF e a Técnica de enfermagem Luiza (atua há 12 anos na UBS). A Luiza comentou que tem um grande conhecimento do perfil das mulheres do bairro e acordamos em fazer nova sensibilização/formação na UBS com no máximo 15 (quinze) mulheres e serão convidadas pela Luiza para participarem. Fiquei de passar na próxima semana para definirmos uma data para o mês de novembro. Participaram das conversa a Márcia (articuladora) e Annete (tesoureira do Cepesi) (Relatório de atividades no Território Oeste de 17 de outubro de 2014).

Era frequente a participação de parte da equipe do Programa Esol nas atividades organizadas pelas equipes destes equipamentos públicos nos Territórios. No Território Centro Oeste houve também a participação em assembleias/reuniões de pais e professores e a mobilização em escolas, mas sem a formação de novos grupos.

Já a integração com a sociedade civil aconteceu por meio da aproximação com diversas entidades tais como Associação de Moradores, Igrejas, Grupo de Escoteiros, entidades sem fins lucrativos voltados para a serviços socioassistenciais, desportivos, culturais. O objetivo na integração das ações era estimular as pessoas, atendidas pelas entidades, a produzir e consumir umas das outras, gerando trabalho e renda no próprio território, e novos grupos para comercializar no CEPESI.

A proximidade do Programa Esol com outros projetos realizados dentro da UNIVALI e em outras instituições de ensino trouxe bons resultados para os EES. Além de novos canais de comercialização pôde-se aplicar os conhecimentos teóricos à prática, num verdadeiro exercício de extensão universitária. A exemplo disto, a participação dos EES em na disciplina do curso de Design Gráfico, no qual acadêmicas e acadêmicos desenvolveram a identidade visual de dez grupos atendidos pelo Programa. Foi uma experiência bastante significativa para todos.

Apesar de ter conseguido atender a um bom número de pessoas com a participação das comunidades, atores sociais, agentes locais, públicos e a sociedade civil organizada, não foi possível compor os colegiados territoriais que estavam previstos no projeto inicial do

Programa Esol. A adesão para a formação dos colegiados territoriais teve a participação de poucas pessoas da comunidade.

A mobilização de pessoas em torno de uma visão de futuro quando se trata de pessoas que vivem alguma situação de vulnerabilidade se torna mais difícil. A exemplo disto, um relato sobre a tentativa de criação destes colegiados:

Avançamos nas reflexões, ainda que estivemos pensando a partir de um curto período de observações e articulações. Contudo, um dos maiores desafios atuais acredo ser o de “trazer conosco” lideranças e representação significativa de moradores das comunidades locais dentro deste território, conscientes do processo de Economia Solidária (Relatório de atividades no Território Centro Oeste referente ao mês de julho de 2014).

A maneira então de superar isto foi a participação da equipe do Programa nas reuniões periódicas com grupos atendidos, principalmente nos CRAS, e com as equipes técnicas das UBS e dos CRAS. Foi uma maneira de continuar mobilizando novas para as ações nos territórios.

3.3 TRANSVERSALIDADE DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESOL COM OUTRAS POLÍTICA PÚBLICAS

Na implementação do Programa Esol, a transversalidade das ações permeou principalmente as políticas locais de educação e formação técnico/profissional, desenvolvimento social, trabalho e emprego, agricultura, cultura e turismo. A equipe do Programa visitou as Secretarias Municipais de Educação, de Saúde, Desenvolvimento Social, além do contato direto com a SEDEER.

Como visto anteriormente, nos CRAS as ações de ES se integraram dentro do PAIF e nas UBS no PSF e NASF. Buscou inserir o governo municipal nas ações territoriais, fortalecendo o movimento de ES e o Fórum Litorâneo de Economia Solidária – FLES. As ações do Programa Esol também foram ao encontro com as ações desenvolvidas dentro dos Centros Multiuso que abrigavam os SCFVs, nos grupos participantes do Programa Arte dos Bairros desenvolvido pela Fundação Cultural de Itajaí.

A aproximação com o Fórum Litorâneo aconteceu mais ativamente nas Feiras, possibilitando a comercialização aos grupos, além incentivá-los à construção da autogestão.

3.3.1 A formação de grupos a partir da integração de ações com agentes públicos

Com a dinâmica de realização dos encontros periódicos com as equipes das UBS e principalmente dos CRAS possibilitou um processo de formação em ES. A exemplo de como aconteciam a integração das ações do Esol com a dinâmica dos territórios:

Formação em Economia Solidária no território Cidade Nova, no CRAS-Promorar. Apareceram pessoas interessadas em aprender a costurar, junto com o projeto que estamos desenvolvendo com a parceria da SDS e a parte do ACESSUAS. Detectamos algumas produtoras neste grupo e já convidamos a fazer parte na formação de grupos da Economia Solidária, ambas recém chegadas do Rio Grande do Sul, com inúmeras dificuldades de acesso à trabalho e renda. Combinamos com a Coordenadora do CRAS e a Supervisora do PRONATEC que estas pessoas participarão da última formação em Econ. Solidária no CEPESI e a Van da Secretaria se encarregará de levá-las e trazê-las para o território (Relatório de Atividades de articulação territorial referente ao mês de agosto de 2015).

Este processo formativo também aconteceu no CRAS Imaruí, e contou com a participação de beneficiárias/os do Programa Bolsa Família – PBF, em sua grande maioria mulheres e idosos. Neste sentido as atividades do Programa Esol se voltaram para “exercitar capacidades criativas na construção de projetos pessoais e coletivos e na participação social de mulheres e idosos na sociedade” (Relatório de Atividades referente ao mês de junho de 2015). A partir destes grupos de convivência, surgiram algumas iniciativas para formar novos grupos de EES: El Shaday, Maria Maria, Mão na Massa, Fuxiqueiras Promorarte.

Também foram articulados grupos com as equipes das Unidades Básicas de Saúde:

Nessa sexta-feira estive na UBS Jardim Esperança para formação de novo empreendimento. Foi um encontro muito tranquilo compareceram 7 (sete) pessoas todas artesãos em diferentes estilos e produtos (madeira, pintura, tecidos, *découpage*). Pedi a todos se apresentarem e falar sobre sua produção. Fiz uma fala sobre o Projeto Senaes e ES em Itajaí e como movimento social na busca de inserção social e geração de renda. Deixamos agendado um novo encontro para o dia 27/11 na casa de uma das integrantes do grupo (Relatório de articulação territorial de novembro de 2015).

Como já visto, a articulação com governo municipal aconteceu por meio principalmente dos CRAS unidade Promorar (Centro Oeste) e CRAS Imaruí (Norte) que também atende ao Território de Cordeiros (Oeste) e das UBS dos três territórios.

O Programa Esol tentou se articular com diversas políticas como por exemplo, de trabalho e renda, educação, saúde e principalmente de assistência social, encontrando espaço junto ao ACESSUAS – Mundo do Trabalho, por meio de ações que possibilitaram a geração de trabalho e renda com grupos atendidos pelos programas de assistência social. Em 2017 foi possível colher os frutos destas participações com a formação do grupo As Guerreiras,

formado por mulheres beneficiárias do bolsa família que se encontram semanalmente na cozinha do Salão Paroquial da comunidade para produzir bolachas e vender ali mesmo no comércio local e também uma vez ao mês na Feira Universidade Ecossolidária organizada pela ITCP/UNIVALI. Este EES foi formado após o encerramento do contrato, por este motivo não aparece na listagem dos grupos formados durante a execução do Programa Esol.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA ESOL PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta pesquisa não pretendeu trazer indicadores de impacto ou de resultado e sim para apresentar a diversidade de condições que são postas quando se está na execução de um projeto de geração de renda. Cada nova visita realizada no território pelos articuladores era a oportunidade de conhecer novos caminhos e pessoas que estivessem com vontade de acreditar e realizar um projeto coletivo de geração de renda a partir do trabalho em cooperação.

Embora o Esol tenha oportunizado a geração de renda, poucos de seus participantes tinham o perfil previsto no projeto inicial, beneficiários de programas sociais. Mesmo com as diversas atividades de articulação em parcerias com os CRAS, foram poucas as respostas no processo de mobilização destes beneficiários. Isto foi um tanto desanimador para os articuladores, pois segundo relatado por eles, as pessoas se mostravam interessadas, confirmavam participação nas reuniões e oficinas, mas nos dias marcados os beneficiários visitados e convidados a participar do Programa Esol não apareciam.

Por outro lado, a mobilização nos territórios, nos órgãos e equipamentos públicos, nas organizações de bairros colaborou para a transversalidade das ações do Programa Esol na expansão da ES em Itajaí.

Os resultados positivos do Esol apresentados tiveram a participação ativa do movimento da Economia Solidária em Itajaí, por meio do CMES, do Conselho de Administração do CEPESI, do poder público representado pela SEDEER e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, e das entidades de apoio, incluindo obviamente a UNIVALI, executora do projeto. Um dos pontos mais relevantes foi em relação ao Plano Municipal de Economia Solidária. Com o Programa Esol foi possível atender às demandas de educação e formação em ES, colaborou com ações institucionais para construção de diretrizes da política de ES para o município de Itajaí, no apoio à criação de EES dentro de um processo de inclusão social produtiva e na implementação do Plano de Comunicação do CEPESI.

No último Encontro de Integração de EES do Programa Esol, realizado em agosto de 2016, foram realizadas avaliações que visavam garantir a sustentabilidade do projeto.

Os grupos receberam um questionário de avaliação coletiva com alguns pontos, qualidade dos trabalhos prestados pelos articuladores, funcionalidade dia a dia, pontos positivos e negativos, participação e engajamento do seu empreendimento. A maioria das respostas foram positivas, considerando as formações, a oportunidade de comercialização e divulgação dos produtos e serviço, o incentivo à produção e as novas relações sociais como os pontos fortes do Programa Esol. Alguns compararam o trabalho dos articuladores como cuidado com um filho, que se cuida e orienta até que caminhe com suas próprias pernas, o suporte que a ITCP ofereceu também foi positivo. Um dos pontos negativos apontados foi a comunicação, no sentido de informar qual atividade que seria desenvolvida e os detalhes sobre o tema dos encontros (assessorias, formações, oficinas) (Relatório do Encontro de Integração de EES do Programa Esol, 26 de agosto de 2016).

O trabalho desenvolvido concentrou sua atividades no atendimento aos EES e com isso a criação de uma cultura empreendedora entre EES nos princípios da ES promovendo o conhecimento e a incorporação da solidariedade e autossustentabilidade econômico-social-ambiental. É também factível a geração de trabalho e renda associada para os EES e CEPESI. A consolidação de grupos se estabeleceu na medida em que estes introduziram novos produtos, processos e serviços na economia local, a exemplo disto, o salão de beleza Madame Cis com a busca e oferecimento de técnicas e produtos de menor impacto ambiental.

Sabe-se dos desafios em exercitar os princípios da ES no dia a dia, numa sociedade capitalista em que as relações econômicas estão fundamentadas na exploração do trabalho para a obtenção de lucro. Isso é algo a se destacar, pois apesar de vários grupos terem sido articulados, poucos hoje estão consolidados e verdadeiramente gerando trabalho e renda.

Para alcançar seus objetivos o Programa trouxe um conjunto de ações que dialogaram com as principais dificuldades da ES, identificadas pelos participantes pela necessidade de constante formações para melhoria dos EES e fortalecimento das práticas autogestionárias. Para isto precisam ter ações governamentais que apoiem novas iniciativas, tanto de EES como entidades de apoio, para que participem da organização do movimento da ES, contribuindo assim para a expansão da política municipal.

O Esol foi pautado dentro do processo de implantação da política municipal de ES em Itajaí. Em 2011 havia um contexto político favorável à ES com apoio da SEDEER. A elaboração conjunta do projeto que de origem ao Programa Esol ilustra bem a boa relação entre o movimento local da ES e o poder público. Com a mudança na gestão pública estas relações se perderam, ao ponto de prejudicar as ações do Programa, atrasando o repasse de recursos financeiros ao Contrato 160/2013. Para garantir a continuidade da equipe técnica e as atividades nos Territórios, a Universidade teve de antecipar recursos próprios durante todo o

projeto. Com atrasos superiores a um ano, mais de 80% das ações foram realizadas com antecipação de recursos. Caso contrário os grupos articulados, sempre frágeis, corriam maior probabilidade de se rescindirem. A situação de atraso no pagamento da terceira parcela do Convênio entre a SENAES e o Município de Itajaí foi uma questão delicada e que ocasionou alguns entraves na execução do contrato 160/2013.

Outro ponto a ser considerado é o fato de que a integração das ações aconteceu nas questões práticas, no cotidiano de trabalho nos CRAS e nas UBS por exemplo, mas não tão incidente na esfera governamental. Havia muito mais um discurso de apoio, mas as ações de incentivo partiam muito da individualidade dos servidores públicos dentro dos equipamentos públicos e não por discricionariedade dos gestores públicos. Apesar disto foi possível envolver um bom número de representantes do poder público nas atividades do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação dos dados quantitativos e qualitativos gerados pelo trabalho nesta pesquisa trazem de certa forma subsídios para as mudanças necessárias para aprimoramento da ES em Itajaí e região. As vias e saídas para a superação da exclusão, miséria e desigualdade social, passa pelo empoderamento das pessoas da comunidade, e, para tal tornar-se necessário o conhecimento da realidade a ser trabalhada, a mobilização do público alvo e o acompanhamento do desenvolvimento de todo o projeto junto à comunidade e empreendimentos.

A sistematização e análise dos resultados do Programa Esol permitiu mapear a trajetória da ES em Itajaí e o processo de formação e articulação de novos atores para o fortalecimento da ES e para o desenvolvimento de territórios no município.

Mesmo com todos os entraves e dificuldades pode-se dizer que o Programa Esol convidou aquelas e aqueles que participaram da ES em Itajaí a refletirem sobre esta prática, isto pela simples iniciativa em envolver poder público, sociedade civil organizada e seus atores sociais, bem como a comunidade para experimentar a cultura da cooperação e da valorização do trabalho. Novos grupos se formaram e muitos se findaram durante o processo, mas certamente as pessoas que fizeram parte puderam levar consigo uma nova experiência de trabalho, de autogestão.

Sabe-se do grande desafio da economia solidária para ultrapassar a fase de necessidade, diante do desemprego ou da miséria para se tornar uma opção consciente das pessoas. Isto porque a ES só vai crescer com a adesão livre e consciente de quem trabalha e de quem consome, ou seja, a adesão ao trabalho associado e ao consumo consciente.

A ES precisa ser uma construção dialogada entre governo e sociedade civil, com políticas públicas que efetivamente possam emancipar as pessoas e não gerar dependência, ou seja, uma política pública pautada no acesso ao conhecimento, organização da produção, da comercialização e ao crédito.

Lições aprendidas

Após refletir sobre a experiência é possível dizer que no Programa Esol foi necessário uma reinterpretação pois passou por muitas mudanças, tanto nas burocracias administrativas, como nos personagens, inclusive mudanças de protagonistas, como foi o caso da saída da Idalina da coordenação das atividades de campo, a mudança na gestão pública e por fim a

mudança na Diretoria do CEPESI. Todas estas mudanças causaram certo prejuízo, pois eram as pessoas que tinham todo o *know-how* de elaboração do Projeto Inicial do Programa.

Ao final desta pesquisa, diante dos relatos, documentos consultados e dados apresentados e situações deparadas, pode-se apreender que a consolidação da ES em Itajaí dependerá dos laços que se estabeleceram entre gestão pública e sociedade civil ao longo de sua história. Não basta apenas os recursos financeiros para articular ações se não houver recursos para efetivar as ações, como por exemplo, para a compra de e equipamentos. Sem recursos de um fundo para a política de ES ou dotações orçamentárias não há como viabilizar a a consolidação de EES formados por grupos de baixa e baixíssima renda. O Programa Esol inaugurou uma nova fase da ES no município, várias pessoas puderam vivenciar a experiência do trabalho associado, uma outra forma de gestão e de produção do trabalho, da vida. Muitas pessoas, principalmente mulheres, agregaram-se na formação de grupos de ES e que até hoje contribuem para o fortalecimento do CEPESI.

Recomendações

Durante o Programa Esol foram vivenciadas diversas experiências coletivas na geração de renda, muitos deram certo outras não pelos mais diversos motivos como apresentado no desenvolvimento do Capítulo 2. Os dados aqui sistematizados a partir das ações do Programa trazem várias possibilidades de interpretação e aprofundamento dos temas. Os dados empíricos trazidos nesta pesquisa podem subsidiar a gestão pública para elaboração de diretrizes e estratégias políticas de fomento à ES e desenvolvimento territorial, novos temas às entidades de apoio e fomento para formação e aperfeiçoamento de EES e Redes, novas reflexões para as/os participantes da ES em Itajaí e região.

A ES está voltada para o desenvolvimento social, econômico e territorial e perpassa diferentes formas de relação entre a gestão pública. A exemplo disto poderia se criar um consórcio público para administrar um Centro Público de Economia Solidária de abrangência regional, o que facilitaria a transferência de recursos, inclusive com outros entes da federação. Os consórcios públicos possibilitam a utilização da cooperação federativa para articular e conciliar interesses.

Com o Esol, tem-se mais um capítulo escrito na história da ES em Itajaí, dentre tantos outros, agora outros projetos coletivos precisam ser sonhados, basta disposição e pessoas sem medo de sonhar.

REFERÊNCIAS

- ARMANI, D. **Como elaborar projetos? – Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BOISIER, Sérgio E. **El difícil arte de hacer region:** las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas-Cuzco, 1992.
- BRASIL, **Contextualização Programa_2029 Des Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.** Disponível em: <goo.gl/UQV5di>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- _____. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.** Documento de Referência. 2012. Disponível em: <goo.gl/zHkpEc>. Acesso em: 17 abr. 2015.
- _____, SENAES/MTPS. **Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 003/2011.** Promoção de ações municipais integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial visando a superação da extrema pobreza. Disponível em: <goo.gl/radFSE>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem Miséria.** MDS. Brasília, 2014. Disponível em: <goo.gl/aSFFz5>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- BUARQUE, Sérgio C. Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Regional. In: **Cadernos de Ciências Sociais**, Editora Massangana, Recife, v. 2, n. 2, jul./dez., 1986.
- _____. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal.** PCT INCRA/IICA, Recife, 1997.
- BUTTENDER *et al*, DALLABRIDA, MENEZES, KREUTZ. Os arranjos produtivos locais e as estruturas de gestão do desenvolvimento. In: **Arranjos institucionais, cooperação e desenvolvimento: redes econômicas, tecnológicas e sociais: sementes do desenvolvimento agregando valor.** Ijuí: Unijuí, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.
- CHIANCA, T. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2001.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DUNCAN M, A. Guimarães. **Desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.** IICA/NEAD, 2003.
- FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária.** www.fbes.org.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 78, p. 6-19, set./nov. 1998.

- GAJARDO, Marcela. **A pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 2., p. 307-323, jul./dez. 2009.
- HILHORST, J. **Planejamento regional**: enfoque sob sistemas. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default.shtml>. Acesso em: 27 set. 2016.
- ITAJAÍ. Jornal do Município da Prefeitura de Itajaí, Edição Nº 997 – Ano XII de 03 de Agosto de 2011**. Disponível em: <jornais.itajai.sc.gov.br/arquivos/jornal_2011_997_715.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.
- KRAYCHETE, G. e CARVALHO, P. (Org.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.
- LÉVESQUE, Benoit. Comentários às bases teóricas e metodológicas do enfoque de Desenvolvimento Territorial sustentável: convergências e aportes específicos. Tradução e revisão Paulo Freire Vieira. In: **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, 2010.
- LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid. (Org.). **A Economia Solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão UFRJ. 2012.
- MANCE, Euclides. **V Plenária Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária**: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Relatório Final. 2003.
- MDA. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**: referência para o apoio ao Desenvolvimento Territorial. Brasília: MDA/SDT, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MARANDOLA JR; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.
- MARTINS, L.A.S.; OLIANI, F.S; RIFFEL, C.M. **Tecendo redes de solidariedade**: uma aposta de fortalecimento da economia solidária na Região da Foz do Rio Itajaí/SC. Florianópolis: Insular, 2017.
- NUNES, Débora. A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. In: **Bahia Análise & Dados**. Economia Solidária. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Salvador, v.12, n.1, junho, 2002.
- OLIANI, F.S; MARTINS, L. A. S.; GOLDFEDER, L.F. R.; RIFFEL, C.M. **Ações integradas de economia solidária no município de Itajaí/SC**: relato de experiência. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/27576/0>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- OLIVEIRA. Rosângela Alves de. A Economia Solidária e seus significados na construção do conhecimento: uma tentativa de teorização. In: **Universidade e Economia Solidária**: um diálogo necessário. Natal: EDUFERN, 2012.

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** EESP/FGV 157, dezembro 2006. Versão de 31 de maio de 2008. Disponível em: <goo.gl/f1W7zo>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1, p. 101-111, jan./jun. 2011. pp 101-111. Disponível em: <<https://goo.gl/Ko7J2a>>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- PRADO JR, Caio. **Dilemas do desenvolvimento brasileiro.** Florianópolis: Insular, 2012.
- RAZETO, Luis. **Empresa de Trabajadores y Economía de Mercado.** Santiago: Ediciones PET, 1994.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHIOCHET, Valmor. **Encontro Regional Sul Rede ITCPs. V. Palestra de Abertura.** Foz do Iguaçu/PR em 31 de agosto de 2014.
- _____. **Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs. IV e Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária. II. Mesa de Encerramento: A produção de conhecimento na política de Economia Solidária.** Salvador/BA em 17 de abril de 2014.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- SILVA, Roberto Marinho A. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. In: MACEDO, Miguel; PRAZERES, Maria Alice Bogéa (Org.). **Democracia, transparência e desenvolvimento sustentável.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007.
- SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs. IV e Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária. II. Mesa: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: As possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a economia solidária e o padrão produtivista competitivo da universidade contemporânea.** Salvador/BA em 16 de abril de 2014.
- _____. **Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária: “Desafios globais do trabalho com mediação solidária”.** Conferência Final. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP. 2015.
- _____. **A crise estrutural do capitalismo e os valores da economia solidária.** Palestra proferida no Encontro Catarinense de Economia Solidária. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Florianópolis/SC em 26 de fevereiro de 2016.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

UNIVALI. **Relatórios Técnicos de Execução Contrato 160/2013.** Itajaí. 2014 a 2016.

VIEIRA, Paulo Freire. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil:** subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, 2010.

APÊNDICES

A – Roteiro de entrevista semiestruturada com participantes do Programa Esol

I) Dados de identificação

Nome:

Grupo/Empreendimento Econômico Solidário:

Tempo na economia solidária:

II) Entrevista

Conhecia ou participava da economia solidária antes do Programa Esol?

Participa de alguma associação, clube, grupo fora da economia solidária?

Como foi o início da participação no Programa Esol?

Quais atividades participou?

Como foi participar do Programa Esol, o que mais gostou? O que menos gostou? Gostaria de sugerir algo para outro projeto/programa?

Quais ações do Programa tiveram maior impacto no EES?

Quais sua opinião sobre a contribuição do Programa Esol para o fortalecimento da economia solidária em Itajaí?

B – Tabela com sistematização das informações encontradas no plano municipal de economia solidária de Itajaí

Eixos de ação	Ações	Medidas	Período	Executores
Educação e Formação (Qualificação)	Fortalecimento dos CFES, descentralizados e geral.	Realização de 04 oficinas de 16hs por ano.	2011 a 2015	EAF do município ou região contratada por meio de edital.
	Formação de gestores e integração de políticas públicas para inclusão social produtiva.	Oferecimento de cursos para servidores do município de Itajaí das secretarias de Assistência Social, Saúde, Agricultura, Emprego e Renda.	2011 a 2015	Os coletivos regionais do CFES

	Formação para novos grupos de ES.	Realização de processos formativos as/-aos beneficiários do Bolsa Família, CAPS, Agricultura, Cultura e grupos em geral	2011 a 2015	Parceria UNIVALI
	Pró-jovem urbano/trabalhador.	Inserção da ES como tema (teoria e prática) de conteúdo do curso ou formação do Pró-Jovem (20hs por programa)	2011 a 2015	Solicitação de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego
	PLANTEQ (Plano Territorial de Qualificação).	Constuição do PlanTeQ Municipal inserindo a temática do empreendedorismo em ES e Inclusão Social Produtiva através dos cursos/oficinas técnicas (localização regional)	2011 a 2015	Solicitação de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego – Programa PNQ (Plano Nacional de Qualificação)
		Participação no PlanTeQ e PlanSeQ para os EES (gestão, contabilidade, design, qualidade e outros)*		
Ambiente Institucional	Buscar apoio na construção de diretrizes das políticas de economia solidária para o município de Itajaí	Realização de oficinas de formação junto ao CMES, como pauta das reuniões ordinárias	2011-2012	CMES com apoio Univali, SENAES, Fórum Litorâneo e FCES
	Monitoramento do Plano Municipal de ES	Realização de seminário para acompanhamento do Plano Municipal de ES	2011	CMES
	Realizar a Conferência Municipal e apoiar as conferências regional, estadual e nacional	Realização da conferência municipal e apoiar a participação dos demais;	2011-2015	CMES e Município
(Acesso ao crédito)	Regulamentação do Fundo Municipal de ES - FMES	Elaboração de propostas para regulamentação do FME.	2011-2012	Formar GT especializado
		Formalização da proposta junto ao Executivo e Legislativo.		
	Incluir a ES e o FMES na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	Direcionar 1% da receita do orçamento do município para o FMES	2011-2012	CMES
	Acompanhar a votação do orçamento	Reuniões com vereadores para angariar apoios e debate	2011	CMES e SEDEER

		sobre ES e/ou audiência pública.		
	Formalizar apoio com vistas ao aporte de recursos do FMES	<p>Buscar apoio junto à SENAES, CEAES e Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST</p> <p>Elaboração de propostas, projetos, convênios, contratos, parcerias e afins</p> <p>Busca de recursos e apoio junto ao Programa Selo Social da Prefeitura Municipal</p>	2011-2015	CMES e SEDEER
	Inscrição do CEPESI no SICconv	Cadastro para participação em programas com recursos públicos	2011-2015	CEPESI e SEDEER
	Proporcionar a busca de estrutura e qualidade de trabalho para os grupos de EES	<p>Efetivação da cessão de uso do terreno para a COOPERFOZ, atendendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos</p> <p>Construção de um projeto para o BNDES, buscando a construção do galpão da COOPERFOZ</p> <p>Garantia de aluguel de galpão para que a COOPERFOZ até construção da sua sede própria</p>	2011-2015	CMES, SEDEER e Univali
Comercialização	Implantação do SMCJS (Sistema Municipal de Comércio Justo e Solidário)	Proposição de Projeto de Lei do SMCJS	2011-2015	Constituir GT CMES com participação de EES, SEDEER e Univali
	Realização de feiras de ES (locais e regionais)	Criar programa de apoio a realização e participação em feiras: locais, regionais e estaduais.	Até Novembro/2011	CMES e Município (SEDEER, Secretarias de Cultura, Turismo, e Agricultura)

		Apoio financeiro para a participação dos EES na Feira Estadual Sustentável, evento que faz parte do calendário anual de feiras de Santa Catarina, realizada pelo MDA	2011-2015	CMES e Município (SEDEER, Secretarias de Cultura, Turismo, e Agricultura)
	Novas instalações do CEPESI	Instalação do CEPESI no novo endereço	2011	CMES, CEPESI, Univali e Município de Itajaí
		Garantia de ampliação do espaço que será disponibilizado no novo endereço e garantia de maior visibilidade para o CEPESI		CMES, Secretaria da Fazenda e SEDEER
Inclusão social e produtiva*	Assessorar a gestão pública municipal para compreensão do processo de formação de EES com usuários do CADúnico	Contratação de EAF de notório saber para assessoria e incubação de EES por meio de edital	2011-2015	Secretaria de Assistência Social , SEDEER e Univali
	Apoiar a criação de EES na inclusão social produtiva	Articular ações de ES (conceitos, práticas, organizações) com as organizações da sociedade civil		
Comunicação	Implementar um Plano de comunicação para o CMES, ES e EES	Ações, programas, eventos e outras informações sobre ES de forma presencial, virtual e escrita, garantindo a participação de sujeitos dos vários segmentos em atividades para divulgação da ES	2011-2015	CMES, CEPESI, SEDEER E Secretaria Municipal de Comunicação
		Realização de Campanha do Consumo Consciente	2011-2015	CMES, CEPESI, SEDEER E Secretaria Municipal de Comunicação
		Organização de palestras, formação, debates e afins, para grupos da Sociedade Civil organizada, preferencialmente em suas sedes ou no	2011-2015	CMES, CEPESI, SEDEER E Secretaria Municipal de Comunicação

		CEPESI		
<p>Fonte: Adaptado Plano Municipal de Economia Solidária de Itajaí – 2011 a 2015. Fonte: Jornal do Município da Prefeitura de Itajaí, na Edição nº 997 - Ano XII de 03 de agosto de 2011 nas páginas 42 a 44.</p> <p>* Em termos genéricos, os PlanTeQs e PlanSeQs caracterizaram-se como espaços de integração das políticas de desenvolvimento, inclusão social e trabalho (em particular, intermediação de mão de obra, geração de trabalho e renda e economia solidária) às políticas de qualificação social e profissional, em articulação direta com oportunidades concretas de inserção do/a trabalhador/a no mundo do trabalho. Disponível em: <https://goo.gl/y8x4oc>. Acesso em: 15 mar. 2016.</p>				

C – Quadro de EES associados ao CEPESI em dezembro de 2016

QTDE	EES ASSOCIADOS
1	ARTE E CONERTO DE COSTURA
3	ARTESANAVE
4	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DA BARRA
5	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE MEIA PRAIA
6	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLAS MORRO-DO-BOI
7	BAZAR DE REUTILIZÁVEIS DA COOPERFOZ
8	GRUPO CAMPINA VERDE
9	GOVINDA – ALIMENTAÇÃO SEM VIOLÊNCIA
10	GRUPO ARTISTAS DO VALE
11	GRUPO CULTURAL TARRAFÁ ELÉTRICA
12	GRUPO NATUREZA É VIDA
13	INTEGRA ESPAÇO TERAPÉUTICO
14	NUCLEO AFRODESCENDENTES MANOEL MARTINS DOS PASSOS
15	UNIÃO DAS ARTES
17	JUSTA TRAMA

18	ARTES UNIDAS EM AÇÃO
19	RECICL'ART
20	REDE DE ALIMENTAÇÃO
21	DIVAS DAS ART'S
22	NAVEARTES
23	BRECHÓ ECOSOL
24	ENTRELAÇADAS
25	MADAME CIS SALÃO DE BELEZA
26	OLHANEGA
27	COOPERAMME
28	CÂNCER COM ALEGRIA
QTDE	ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO ASSOCIADAS
1	AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL SÃO JOÃO
2	BANCO DO BRASIL S/A – PROGRAMA DRS
3	CDHI CENTRO DOS DIREITOS HUMANOS DE ITAJAI
4	UNIVALI UNIVERSIDADE VALE DO ITAJAI -ITCP
5	INSTITUTO SUSTENTA-HABILIDADE
QTDE	GESTOR PÚBLICO
1	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, EMPREGO E RENDA

Fonte: Elaborado pela autora.

D – Quadro de avanços e desafios às ações integradas de economia solidária

Questões abordadas	Status e Restrições Institucionais	Proposições
1.Avanços – amizade, oportunidade, criação de grupos, CEPESI, aprendizagem, comprometimento	Acolhimento de novos grupos;	Fomentar mais grupos através de oficinas, formações, PRONATEC (chamamento por meio da ACESSUAS, quem já fez e quem está na lista de espera), grupos de convivência do CRAS, NASF, Instituto Poly;
1.Desafios – falta de incentivos, comunicação, segurança, oficinas e feiras	Incentivos financeiros para os grupos: aquisição de materiais e equipamentos	PPA, LOA, parcerias com o BANCRI e outras linhas de crédito; criação de um Fundo Solidário. Parcerias empresariais
2. Avanços – Comprometimento, comunicação, aprendizagem, oportunidade, força de vontade (disposição), CEPESI	O E-Sol como oportunidade de geração de renda	Continuidade do projeto por meio de recursos da SEDEER
2 Desafios – comunicação, transporte, dificuldade na divulgação, saúde, incentivo financeiro, segurança, transporte público	Dificuldade de comunicação; desarticulação entre os agentes públicos e todos os atores envolvidos	Participação no Conselho Gestor do CEPESI, nas reuniões do Fórum Litorâneo, no Conselho Municipal de Economia Solidária (cadeira da SEDES no CMES)
3 Avanços – comprometimento	Compreendem que a ES é um caminho para geração de renda	
3 Desafios – falta de incentivo financeiro e político, comunicação	Dificuldade de comunicação, a informação não chega onde tem que chegar	Instrumentos de comunicação: facebook, sites, e-mail. Participação nos eventos do município.
4 – Avanços criações de grupos, avanços sociais, oportunidades, amizade, comprometimento	Geração de renda leva a melhoria da qualidade de vida	Convênios e parcerias nos territórios para comercialização dos produtos
4 Desafios – novas parcerias, espaço para as feiras, cuidado com o meio ambiente, articulação entre gestores públicos e os bairros, saúde, recursos para os grupos iniciarem as atividades, mais oficinas e formação em economia solidária, segurança	Compra de materiais e equipamentos;	Nada consta
5 Avanços comprometimento, aprendizado, conhecimento, força de vontade	Organização de feiras nos bairros	Nada consta
5. Desafios – Dificuldades no transporte público, segurança, saúde, criação de grupos, falta de incentivos e comunicação	Incentivos aos grupos já formados para participarem mais no voluntariado do CEPESI e nas feiras nos bairros;	Campanhas de sensibilização, encontros de integração com os grupos
6. Avanços – mobilização de grupos e pessoas no mesmo espaço, CEPESI,	Mobilização dos grupos e atores envolvidos na ES depois do término do projeto E-Sol	Ações que dêem continuidade ao projeto
6. Desafios – mais feiras locais e mais espaços para produção e comercialização, outros centros territoriais (lojas), parcerias entre as secretarias do município,	Necessário firmar parcerias com as secretarias	Reunião com as secretarias, principalmente a diretoria de proteção básica; fortalecer ACESSUAS trabalho

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXOS

A – Formulário de informações de beneficiários – pessoa física

 <p>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA Esplanada dos Ministérios, bloco F, sala 331. CEP: 70059-900 – Brasília/DF Fone (61) 2031-6534 – Fax (61) 2031-8221</p>	 <p>MUNICÍPIO DE ITAJAÍ Prefeitura Municipal de Itajaí Rua Alberto Werner, 100, bairro Vila Operária CEP: 88304-053 – Itajaí/SC Fone (47) 334-6000</p>
---	---

Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA

I – IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO E DA ENTIDADE CONVENENTE

Número do Convênio SICONV:	771773/2012
Nome da Convenente: Prefeitura Municipal de Itajaí/SC	
CNPJ Convenente:	83.102.277/0001-52

II – MOMENTO DE REGISTRO DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA:

<input type="checkbox"/>	Inicial – Marco Zero	<input type="checkbox"/>	Intermediária	<input type="checkbox"/>	Final de execução
--------------------------	----------------------	--------------------------	---------------	--------------------------	-------------------

III – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO BENEFICIÁRIO

1.	Nome:				
2.	Apelido:				
3.	Nome da Mãe:				
4.	Endereço:			Nº:	
5.	Bairro:			CEP:	
6.	Município:			UF:	
7.	Telefone:			Fax:	
8.	E-mail:				
9.	RG:		10.	CPF:	
11.	NIS:		12.	Não Possui Nenhum Documento Civil:	<input type="checkbox"/>

13.	Data de Nascimento:	/	/	Idade:
14.	Gênero:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	
15.	Está cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal – CADUNICO?	<input type="checkbox"/> Sim. Qual o Número: _____ <input type="checkbox"/> Não		

IV – INFORMAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS DO BENEFICIÁRIO

16. Escolaridade:

1. Não Alfabetizado
 2. Ensino Fundamental Completo Incompleto.
 3. Ensino Médio Completo Incompleto.
 4. Ensino Superior Completo Incompleto.
 5. Pós-graduação Especialização Mestrado Doutorado.

17. Profissão (Principal Ocupação): _____

18. Desenvolve outra(s) atividade(s) profissional(is) complementar(ES):

1. Sim. Quais? a)
-

b)

c)

2. Não

19. Há quantos anos atua na profissão (principal ocupação)? _____

20. Qual a renda pessoal do beneficiário? R\$ _____

21. Qual a renda familiar do beneficiário? R\$ _____

22. Qual a quantidade de membros na família do beneficiário? _____

23. É beneficiário do BOLSA FAMÍLIA?

1. Sim. Qual o valor mensal da Bolsa? R\$ _____
 2. Não

24. É beneficiário de outro(s) programa(s) de transferência de renda?

1. Sim. Qual o valor mensal recebido? R\$ _____
 2. Não

V – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NO PROJETO

25. Ações ou atividades que o beneficiário está tendo acesso ou participando no projeto?

1. Identificação – BUSCA ATIVA
2. Mobilização e sensibilização realizada por agentes comunitários
3. Registro no CADUNICO do Governo Federal
4. Orientação e encaminhamento para obtenção de DOCUMENTAÇÃO CIVIL
5. Orientação e encaminhamento para programas educacionais – ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE
6. Acesso a FORMAÇÃO – capacitação, qualificação social e profissional
7. Acesso a CRÉDITO ou financiamento pessoal (para consumo ou produção)
8. Acesso a ocupação/ TRABALHO EM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO.
9. Acesso a outra forma de TRABALHO/OCUPAÇÃO/EMPREGO. Que tipo?

10. Obtenção e melhoria de RENDA
11. Outro(s)?

26. A pessoa beneficiária participa de algum Empreendimento Econômico Solidário (EES)?

1. Sim. Qual o nome do EES?

CNPJ? _____

2. Não

Data: ____ / ____ / _____ Local: _____

Responsável pelas Informações: _____

B – Formulário de informações de Empreendimento Econômico Solidário (EES)

 <p>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA Esplanada dos Ministérios, bloco F, sala 331. CEP: 70059-900 – Brasília/DF Fone (61) 2031-6534 – Fax (61) 2031-8221</p>	 <p>MUNICÍPIO DE ITAJAÍ Prefeitura Municipal de Itajaí Rua Alberto Werner, 100, bairro Vila Operária CEP: 88304-053 – Itajaí/SC Fone (47) 334-6000</p>
--	--

Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES)

I – IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO E DA ENTIDADE CONVENENTE

Número do Convênio SICONV:	771773/2012
Nome da Convenente:	Prefeitura Municipal de Itajaí/SC
CNPJ Convenente:	83.102.277/0001-52

II – MOMENTO DE REGISTRO DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA:

<input type="checkbox"/> Inicial – Marco Zero	<input type="checkbox"/> Intermediária	<input type="checkbox"/> Final de execução
---	--	--

III – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

1.	Nome do empreendimento:			
2.	Nome de fantasia e Sigla:			
3.	Endereço:	Nº:		
4.	Bairro:	CEP:		
5.	Município:	UF:		
6.	Telefone:	Fax:		
7.	E-mail:			
8.	Pessoa para contato:			
9.	Referência para localização:			
10.	Página na Internet:			

11.	CNPJ (se o EES estiver formalizado):	
12.	Cadastro do EES no SIES:	(<input type="checkbox"/>) SIM. Número ID: _____ (<input type="checkbox"/>) NÃO Atenção: esta informação será respondida pela SENAES/MTE

13. Forma de Organização:

1. Grupo informal
2. Associação
3. Cooperativa
4. Sociedade mercantil

14. Número atual de participantes no EES:

1. Pessoas Físicas Associadas: Nº Mulheres: _____ Nº Homens: _____ Nº Total: _____
2. Pessoas Jurídicas associadas ou empreendimentos em rede: Nº de EES associados: _____

15. Tipo de atividade econômica predominante do EES que são realizadas de forma coletiva pelos(as) sócio(as) do empreendimento:

1. Troca de produtos ou serviços
2. Produção ou Produção e Comercialização
3. Comercialização ou organização da comercialização
4. Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
5. Poupança, crédito ou finanças solidárias
6. Consumo, uso coletivo de bens ou serviços pelos sócios
7. Outro. Qual?

16. Faturamento médio mensal obtido pelo Empreendimento: R\$ _____**17. Possui acesso aos meios de produção?**

1. Não
2. Sim. Possui Sede. Própria; Cedida por sócio; Cedida por terceiros; Alugada;
3. Sim. Possui Equipamentos. Próprios; Cedidos/emprestados; arrendados ou alugados;

IV – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NO PROJETO**18. Ações ou atividades que o EES está tendo acesso no projeto ou participando?**

1. Mobilização e sensibilização realizada por agentes comunitários de desenvolvimento
2. Incubação do empreendimento (organização, estruturação, formalização etc.)

3. Assessoria técnica e gerencial ao empreendimento
4. Acesso a equipamentos ou infraestrutura para produção
5. Acesso ao crédito para o empreendimento
6. Certificação no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
7. Apoio à Comercialização dos produtos e serviços do empreendimento
8. Apoio para acesso à Política Municipal de Resíduos Sólidos (coleta seletiva, logística reversa etc)
9. Elaboração de diagnósticos de sustentabilidade (internos e externos) e estudos de mercado
10. Elaboração de Planos de Negócios, Planos de Viabilidade, Sustentabilidade do Empreendimento
11. Organização de Rede de Cooperação com outros empreendimentos
12. Outra (s). Qual(is)? _____

Data: ____/____/_____

Local: _____

Responsável pelas Informações:

C – Pacto Territorial das Ações Integradas de Economia Solidária em Itajaí



Colaborar para crescer

O Programa Esol, fruto do Projeto “Ações Integradas de Economia Solidária no município de Itajaí” foi elaborado em 2011, e está sendo executado pela parceria entre a Prefeitura Municipal de Itajaí por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEDEER), o Centro Público de Economia Solidária (CEPESI) e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

Este projeto tem como objetivo apoiar a implantação e complementação de ações integradas de economia solidária, como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, visando a superação da pobreza através da geração de trabalho e renda em iniciativas econômico-solidárias, bem como a articulação com as dinâmicas municipais já constituídas.

O município de Itajaí tem uma longa história de Economia Solidária, consolidada no CEPESI, materializado pela parceria entre o SEDEER, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e com a Fundação Banco do Brasil, e através da lei nº 5245 de 12 de março de 2009 que instituiu a política de fomento à Economia Solidária e um Conselho Municipal de Economia Solidária no município de Itajaí (CMES).

A Economia Solidária pressupõe outra lógica de organização, produção e comercialização, que configura princípios de autogestão, democracia, cooperação e solidariedade. Assim, a Economia Solidária propõe uma alternativa à exclusão social, proporcionando aos grupos o trabalho coletivo, a geração de emprego e renda de forma justa e sustentável.

Dentro desta perspectiva, executou-se o projeto supracitado, sendo que nos dias 19 e 26 de agosto, e 23 de setembro de 2015 foram promovidos Seminários Territoriais, que apresentaram à comunidade os resultados obtidos até o momento, fazendo uma discussão sobre a Economia Solidária nos territórios norte, oeste e centro-oeste, nos bairros de Cordeiros, Imaruí e Cidade Nova (Promorar), com seus avanços e desafios. Os seminários contaram com importantes atores do território como Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituto Poly, Grupo de Escoteiros do Imaruí (GEI), e demais interessados no desenvolvimento destas comunidades.

Tendo em vista os avanços e desafios apontados nos debates durante os seminários territoriais, e considerando o término do contrato deste projeto, encontramo-nos para firmar um pacto territorial de consolidação da Economia Solidária. Com isto, desejamos que os grupos formados assumam seu papel no CEPESI e perpetuem seus trabalhos na Economia Solidária, segundo as seguintes demandas levantadas no encontro do dia 28/10 com os agentes territoriais:

1. Fomentar mais grupos através de oficinas, formações, PRONATEC (chamamento por meio da ACESSUAS, quem já fez e quem está na lista de espera), grupos de convivência do CRAS, NASF, Instituto Poly;

2. Planejar, a partir do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), formas de captar recursos para ações em economia solidária em Itajaí;

3. Buscar parceria com o BANCRI e outras linhas de crédito para a criação de um Fundo Solidário;

4. Continuar ações de fortalecimento do CEPESI com apoio da SEDEER e outras instituições;

5. Ampliar a participação do Conselho Gestor do CEPESI nas reuniões do Fórum Litorâneo, no Conselho Municipal de Economia Solidária através de uma cadeira da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES);

6. Facilitar o trabalho com instrumentos de comunicação através do Facebook, de Sites, Blogs e E-mail, para melhorar a participação nos eventos do município;

7. Conveniar parcerias nos territórios para comercialização dos produtos;

8. Sensibilizar a sociedade local através de campanhas e encontros de integração com os grupos;

9. Programar um Calendário de Ações que dê continuidade ao Projeto;

10. Articular reuniões com as secretarias, principalmente a Diretoria de Proteção Básica da SEDES, fortalecendo o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho).

Sendo assim, abaixo assinamos este documento.



Colaborar para crescer

Pacto Territorial das Ações Integradas de Economia Solidária de Itajaí

Nós, subscritos nesse documento, estivemos presentes no dia 28 de outubro de 2015 no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí para pactuarmos coletivamente ações que entendemos importantes para a continuidade de ações integradas de Economia Solidária no Município de Itajaí/SC.

Nome	Entidade/EES	Assinatura
Marcus Beatriz Góes	Brechó	
Margareth de Castro da Silva	Grupo PAS	
Karla O. dos Santos	Itcp/Univali	
Luistiane Maria Rffel	Itcp/Univali	
Eliana Santos	Ditros dos Artes	
mc de bocas meudanc	Maravilhas	
Edilvica Liane Ribeiro Barbosa	Itajaí 97813167	
Clelton	mais na massa	
Cleassandra Tomaz	mais na massa Cleassandra	
Sara moruya	umámeia massa	
Maria sei luf	ARTESANAVE	
Pamela Tolentino Amorim	CEPESI	
Reinaldo Góes de Oliveira	ITCP/Univali	
Annete Scheer	CEPESI	
Yara Vicente filer	CEPESI	
Elizabeth Sarti	Brechó	
Alano AP (Aluanjo)	Itcp/Univali/Itam	



Colaborar para crescer

Pacto Territorial das Ações Integradas de Economia Solidária de Itajaí

Nós, subscritos nesse documento, estivemos presentes no dia 28 de outubro de 2015 no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí para pactuamos coletivamente ações que entendemos importantes para a continuidade de ações integradas de Economia Solidária no Município de Itajaí/SC.

Nome	Entidade/EES	Assinatura
Fáliana da Silva Aliani	ITCP / UNIVACI	
Vilso Zorzo Felizetti	SENAES	
Maria e o Fátima		
Estela Mais Omob	GP Mais Mais	
Alif Tomoz	Mãos na Massa	
Berlita m. d. Dazainis	albanega	
Ruth Yarie Ferreira	Alfa Nege	
Hollid Radloff	- - -	
Beatriz Teixeira Kugler	OLHA NEGA	
Gisele Ap Melo Piqueirão	CRAS	
Micheli Sotilli	CRAS Promover	
Janete de Fátima Vargas	CRAS Promover	
Mylene Mariani Klis	Cronatec	
M. de Fátima Silveira	Olha nega	
Stephanie Rangel da Fonseca	Aqui na casa do Sol	
Iracília M. Pereira de Oliveira	Entrelaçada	
Marcus TM Souza	E-SOL	



Colaborar para crescer

Pacto Territorial das Ações Integradas de Economia Solidária de Itajaí

Nós, subscritos nesse documento, estivemos presentes no dia 28 de outubro de 2015 no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí para pactuarmos coletivamente ações que entendemos importantes para a continuidade de ações integradas de Economia Solidária no Município de Itajaí/SC.